



Pollice verso (1872). Jean-Léon Gérôme. Phoenix Art Museum.

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

Beatriz da Silva Felício
Pedro Miguel Salvado et al
José d'Encarnação
David Sánchez-Serrano
Leonor Rocha et al

Vol. 6 | Nº 2 | 2022

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

SCIENTIA ANTIQUITATIS
Revista de Arqueociências

Semestral
ISSN 2184-1160

<http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/>

Revista consagrada à publicação de textos interdisciplinares na área da Arqueologia, privilegiando vários tipos de estudos, procurando dar a conhecer resultados de trabalhos mais específicos mas também sínteses mais alargadas que podem abranger publicações de teses de mestrado e doutoramento. Publica dois números por ano mas também números especiais, temáticos, em livre acesso.

Disciplinas: Arqueologia, Arqueociências, Património

Editores:

Leonor Rocha | Gertrudes Branco | Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: dezembro de 2022

Vol.6 | N. 2 | 2022

Capa: Pollice verso (1872). Jean-Léon Gerôme. Phoenix Art Museum. [Artigo de José d'Encarnação]

Diretor: Leonor Rocha

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Nota: O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. A Scientia Antiquitatis declina qualquer responsabilidade por questões de ordem ética e/ou legal bem como no cumprimento do Acordo Ortográfico, que são unicamente da responsabilidade dos autores de cada texto.

Sumário

<i>Os Impactos do Édito de Expulsão (1496) na Judiaria de Évora</i> <i>Beatriz da Silva Felício</i>	7
<i>Um Documento Para a História Urbana De Idanha-a-Velha</i> <i>Pedro Miguel Salvado, Maria do Carmo R. Mendes, Joaquim Baptista e Bruno Rodrigues</i> .	37
<i>A iniciativa feminina na Roma antiga</i> <i>José d'Encarnação</i>	50
Arqueología De La Muerte en Extremadura Durante La Alta Edad Media (Siglos V-XI): Estado De La Investigación <i>Arqueologia Da Morte Na Extremadura Durante a Alta Idade Média (Séculos V-XI): Estado Da Investigação</i> <i>David Sánchez-Serrano e Francisco Reyes-Téllez</i>	61
<i>Reutilização versus destruição: análise da difícil relação das sociedades com o património pré-existente a partir do caso da Anta da Meada 2 (Monforte)</i> <i>Leonor Rocha e Paula Morgado</i>	101

Os Impactos do Édito de Expulsão (1496) na Judiaria de Évora

Beatriz da Silva Felício^{a, @}

^aUniversidade de Évora

@Contacto: bearavsf@gmail.com

Resumo

Em 1497, os judeus desaparecem formalmente do reino de Portugal, ora fugidos, ora convertidos à força, em consequência do Édito promulgado por D. Manuel no ano anterior. Tal significou a perda de propósito das judiarias enquanto espaços de segregação e separação desta minoria. O presente trabalho procura analisar os impactos do Édito de expulsão no território urbano, adotando como estudo de caso a judiaria de Évora, focando-se nas alterações urbanísticas, morfológicas, habitacionais e utilitárias ocorridas no seio do mesmo.

Palavras-chave

Judiaria de Évora | História Judaica | Édito de Expulsão | História Urbana

Abstract

In 1497, the jews formally disappear from the kingdom of Portugal, either runaways or forcibly converted, in consequence of the Edict enacted by D. Manuel in the previous year. That meant the loss of purpose of the *judiarias* as a space of segregation and separation of this minority. The present work longs to analyze the impacts of the Edict of expulsion in the urban territory, adopting as a case study the *judiaria* of Évora, focusing on the urbanistic, morphologic, housing, and utilitarian changes happening amongst it.

Keywords

Judiaria of Évora | Jewish History | Edict of Expulsion | Urban History

1. Introdução

Cinquenta e oito anos depois da promulgação do Édito pelo qual D. Manuel expulsa do reino judeus e muçulmanos que recusem a conversão ao catolicismo, Garcia de Resende escreve na sua *Miscellanea*:

“*Vimos sinagogas e mesquitas Em que sempre eram ditas e pregadas heresias Tornadas em nossos dias Igrejas Santas benditas*” (Resende, 1917: 51)

As suas palavras indicam-nos que os impactos deste documento régio não se cingiram à economia, à sociedade, à política ou à diplomacia, afetando, naturalmente, a cultura e as materialidades das minorias étnico-religiosas formalmente expulsas do reino português.

É neste âmbito que nos pretendemos situar - no estudo dos impactos e transformações advindos do Édito de Expulsão de 1496, nomeadamente no espaço da judiaria de Évora. Expulsos ou batizados, os judeus deixaram de existir formalmente em Portugal em finais do século XV, surgindo a dicotomia social cristão-novo\cristão-velho e retirando-se o propósito às judiarias enquanto bairros segregados. Assim, pretende-se compreender o que acontece a estes bairros depois da expulsão, utilizando o caso de estudo da judiaria de Évora como forma de encontrar elementos para uma resposta. Portanto, averiguamos de que forma a judiaria eborense e os seus espaços religiosos e comunais sofreram transformações em consequência do Édito manuelino.

Estabelecido esse objetivo, inúmeras são as questões que dele advêm. O que aconteceu a edifícios como a sinagoga, a Escola ou ao cemitério judaico, elementos intrínsecos a comunas judaicas de grandes dimensões,

como fora a de Évora? Terão sido, como nos afirma Resende, transformados em espaços de culto cristão? Houve alguma tentativa consciente de eliminar a memória judaica de um espaço associado à minoria étnico-religiosa, entretanto expulsa? São estas as interrogações que vêm acompanhar o objetivo enunciado e guiar a nossa investigação.

Espacialmente, situámo-nos já na judiaria eborense – objeto de estudo relativamente restrito. Cronologicamente, levantam-se alguns problemas. Para estudar um momento de transição, especialmente as suas materialidades, é necessário construir-se um “ponto de partida”. Para o estudo da judiaria de Évora, isto significa recuar tempo suficiente para podermos compreender a sua constituição e dimensão. Assim, pretendemos iniciar a nossa análise no ano de 1408, data em que o bairro é alargado por decreto de D. João I, estabelecendo-se, com este documento, os limites mantidos até 1496. Como “ponto de chegada” apontamos o ano de 1545, em reinado de D. João III. Várias são as considerações que poderíamos tecer sobre tal opção cronológica e metodológica, mas deixemos patente a seguinte ideia: esta é uma temática que beneficiaria de uma análise cronologicamente mais alargada, recorrendo, porventura, à análise das dinâmicas e impactos do Santo Ofício, instalado em Portugal no ano de 1536. Não obstante, para a presente análise, optámos por erguer uma barreira temporal na nossa investigação, impedindo que esta se estenda além da primeira metade do século XVI. Em suma, propomo-nos a analisar a referida problemática com base num período de cento e trinta e sete anos.

Estruturalmente, o enunciado materializa-se num trabalho dividido em três partes. A primeira serve o propósito de contextualização, procurando compreender o surgimento e evolução da(s) judiaria(s) eborense(s) no contexto da Évora cristã. Divide-se em dois subcapítulos – o primeiro, dedicado à “Judiaria Primitiva”, surgida com a conquista da cidade em 1165 e utilizada pelo menos até 1331; e o segundo abordando a “Judiaria Nova”, espaço primeiramente referenciado em 1331 e o qual se mantém até ao alargamento de 1408, que lhe confere novos limites e composição. Num segundo momento, será feita uma análise à judiaria do século XV, procurando compreender-se a sua dimensão, composição, distribuição de bens e propriedades e dinâmicas espaciais. Por fim, na terceira parte deste trabalho, debruçar-nos-emos sobre os impactos do Édito de Expulsão de 1496 no bairro judaico de Évora. Tal passa, antes de mais, pela compreensão real deste fenómeno histórico nas judiarias portuguesas e no reino vizinho, averiguando de forma geral como se processa a desaparecimento espacial das judiarias na Península Ibérica. Recordemos, neste sentido, que, em 1492, os Reis Católicos expulsam de Castela os judeus e muçulmanos através do Decreto de Alhambra, sendo este um fenómeno comum aos reinos ibéricos. Não obstante, teremos por base e enquanto principal referência o caso das judiarias de Lisboa, quer pela ausência de estudos semelhantes para outras judiarias e localidades portuguesas, quer pela dificuldade no acesso a estudos sobre a realidade espanhola. Por fim, e num segundo momento deste terceiro capítulo, averiguaremos como tal ocorre no caso eborense, procurando responder, efetivamente, às questões acima lançadas.

Tal será feito com base em fontes escritas, materiais e toponímicas, com uma metodologia assumidamente interdisciplinar, no cruzamento da História e da Arqueologia. Importante num trabalho desta índole é, também, a observação do espaço urbano e dos indícios neste conservados – arruamentos, imóveis, marcas de simbologia religiosa, toponímia. Uma vez que trabalhamos, nesta análise, espaços concelhios urbanos e imóveis, optámos por procurar respostas em registos de propriedades e outros documentos régios, eclesiásticos, municipais e de instituições confraternais e de assistência. Significa isto que as fontes utilizadas foram as Chancelarias de D. Duarte e, principalmente, D. Manuel I; os pergaminhos dos bacharéis da Sé de Évora – através da obra impressa de Júlio César Baptista, *Os Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora* (1983) -, dada a extensa propriedade dos bacharéis na zona da judiaria; o *Livro do Acenheiro*; o *Livro 2º de Originais* e o *Livro 1º de Pergaminhos* do concelho de Évora; memórias conventuais, nomeadamente as *Memorias historicas da ordem de Nossa Senhora do Carmo* (1727) e a coletânea de documentos reunidos por Gabriel Pereira em *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (1998). Simultaneamente, recorreu-se à leitura dos relatórios de escavação da sinagoga de Évora, elaborados por Carmen Balesteros e Jorge de Oliveira na década de 1990, assim como à análise do espólio recolhido nos ditos trabalhos arqueológicos.

Não obstante, reconheça-se que foi recolhida uma reduzida amostra de fontes escritas de tipologias

diversas, sendo que a amostra de cada tipologia é de pequena dimensão. As fontes recolhidas são uma porção ínfima da documentação quatrocentista e quinhentista que poderia contribuir para a temática em análise. Paralelamente, esta amostra é, por sua vez, meramente uma parte dos registos medievais que chegaram à atualidade e dos quais temos conhecimento. Em suma – muito mais fontes há para trabalhar e analisar à luz deste tema, impossíveis de incluir neste trabalho.

Nesse sentido, a nossa metodologia passou pela recolha de informação nas fontes acima referidas, pela identificação de referências aos judeus de Évora, à judiaria, à sua toponímia e aos seus edifícios. Posteriormente, estas ocorrências foram inseridas e contextualizadas numa base de dados Excel, organizada por ordem cronológica e temática para uma melhor interpretação. Embora a análise das fontes seja a principal base deste trabalho, há que considerar também que este trabalho não esqueceu o debate historiográfico sobre a comunidade judaica eborense e as suas materialidades. Na verdade, muitas das fontes obtidas foram detetadas em publicações e trabalhos desenvolvidos por autores como Maria José Ferro Tavares, Carmen Balesteros ou Gustavo Val-Flores. Inevitavelmente, dá-se um cruzamento de fontes e bibliografia que resulta numa leitura do debate acerca desta temática e na procura de uma interpretação pessoal da documentação consultada que consiga responder aos objetivos do presente trabalho.

Destaque-se ainda a importância que o acesso ao espólio deixado pela Professora Carmen Balesteros (1961-2013), historiadora e arqueóloga da Universidade de Évora com um importante contributo para o estudo da(s) comunidade(s) judaica(s) nas zonas raianas portuguesa e espanhola, teve para a elaboração deste trabalho de investigação. Organizado, trabalhado e aprofundado ao longo dos últimos três anos da nossa licenciatura, permitiu-nos um maior contacto com o estudo das materialidades judaicas e com a produção científica de Balesteros, assim como o acesso a materiais e documentação aos quais, de outra forma, nos seria difícil aceder.

História e memória são indissociáveis, e essa é uma noção patente ao longo do presente estudo. Por um lado, averigua-se a História judaica, o passado da judiaria eborense. Por outro, procura compreender-se como a memória de uma minoria étnico-religiosa é impactada por um fenómeno, um texto escrito – o Édito de Expulsão -, e como tal se manifesta no espaço urbano. Por fim, este trabalho sintetiza a memória de três anos de pesquisa, de recuperação do espólio de Carmen Balesteros. Nesse sentido, dedicam-se as páginas seguintes à memória da investigadora e arqueóloga, a qual, postumamente, marcou o nosso percurso pessoal e académico.

2. Estado da Arte

Apesar de complexa, a tarefa de refletir sobre a produção historiográfica na temática em questão é indispensável ao presente trabalho. A já enunciada metodologia passa, em parte, pela exploração do debate historiográfico em torno da judiaria eborense e da(s) comunidade(s) judaica(s) peninsular(es). Assim sendo, pretendemos fornecer um substrato para a compreensão do tema - uma tentativa, que não pretende ser exaustiva, de averiguação do conhecimento já produzido no que diz respeito à História dos Judeus em Portugal e, mais especificamente, à Judiaria de Évora.

Antes de mais, há que considerar que, ao longo da segunda metade do século XX, multiplicaram-se estudos sobre os judeus portugueses e as suas materialidades, tendência que se mantém na historiografia do novo milénio, ainda que com menor prolificidade. Estas análises parecem utilizar uma referência cronológica universal – o Édito de Expulsão promulgado por D. Manuel I, em 1496. A historiografia espanhola utiliza o Édito através do qual os Reis Católicos expulsaram dos seus domínios judeus e muçulmanos de forma semelhante, sendo que, para vários autores, este documento marca inclusive o fim da Idade Média. Assim, os estudos da(s) comunidade(s) judaica(s) na Península Ibérica tendem a situar-se pré-Éditos de Expulsão ou pós-Éditos de Expulsão, noções que intrinsecamente erguem uma barreira entre as cronologias medieval

e moderna. Este é um limite condicionante para o estudo da evolução dos bairros judaicos na medida em que, com os Éditos a ditarem o seu desaparecimento formal, se ergue uma barreira artificial para o estudo da transição destes espaços do século XV para o século XVI.

No entanto, é uma tendência que se tem alterado nas últimas décadas. Destaque-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido por José Alberto Tavim, debruçado sobre a comunidade judaica e cristã-nova em Portugal e na Diáspora, analisando um período de tempo que se estende do século XIV ao século XVII. Recordemos também o contributo de Filomena Barros (1958-2021), graças aos ensinamentos da qual escrevemos, agora, sobre História Judaica na cronologia em questão. Abordando as minorias étnico-religiosas na Península Ibérica, mas com particular destaque para a minoria muçulmana, Barros enveredou por uma abordagem de História Social que se estendeu século XVI adentro, abordando realidades muçulmanas, judaicas, cristãs-novas, a Diáspora e as dinâmicas intrínsecas à sociedade da época sem barreiras cronológicas.

Já especificamente no âmbito da temática do nosso trabalho, destaca-se a abordagem de Amélia Aguiar Andrade, que, na última década do século XX, procurou compreender, precisamente, o desaparecimento espacial da judiaria de Lisboa após 1496. Tratando-se de uma questão pouco abordada para outras judiarias portuguesas, diga-se, sem que nos aventuremos a analisar a produção historiográfica espanhola na sua generalidade, que abordagens semelhantes surgiram no país vizinho na década de 1990. É, por exemplo, o caso do estudo de [Julio Porres Martín-Cleto](#) “[La judería de Toledo después de la expulsión](#)”, apresentado no *II curso de Cultura Hispano-Judía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La Mancha*, em 1992.

Assim, verifica-se que, progressivamente, este período de transição entre cronologias e a temática do desaparecimento formal e espacial das judiarias têm sido alvo de alguma atenção pela historiografia. A História dos Judeus em Portugal, por sua vez, é uma questão à qual investigadores se têm dedicado afincadamente, em particular desde a década de 1970, com contributo singular de Maria José Ferro Tavares. Com nomes como Meyer Keyserling, Maria José Ferro Tavares, Carsten Wilke e, mais recentemente, Esther Mucznic, François Soyer e Jorge Martins, diversas têm sido as obras que procuram compreender a História social, cultural, jurídica, económica e financeira desta minoria no espaço português.

Por outro lado, há que reconhecer a relevância de estudos sobre a cidade de Évora no período quatrocentista e quinhentista, âmbito em que não se pode deixar de destacar o contributo de nomes como Túlio Espanca ou Gabriel Pereira, referenciados ao longo do presente trabalho. Mais recentemente, destacam-se as investigações de Maria Ângela Beirante, na década de 1990, ou Maria Domingas Simplício, já nas décadas de 2000 e 2010.

Quando circunscrevemos a questão à judiaria eborense, consideramos importante mencionar o trabalho de Gustavo Val-Flores – uma síntese dos estudos e do conhecimento sobre o dito bairro, desde a sua formação até 1497. Já o nome de Carmen Balesteros é incontornável pelo foco concedido pela autora às materialidades judaicas na sua produção científica. Nesse sentido, e numa perspetiva pluridisciplinar, salienta-se o impacto do desenvolvimento da Arqueologia Judaica em Portugal na década de 1990, graças ao contributo de Balesteros e Jorge de Oliveira, contexto em que se enquadram as escavações de diversas possíveis sinagogas medievais, como é o caso da de Évora, Castelo de Vide ou, do outro lado da fronteira, Valência de Alcântara. A valorização dos vestígios materiais judaicos verifica-se ainda, e por exemplo, nas judiarias de Lisboa, Belmonte, Tomar, Guarda, Elvas ou Coimbra, cuja História, a Arqueologia e o Turismo têm vindo a potenciar.

Ora, a realidade é que, abordando o desaparecimento espacial da judiaria eborense, os trabalhos que se nos apresentam como indispensáveis – porventura, que constituem “linhas guia” de investigação –, são produtos das décadas de 1980 e 1990, nomeadamente a produção científica de Maria José Ferro Tavares e Carmen Balesteros, com exceção do trabalho de Val-Flores, mais recente, remontando a 2009. São estes três autores que, em articulação, forneceram a base bibliográfica deste trabalho, sendo o mesmo um debate entre as suas perspetivas, o qual pretende contribuir para uma questão específica – a judiaria eborense na transição do século XV para o século XVI.

3. A(s) Judiaria(s) de Évora – para uma breve contextualização do(s) espaço(s)

3.1 A “Judiaria Primitiva”

Anterior ao domínio cristão de Évora, a presença judaica na cidade pleno-medieval é um objeto de estudo complexo. Teoriza-se que, durante a ocupação islâmica deste território, não haveria distinção espacial entre judeus, muçulmanos e cristãos no interior da Cerca Velha, paradigma que se terá alterado em 1165, com a conquista cristã (Val-Flores, 2009: 163). Não obstante, poucos são os estudos relativos aos judeus e\ou às judiarias durante os séculos XII e XIII, o que em muito se deve à ausência de fontes escritas e materiais que testemunhem esta prática de segregação. Tendo em conta tal limitação, procuram-se alguns elementos sobre o que poderá ter sido a realidade judaica eborense neste período.

Segundo Val-Flores, as primeiras referências à presença judaica no concelho de Évora surgem em 1273, no reinado de D. Afonso III, e em 1286, no reinado de D. Dinis, impondo um intervalo de cem anos entre a conquista da cidade e a primeira menção aos judeus no espaço urbano (Val-Flores, 2009: 164). Porém, com base nestas referências, o autor propõe que os judeus se encontrassem “*num precário pé de igualdade com a população cristã*”, sendo o cristão e o judeu “*entidades equiparadas em termos jurídicos*”, ainda que o antagonismo religioso e económico marcasse a relação entre credos (Val-Flores, 2009: 164).

Quanto ao espaço ocupado pelos judeus, levantam-se algumas hipóteses. No âmbito do III concílio de Latrão (1178-1179), estabeleceu-se que os judeus deveriam habitar bairros separados (Wilke, 2007: 35). Todavia, não nos é possível compreender as verdadeiras aplicações práticas destas determinações no espaço português. A coroa apenas legisla a este respeito no reinado de D. Pedro I (1320-1367), advindo da pressão exercida pela corte e em cortes, sendo que a segregação espacial da minoria se torna obrigatória apenas em 1400, no reinado de D. João I (Wilke, 2007: 37).

Data de 1296 a primeira referência à “judiaria” de Évora, que se localizaria num espaço próximo da outrora Porta de Alconchel (Beirante, 1998: 46), mesmo que a definição de “judiaria” possa, neste contexto, ser problematizada. Como afirma Carmen Balesteros, “*é a partir dessa altura [segunda metade do século XIV] que podemos esperar que os judeus estejam confinados a zonas específicas das cidades*” (Balesteros, 2004: 10). Maria José Ferro Tavares propõe que os judeus habitassem nos concelhos entre cristãos, sem um bairro ou arruamento a limitar a sua expressão espacial, até atingirem o número de dez adultos, levando à constituição de uma judiaria, geralmente na proximidade das portas da cidade e defendida pelas muralhas (Tavares, 1982: 44). Nesse sentido, é essencial estabelecer conceitos. “Judiaria” surge como termo empregue no século XV para designar realidades diversas – “*pode ser sinónimo de comuna, de bairro judaico ou até de um arruamento delimitado profissionalmente*”. “Comuna”, por sua vez, “tem um significado mais lato e engloba uma ou várias judiarias”. Assim,

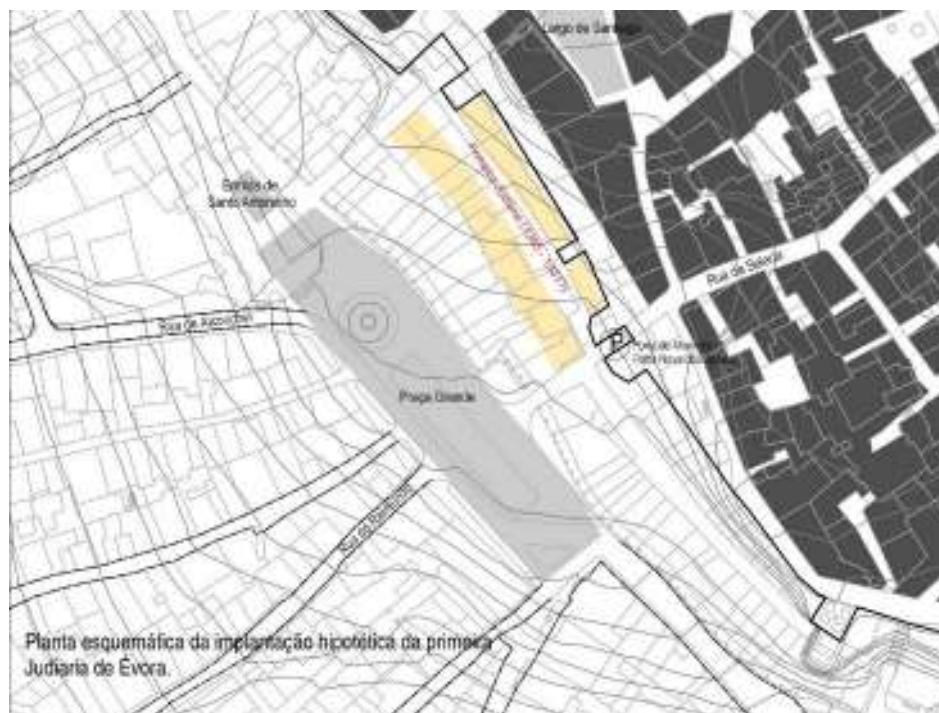
“podemos afirmar que a comuna se identifica, como espaço físico, com uma ou mais judiarias ou com uma ou mais ruas do concelho cristão onde habitam os judeus. Mas é, também, o conjunto de todos os órgãos religiosos, administrativos e legais que permitem, por mercê régia, ao povo judaico ter uma identidade própria” (Tavares, 1982: 45).

Logo, a conceção formal que temos de judiaria enquanto espaço de segregação judaica advém de conceções posteriores, as quais não se aplicam, necessariamente, à Évora de finais de trezentos. Porém, o termo é relativamente ambíguo pois, para autores como François Soyer, poderia ser usado “*para descrever áreas onde membros de uma comunidade tendiam naturalmente a agrupar-se*”, sem obrigação legislativa de tal e sem requerer um número mínimo de elementos na comunidade (Soyer, 2013: 51).

Portanto, e até à constituição da denominada “Judiaria Nova” – espaço aprofundado no subcapítulo seguinte –, é provável que os judeus se localizassem junto à antiga Porta de Alconchel, nas alcárcovas. Para Gustavo Val-Flores, a “judiaria” seria um bairro surgido no século XIII, “*junto de uma das portas da cidade e na proximidade do principal terreiro comercial (Praça do Giraldo)*” (Val-Flores, 2009: 165). Esta

possibilidade é sustentada pela toponímia e pela investigação desenvolvida por Maria Ângela Beirante, que associam o topónimo de 1285, “Porta Nova dos Judeus”, à Porta de Alconchel, no fim da atual Rua 5 de Outubro (Beirante, 1998: 46). Val-Flores crê, portanto, que até 1296, “*o espaço junto da actual Porta da Selaria assistia a assentamento de judeus*” (Val-Flores, 2009: 167). Tal proposta alinha-se com os estudos desenvolvidos por Carmen Balesteros, que apontam para a existência, na Cerca Velha, de uma zona habitada por judeus perto da Alcárcova de Cima (Balesteros, 2004: 10). De acordo com Tavares, os bairros judaicos estariam nas proximidades das portas e muralhas da cidade (Tavares, 1982: 44), circunstância que assim se verifica no caso da judiaria eborense no século XIII mas também, e como observaremos num momento posterior deste trabalho, nos séculos XIV e XV.

Figura 1. Proposta de Gustavo Val-Flores para a “Primeira Judiaria” de Évora. (Val-Flores, 2009: 45).



No entanto, Túlio Espanca apresenta uma opinião divergente da desenvolvida por Balesteros, Beirante e Val-Flores. O dito autor associa a “Porta Nova dos Judeus” à “Porta Nova”, junto à Praça do Sertório, como espaço de estabelecimento da primeira judiaria. Esta hipótese é atualmente descartada, não excluindo a possibilidade de que judeus possam ter habitado essa zona (Val-Flores, 2009: 167).

Considere-se que esta é uma situação não generalizável a todo o território. Nos núcleos urbanos do Porto, Coimbra e Lisboa, os judeus viveriam “*dispersos na cidade e nos arrabaldes*” até à sua segregação em bairros definidos para o efeito (Wilke, 2009: 37). No atual espaço espanhol, onde a segregação espacial é legislada apenas em 1412, pelas leis de Ayllón (Wilke, 2009: 8), era comum que os judeus vivessem entre a população cristã, ainda que, no século XII, se organizassem já em *juderías* (Suarez Fernandez, 1980: 93).

Ora, quais foram os vestígios deixados pelos judeus no interior da Cerca Velha? Novamente, poucas são as informações que nos podem dar resposta definitiva. O único elemento material detetável até ao presente momento é a possível sinagoga da comunidade judaica. Entenda-se este espaço enquanto central para a comunidade judaica, com funções religiosas, de câmara de vereação, tribunal e escola (Tavares, 1982: 45). Segundo Carmen Balesteros, que analisa uma hipótese anteriormente sugerida por Túlio Espanca, à luz das *Memórias Paroquiais* de 1758, a sinagoga ter-se-ia localizado nas proximidades da Igreja de S. Tiago (Balesteros, 2004: 10). Segundo as ditas *Memórias*, aí haveria vestígios de um edifício em que “*no tempo*

da cidade primeira havia nellas aula de sinagoga”, possibilidade que Val-Flores não descarta (Val-Flores, 2009: 167). Não obstante, reconheça-se a fragilidade desta fonte – redigidas no século XVIII, as *Memórias* não fundamentam ou referem a cronologia da utilização sinagoga deste espaço. Em simultâneo, nenhum estudo aos vestígios materiais e arquitetónicos pode sustentar a hipótese acima descrita.

Pouco mais podemos deduzir acerca da “judiaria” primitiva de Évora, substituída no século XIV pela “Juditaria Nova”. Esta surge referenciada pela primeira vez em 1331, podendo justificar-se o seu aparecimento pelo crescimento da comunidade judaica (Val-Flores, 2009: 170) e pela crescente pressão social e política para a segregação espacial judaica (Wilke, 2007: 38). A cronologia da sua implantação coincide com a generalidade das judiarias portuguesas, com algumas décadas de precocidade – em 1386, os judeus do Porto e de Coimbra são segregados nos arrabaldes; em Lisboa, em 1395 (Wilke, 2009: 27). Não obstante, Val-Flores salienta que, no início do século XIV, as duas judiarias eborenses – a primitiva e a “Nova” –, poderão ter coexistido enquanto espaços de habitação judaica (Val-Flores, 2009: 172).

3.2 A “Juditaria Nova”

Coincidindo com um período de crescimento demográfico em que o espaço urbano de Évora se estende para fora da Cerca Velha, os judeus começam, no século XIV, a instalar-se no bairro em que mais tarde seriam segregados (Balesteros, 1994-1995: 10), o qual surge, em 1331, denominado como “Juditaria Nova”.

Localizar-se-ia na “*encosta poente da cidade, entre a Cerca Velha e a Cerca Nova*”, “*entre a antiga Rua do Alconchel, hoje Serpa Pinto, e a Rua do Raimundo*” (Val-Flores, 2009: 174), sendo limitado pela Travessa do Postigo (Balesteros, 1995-1996: 11) - zona privilegiada a nível de comunicações pela proximidade à Porta de Alconchel e à via que partia para Lisboa (Val-Flores, 2009: 174). Situando-se no Arrabalde da Porta de Alconchel e na Freguesia de Santo Antão (Beirante, 1998: 53), a judiaria teria a proteção da Cerca Nova, erguida na segunda metade de trezentos (Balesteros, 1994-1995: 184).

Apesar de a sua localização ser de concordância geral entre autores, os limites e composição de arruamentos deste bairro são complexos objetos de estudo. Carmen Balesteros é da opinião que a judiaria se iniciaria abaixo da Praça do Giraldo (Balesteros, 2004: 11), baseando-se numa referência a “*casas na rua direita da judiaria e junto com a porta que say contra a praça*”, presente no *Acenheiro* (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 1ª parte, Quaderno no livro preto, fl. 1v., p. 182). Maria José Ferro Tavares, por outro lado, parece discordar, afirmando que “*não se nos afigura que a judiaria principiasse junto da atual praça do Giraldo, apesar dos judeus possuírem, aqui, diversas tendas aforadas ao rei*” (Tavares, 1982: 56). Será Gustavo Val-Flores a problematizar com maior detalhe a questão dos arruamentos da judiaria, propondo como limite norte da mesma a Travessa Torta, atual Travessa do Sol (Val-Flores, 2009: 176) e indicando ainda como parte do bairro a Rua do Tinhoso (Val-Flores, 2009: 181), a Rua da Moeda, a Rua dos Mercadores, a Travessa das Damas, a Travessa do Sol e a Travessa Torta, até à Rua do Raimundo (Val-Flores, 2009: 177).

No entanto, a própria toponímia é objeto de debate entre investigadores, debate esse que Val-Flores expõe na sua análise. Maria Ângela Beirante, por exemplo, faz corresponder à dita Travessa Torta a antiga “Rua dos Banhos Velhos”, topónimo do século XIV, enquanto Afonso de Carvalho associa esta Travessa à Rua dos Mercadores (Val-Flores, 2009: 177). A tal “Rua dos Banhos Velhos”, por sua vez, seria outro ponto delimitador do bairro, pois este complexo dos “Banhos Velhos” localizar-se-ia na “*Rua que uay pera Judaria*” e não na *Judiaria*” (Val-Flores, 2009: 177). Já Val-Flores reconhece a existência de uma “Rua dos Banhos”, mas crê que esta terá desaparecido (Val-Flores, 2009: 178). O autor sugere, ainda, que o espaço da “Juditaria Nova” se terá desenvolvido “*em torno do Largo dos Mercadores, com a Travessa das Damas a desembocar na atual Travessa do Barão*” (Val-Flores, 2009: 177). Neste cenário, existe a possibilidade que o topónimo “Largo dos Mercadores”, datado de 1548, ter sido associado a uma função mercantil e de confluência da comunidade (Val-Flores, 2009: 182).

Um outro espaço que Val-Flores destaca, e que pode indicar uma dimensão maior que a atualmente pensada para esta judiaria medieval, é o edifício no cruzamento da Rua da Moeda e da Rua de Alcoutim. Datado de finais do século XIV a inícios do século XV, encontra-se fora do perímetro estabelecido pelos diversos autores para este bairro. Com uma morfologia pouco usual e arcos ogivais, com um destes a apresentar uma

marca da Mezuzah - “*concauidades de cerca de 10cm de altura e cerca de 2 cm de largura e outros tantos de profundidades*” nas quais se insere o pergaminho, numa marca de “*adesão ao culto monoteísta judaico*” (Balesteros, 1997: 168) -, levanta-se a possibilidade de este ter sido um espaço integrante da “Judiação Nova”, que poderá ter sofrido acrescentos ao longo do tempo (Val-Flores, 2009: 181). Acrescentos tais podem ter ocorrido “*entre a linha da Travessa Torta que, para sul, se detém na Travessa da Tâmara*” (Val-Flores, 2009: 182). Não obstante, a datação relativa do edifício em questão leva-nos a ponderar a hipótese de este ter sido utilizado e/ou modificado, integrando-se no espaço da judiação apenas após o alargamento de 1408, o qual será aprofundado no capítulo seguinte.

Quanto aos edifícios que compõem o espaço, pouco podemos apontar para a cronologia em análise. Dífceis de situar no espaço urbano devido à relatividade da toponímia e dos vestígios materiais, os edifícios são ainda difíceis de datar. Na impossibilidade de indicar se estes se edificaram ou entraram em funções antes ou depois do alargamento da judiação em 1408, apenas no capítulo seguinte enveredaremos pela análise dos imóveis e espaços comunais.

Porém, há que destacar a sugestão de Carmen Balesteros. A autora, que propôs uma localização para a sinagoga da “judiação primitiva”, vem localizar também a sinagoga da “Judiação Nova” no edifício que é, atualmente, o nº17 da Travessa do Barão. Significaria isto que, anteriormente a 1408, a sinagoga estaria próxima de uma porta e, provavelmente, de um postigo, por onde passariam aqueles que percorressem o caminho em direção de Lisboa (Balesteros, 1994-1995: 189), situação que se altera com o alargamento da judiação em inícios do século XV, como veremos de seguida.

Verifica-se, portanto, que a verdadeira dimensão da “Judiação Nova” é bastante difícil de definir. Relevemos o surgimento de uma judiação nos arrabaldes eborenses, a ocidente da Praça do Giraldo, entre a Cerca Velha e a Cerca Nova, a qual tem tendência para crescer e abarcar novos arruamentos ao longo do século XIV.

4. A Judiação de Évora no século XV (1408-1497)

Em 1408, D. João I permite um alargamento da judiação de Évora. Consta, como transcrito por Gabriel Pereira nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, que “*a judiação era pequena e per aazo della seer pequena as casas eram mui caras dos alugueres que as nom podiam soportar os pobres. E que outrosy se hiam muitos judeos pera os regnos de Castella e pera outras partes por nom poderem morar em a dita judaria*” (Pereira, 1998: 223-224). Expõem-se assim os impactos urbanos do crescimento demográfico da comunidade judaica eborense, indicada no excerto acima, nomeadamente os altos preços dos alugueres e, consequentemente, a partida de judeus para outras zonas do reino ou para os reinos vizinhos. O documento enunciado menciona que “*por a dita judaria ser acrecentada e os judeos que de fora vierem pudessem achar em que morarem*” (Pereira, 1998: 223-224), evidencia que, além da crescente população residente em Évora, estariam a chegar à cidade judeus de outras regiões. Esta circunstância estaria prevista pelo alargamento e seria, porventura, desejada, dado o empenho régio para que estes recém-chegados tivessem habitações disponíveis.

Note-se que, na década final do século XIV, aumenta a intolerância para com os judeus em Castela e na Europa Central. Para as comunas portuguesas, isto representa a chegada de refugiados de outros reinos, com um “crescimento exponencial” das judiarias e seus habitantes, particularmente na zona da raia alentejana (Val-Flores, 2009: 188), situação cuja fonte acima parece comprovar para o caso eborense. O dito alargamento ocorre ainda em concordância com a “*mayor parte*” dos cristãos “*de cujos as casas erom de seerem postas em judaria*” e seria efetuado à custa da comuna e com a sua mão de obra (Pereira, 1998: 223-224), não interferindo, assim, com o concelho ou com a maior parte da população cristã da cidade.

Ora, se para a composição de arruamentos da “Judiação Nova” não nos foi viável uma análise precisa e

objetiva, mais difícil é a tarefa de compreender a dimensão e composição do bairro depois do seu alargamento. A alteração ou desaparecimento da toponímia da época ou a utilização, nas fontes quinhentistas, de nomes de residentes para localizar os arruamentos, impede que compreendamos a morfologia deste espaço.

Consta na ordem dada por D. João I que se

“mandou tirar a porta da judaria que sta em a rua do Tinhoso e mandou que se çarrasse a travessa do canto da rua que vay sair na rua d’Alconchel em direito da casa de Lourenço Pires da Rosa e deulhe por judaria essa rua a suso ataa outra travessa seguindo onde sta o forno da ponte e que hi se çarrasse contra a rua d’Alconchel, e deulhe mais outra travessa que entesta na casa de Joham afom alvané dito Romaão e que hi seja çarrada. Item deulhe mais outra travessa seguinte onde mora ho hortellam a qual casa he de Maria Pires molher do Gallego e que hi seja çarrada. Item lhe deu outra travessa onde tem atafona Rodrigo Alvares marido de Maria d’Eiraboa, e que seja feita hua porta na rua direita e a travessa em diante onde more Meem Delgado que vay direita a Palmeira e que hy se ponha a porta da carniçaria da Judaria em essa rua direita que entesta um pardieiro que hi esta que se foe pellomem” (Pereira, 1998: 223-224).

Significa isto que a Rua do Tinhoso é, formalmente, parte da judiaria, assim como a Rua Direita e uma série de travessas para as quais o documento utiliza os moradores como referencial localizador. A judiaria alarga-se *“pelas travessas que findam na rua de Alconchel, atual Serpa Pinto, até terminar na Palmeira, junto das alcaçarias”*, estendendo-se *“pela chamada rua dos Mercadores e travessas próximas até à rua do Reimondo, onde alguns judeus têm casas”* (Tavares, 1982: 56).

Val-Flores propõe que as travessas mencionadas no documento sejam as *“que, hoje, se denominam por Travessa da Parreira, Travessa do Pocinho e Travessa do Contreiras e as suas correspondências ao nível dos pequenos arruamentos que estão já encravados nos quarteirões delimitados pela Rua da Moeda e Serpa Pinto”* (Val-Flores, 2009: 189), hipótese que vai de encontro ao afirmado por Carmen Balesteros e Maria José Ferro Tavares. Balesteros procura sintetizar a questão, afirmando que a judiaria alargada se localizaria entre a atual Rua Serpa Pinto, antiga Rua do Alconchel, e a Rua do Raimundo, possuindo como limite a Travessa da Palmeira (Balesteros, 2004: 10).

Em alguns casos, os arruamentos adquirem o nome de edifícios, com algumas variações e uma grande abundância de topónimos – é o caso da Rua do Midras, Rua do Midras Velho, Rua dos Banhos, Rua dos Banhos Velhos, Rua da Sinagoga\Esnoaga, Rua da Sinagoga\Esnoaga Grande ou Rua da Sinagoga\Esnoaga Velha (Tavares, 1982: 59). Estes não aparecem mencionados no documento do alargamento, mas são referidos na documentação por nós consultada ao longo do século XV.

Simultaneamente, como bairro segregado, a judiaria seria delimitada por um muro e fechada por portas, com uma composição que se altera em 1408, como demonstra o excerto *“mandou tirar a porta da judaria que sta em a rua do Tinhoso e mandou que se çarrasse a travessa do canto da rua que vay sair na rua d’Alconchel em direito da casa de Lourenço Pires da Rosa”* (Pereira, 1998: 223-224). Segundo Maria José Ferro Tavares, *“as portas do bairro judaico erguer-se-iam certamente nos dois extremos das ruas principais, a do Tinhoso e a dos Mercadores”*, sendo possível situar, também, *“duas na Palmeira, no termo de cada uma daquelas duas vias direitas e outra na rua do Reimondo, à esquina da rua de Mestre Eleázar”* (Tavares, 1982: 57), leitura com a qual Balesteros e Val-Flores concordam. Atualmente, é ainda visível na Travessa da Tâmara, junto da Rua do Raimundo, uma lápide que identifica que aí se terá aberto e fechado uma das portas da judiaria (Val-Flores, 2009: 204). Val-Flores afirma ainda que *“é provável que a cerca se encostasse às casas que serviram como limite” ou que as ruas encerradas “o terem sido por casas (...) dada a disposição dos actuais imóveis”* (Val-Flores, 2009: 203).

Debruçando-nos sobre os espaços e edifícios da judiaria associados a uma função religiosa e\ou comunal, são diversas as hipóteses que se levantam. Antes de mais, deduz-se que Évora possuísse uma ou mais sinagogas medievais. Já no capítulo anterior enunciámos a proposta de Balesteros para uma sinagoga eborense na Travessa do Barão, ainda que as escavações arqueológicas no edifício em questão não tenham encontrado qualquer espólio que o associe à função sinagoga.

A autora sustenta, no entanto, a sua proposta através da toponímia – pensa-se que a sinagoga tenha, no início do século XVI, passado à posse do barão de Alvito, dando nome à Travessa em questão (Balesteros, 1994-1995: 190). Segundo Balesteros, nos quintais da atual Pensão Portalegre, nº18 da atual Travessa do Barão, teria corrido uma rua – a Rua da Esnoga Grande. Junto à entrada deste imóvel, teria funcionado a sala de orações e, uma porta ogival em cantaria na Travessa do Barão, onde se destaca uma marca na Mezuzah, teria sido uma das várias entradas do edifício (Balesteros, 1994-1995: 194). Além da toponímia e da marca na Mezuzah, associada ao culto judaico, a métrica do espaço da suposta sala de orações corrobora a teoria de Balesteros, pois as medidas internas da sala correspondem às de algumas das mais antigas sinagogas – cerca de 11:10. Assim, “*podemos dizer que também as plantas das sinagogas de Évora, Tomar e Valência de Alcântara se aproximam destes valores. A proporção para a sala de oração dos homens em Évora é de 11:8.7, em Tomar é de 11:9.34 e em Valência de Alcântara é de 11:10.7*” (Balesteros, 2004: 15). Por último, a autora destaca a orientação do espaço – “*a parede de oração deverá ter sido a parede sudeste do jardim o que aliás está de acordo com as regras de orientação das sinagogas que devem estar viradas na direção da Cidade Santa de Jerusalém*” (Balesteros, 1994-1995: 193). A ausência de outros vestígios arquitetónicos e morfológicos poderá justificar-se pelo facto de que terão sido impostas limitações à arquitetura e decoração das sinagogas, em reforço da expressividade urbana e material dos templos cristãos (Andrade, 1996: 146). Não obstante, a base de coluna que se encontra no topo deste edifício poderá representar uma estratégia arquitetónica de contorno destas imposições (Balesteros, 1994-1995: 193).

Todavia, não sabemos se haveria suas sinagogas em Évora, ou se existiria uma que, remodelada, passou a ser designada por Sinagoga Grande (Balesteros, 2004: 13). Em 1458, os bacharéis da Sé de Évora mencionam “*casas na judiaria, que partem com quintal da sinagoga velha*” (Baptista, 1983: 78). Na margem do documento, e em letra do século XVI (Balesteros, 2004: 13), lê-se “Judaria” e “Beco do Barão”, reforçando a hipótese de Balesteros e atestando que uma sinagoga, a Velha, funcionaria no espaço que posteriormente passa para a posse do barão de Alvito. Em 1477, os bacharéis referem casas “*junto à sinagoga grande*” (Baptista, 1983: 84), estabelecendo a existência de dois espaços – a Sinagoga Velha e a Sinagoga Grande. No entanto, em 1478, referem-se casas que partem com a Sinagoga Grande, sendo que, tal como no documento anterior, à margem do texto se lê, em letra quinhentista, “*as do arco do Arco do Barão*” (Baptista, 1983: 85). Para Carmen Balesteros estas casas, seriam “*localizadas uma, junto ao quintal da Sinagoga Velha e outras junto ao claustro da Sinagoga Grande, (...) num arruamento que no séc. XVI passou a chamar-se Arco do Barão*” (Balestros, 2004: 13). Este Arco teria sido formado posteriormente, advindo do tapamento de um arruamento para delimitar as propriedades do barão de Alvito (Val-Flores, 2009: 198).

Balesteros detetou também referências nos pergaminhos dos bacharéis da Sé à Rua do Claustro Velho e à Rua do Claustro Novo da Sinagoga. topónimos usados em 1404 (Balesteros, 2004: 13). Segundo a autora, as referências à Sinagoga Velha desaparecem em 1458 nos registos da Sé, deduzindo que “*depois de 1458 ou se construiu uma nova sinagoga designada como Grande ou a Velha foi ampliada sendo nós de opinião que não terão existido ao mesmo tempo, no mesmo arruamento, duas sinagogas distintas*” (Balesteros, 2004: 13). Nesse sentido, propõe que tenham ocorrido obras de ampliação à Sinagoga Velha, na atual Travessa do Barão, em inícios do século XV ou finais do século XIV, em consequência do crescimento da comuna, dando origem à Sinagoga Grande (Balesteros, 2004: 14).

Val-Flores, ainda que reconhecendo a possibilidade de que a Sinagoga Grande possa ter funcionado na Travessa do Barão, pela associação à toponímia, discorda de Balesteros (Val-Flores, 2009: 197). Debatendo questões toponímicas, o autor sugere que a Sinagoga Velha tenha funcionado paralelamente à Grande, próxima da Travessa do Barão, mas considerando que é também possível que esta tenha desaparecido do espaço urbano (Val-Flores, 2009: 197). Maria José Ferro Tavares é também desta opinião, reconhecendo a possibilidade de coexistência de duas sinagogas até à segunda metade do século XV (Tavares, 1982: 57).

Apesar da sua possível função como templo judaico e dos trabalhos arqueológicos realizados na Travessa do Barão, nenhum vestígio comprova, com absolutas certezas, quaisquer das hipóteses acima referidas. Na verdade, poucas certezas existem, genericamente, na compreensão das dinâmicas espaciais da judiaria eborense.

A questão adensa-se quando analisamos a leitura de Túlio Espanca quanto à localização da(s) sinagoga(s) da judiaria medieval de Évora. No seu *Inventário Artístico*, o autor refere-se à Travessa do Barão como “zona da primitiva localização das sinagogas judaicas” (Espanca, 1966: 259), deixando implícito que em tempos se localizou, aí, mais do que um templo judaico. Espanca chama a atenção para um outro edifício já mencionado - o nº2 do cruzamento da Rua da Moeda e da Rua de Alcoutim. Este seria datado do século XV ou inícios do XVI - um solar manuelino “de esplendor” localizado “em plena judiaria”, destacando-se dos restantes e primando pela “arquitetura gótica” do manuelino-mudejar (Espanca, 1966: 259). Destaca-se, nesta casa,

“No rés-do-chão, com face para a Rua da Moeda, existe quase intacta, uma dependência de planta rectangular, possivelmente antiga capela solarenga ou sinagoga, rematada por pujante abóbada gótica estrelada e encordoada, de elos e calabres rústicos, de cantaria e alvenaria” (Espanca, 1966: 259).

Assim, o autor sugere que neste edifício possa ter existido uma sinagoga anexa, o que justifica com a possibilidade de na casa ter residido “um arrabi-mor da comuna, poderoso mercador judeu ou cristão-novo” (Espanca, 1966: 259). Destaque-se que, neste edifício existe uma já enunciada marca na Mezuzah, “ainda que parcialmente cheia por argamassa, na jamba direita da porta” (Balesteros, 1997: 170), indicando presença judaica. Porém, Espanca não sustenta o afirmado com documentação específica, sendo que nos é, portanto, difícil averiguar a questão em maior detalhe.

Um outro edifício importante na organização urbana e social da judiaria seria o Midrash - *Beth Midrash* -, a Escola, local de ensino religioso. Balesteros sugere que este tenha estado ligado fisicamente à Sinagoga, na Travessa do Barão, numa associação vulgar entre os dois espaços, colocando-o, assim “contígu(o) à Travessa da Parreira, antiga rua do Midras” (Balesteros, 2004: 15). Esta proposta alinha-se com a leitura de Maria José Ferro Tavares, que associa, primeiramente, a atual Travessa da Parreira à Rua da Gamela ou da Gamela Furada, anteriormente Rua do Midras e do Midras Velho e, por outro lado, a Rua do Midras de Baixo à Travessa do Pocinho (Tavares, 1982: 57). Gustavo Val-Flores propõe uma localização ainda mais precisa, sugerindo que o Midras se terá localizado “no espaço que, hoje, está compreendido entre o nº 9 da Travessa da Parreira e o nº14 da Travessa do Pocinho” (Val-Flores, 2009: 199). Se tivermos ainda em conta o documento de doação do edifício do Midras, em 1497, a D. Carlos, podemos pensar que este partira em “huma parte da Rua do tinioso e da outra aa rua dicta que vem dos mercadores” (A.N.T.T., *Odiana*, liv.1, fl. 252 v), colocando-o entre as atuais Rua da Moeda e Rua dos Mercadores, espaço em que se inserem as atuais Travessas da Parreira e do Pocinho. Simultaneamente, a designação “Midras Velho”, assume a existência de um “Midras Novo”, ou uma versão anterior do mesmo. Assim, enquadra-se com a dinâmica de surgimento ou alargamento da Sinagoga Medieval, enquanto espaço contíguo à mesma.

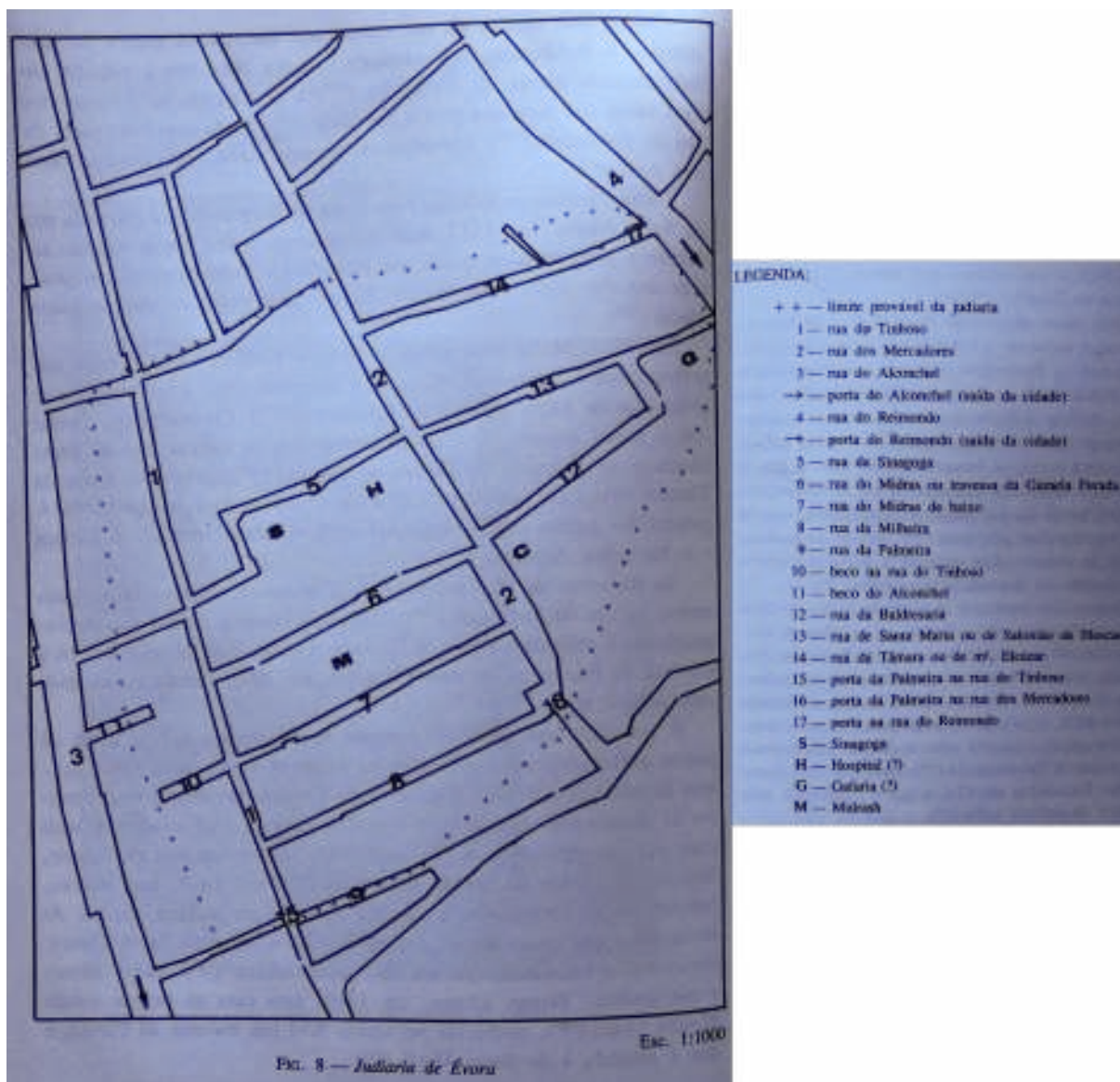
Junto do complexo da Sinagoga e do Midras localizar-se-ia, ainda, o Hospital (Tavares, 1982: 57). Segundo Balesteros, este funcionaria no encontro da Travessa do Barão com a Rua dos Mercadores (Balesteros: 2004, 16), noção defendida também por Val-Flores (Val-Flores, 2009: 199).

Desta forma, evidencia-se um espaço central na judiaria, o qual Balesteros identifica como o “coração da comuna judaica de Évora” (Balesteros, 2004: 16). Central pela sua função, pólo em que “se construíram as Sinagogas, o Midrash e o Hospital” (Balesteros, 2004: 16), sê-lo-ia também pela localização, dado que, após o alargamento de 1408, “a sinagoga ficou localizada no centro do bairro, funcionando como eixo polarizador” (Val-Flores, 2009: 186).

Pouco central seria, por outro lado, a gafaria dos judeus. Esta deveria ser, pelo seu cariz e intuito - asilar, conter e tratar os leprosos-, periférico no contexto do bairro judaico, afastado do urbanismo e das atividades quotidianas (Val-Flores, 2009: 201). Aparece mencionada na documentação do concelho como referência espacial na orientação do encerramento de uma azinhaga da judiaria, referindo-se “uma azinhaga dentro na judiaria que parte com a rua do Raymundo e com a rua de mestre Moussem e com a gafaria dos judeus e com outras confrontações” (Évora, Arq. Dist, *Livro 1º de Pergaminhos do Concelho*, fl. 113).

Com base neste documento, Gustavo Val-Flores sugere que a gafaria se localizasse entre a Travessa da Tâmara e o Beco dos Açucars (Val-Flores, 2009: 201), ainda que Maria José Ferro Tavares afirme que esta se encontrava perto da “*porta para a Rua do Reimondo*”, junto da “*Rua de Santa Maria ou de Salomão de Illescas*” (Tavares, 1982: 201). Na ausência de mais documentação e sem marcadores particulares deste espaço, não é possível discordar de nem corroborar estas afirmações.

Figura 2. Planta da judiaria medieval de Évora no século XV, proposta por Maria José Ferro Tavares. (Tavares, 1982, 60-61).



Já um espaço relativamente simples de localizar seria a carniçaria dos judeus. No *Livro do Acenheiro*, é mencionada pela documentação do Hospital de Jerusalém num aforamento de 1439, como auxiliar na localização de “*humas casas que andavam em pregão que sam na judarja da dita çidade aa par da carnaçarja que partem com Rofos e da outra com casas de Salamam Abom e com outros*” (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 1ª parte, Quaderno 6º, fl. 45v-46, fl. 99v., pp. 103) e num aforamento de 1452, no mesmo âmbito, falando-se em

“huma casa de foro do ospital de Jerusalem que era na judarja da dita çidade na rua Direita que vay per a carnaçarja dos judeus que parte com Salamam Abom da fea de Portel e com Pinto mercador e pela dita rua e com curraes dos filhos de Mosse Alvo e com outros as quaes casas tynha vendidas a Pelazim Abrão çapateiro morador na dita çidade” (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 1ª parte, Quaderno 6º, fl. 118v., pp. 139).

De acordo com Val-Flores, a “*rua Direita que vey per a carniçaria*” seria a “*antiga Rua da Baldresaria*”, correspondente à atual Rua dos Mercadores. Assim, e em concordância com Maria José Ferro Tavares, o autor situa a carniçaria na esquina da Rua da Baldresaria com a Rua dos Mercadores (Val-Flores, 2009: 200). No entanto, Tavares sugere que este espaço nem sempre tenha servido tal função, considerando que, “*primitivamente, (as carniçarias) ficariam situadas junto da sinagoga*” (Tavares, 1988: 59).

Mais abstrata, da qual apenas conhecemos a existência e não a localização, é a cadeia dos judeus. Referida durante o reinado de D. João II, no contexto de um surto de peste iniciado na judiaria no século XV, a cadeia é mencionada num documento do concelho de Évora como referencial de localização de casas a serem taipadas, possivelmente na proximidade de uma das portas da judiaria – “*que as portas das casas e da rua onde morreram em elles sejam taipadas e deixem sair os judeus fora pela cadeia e abram as portas da judiaria*” (Évora, Arq. Dist, *Livro 2º de Originaes*, fl. 222). Este documento levanta uma outra questão – a alteração da configuração da judiaria com o fecho de portas e ruas aquando de uma situação sanitária adversa.

Um outro edificio comunal seria o dos banhos, o qual Gustavo Val-Flores situa numa travessa “*hoje desaparecida, que iria desembocar na Rua do Raimundo*” (Val-Flores, 2009: 37). Maria José Ferro Tavares, por sua vez, situa-o na proximidade da Rua dos Ferreiros, “*num edificio composto por três casas, uma abóbada e um quintal*” (Tavares, 1982: 58). É diversa a toponímia associada a este espaço, com referências a “Banhos” e “Banhos Velhos”, questão que a autora esclarece com o facto de, primitivamente, os banhos se terem “*localizado numa travessa na parte superior da judiaria e fora dela, a qual conduzia à praça*”, a atual Praça do Giraldo, tratando-se de um espaço que poderia ser apenas destinado à população cristã ou de utilização alternada entre cristãos e judeus (Tavares, 1982: 58).

Na documentação consultada, várias são as referências ao complexo dos banhos. A primeira surge em 1424, na documentação do Hospital de Jerusalém, no *Livro do Acenheiro*, mencionando a Rua dos Banhos, sem a localizar – “*casas que lhe aforou o dito João Gonçalves das Donas dous pares de casas sem çeleiros junto huma com outra que eles ham em a çidade dentro na judarja da dita çidade na rua dita dos Banhos*” (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 1ª parte, Quaderno 6º, fl. 89v, pp. 94). No mesmo ano, a documentação do Hospital do Espírito Santo menciona uma “*Praça dos Banhos Velhos*”, dentro da judiaria (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 2ª parte, Quaderno 9º, fl. 195., pp.9), e, em 1429 a “*Rua Direita dos Banhos Velhos na judiaria*” (*Livro do Acenheiro*, 2ª parte, Quaderno 9º, fl. 196v., pp.10), sem fornecer informações que auxiliem na localização das mesmas. Já em 1432, os bacharéis da Sé de Évora autorizam a venda de casas “*sitas na rua que vai da Praça para a Judaria que se chama dos Banhos Velhos*” (Baptista: 1983, 70), sugerindo que estes “Banhos Velhos”, que Tavares situa na proximidade da atual Praça do Giraldo, tenham dado nome a uma rua situada entre a dita praça e a judiaria. Em 1435, a documentação do Hospital de S. João menciona casas a aforar “*dentro na judarja na rua que se chama dos Baynhos as quaes parte com casas de Ysaque Pireira e com parede da porta da judarja*” (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 1ª parte, Livro em pasta preta, fl. 15, pp. 199), estabelecendo que a Rua dos Banhos desembocaria num dos limites da judiaria. Interessante é, também, a referência dos bacharéis ao aforamento de uma “*casa onde põem fogo aos banhos*” na “*rua da ferraria*”, que descrevem como tendo

“quatro varas de longo e quatro de ancho; uma abóbada de comprimento seis varas e meia e de ancho três varas; outra casa, de longo seis varas e de ancho quatro varas; uma adega, de longo sete varas e de ancho três varas; um quintal com um poço e uma figueira revaldia e videiras ferraes, de longo onze varas e de ancho dez varas e meia: ao todo são três casas e uma abóbada*

e quintal e uma rua estreita que vai do quintal e casas até à rua dos Ferreiros, na Judaria, e tem um portal grande com suas portas, tudo emprazado por vinte e três libras da moeda antiga a quinhentas por uma, e duas galinhas” (Baptista, 1983: 91).

Na margem deste texto lê-se “casas na rua dos Banhos e são quatro casas que foram banhos, em que entra uma abóbada e uma adega e um quintal e uma azinhaga e vai para a Judaria dos ferreiros. Rua dos Banhos” (Baptista, 1983: 91), alinhando-se com a proposta de localização de Maria José Ferro Tavares. A extensão desta descrição, que em muito auxilia o trabalho do historiador, demonstra a importância e envergadura do edifício dos banhos na judiaria. Não só confere toponímia aos arruamentos com que contacta, como é morfologicamente imponente e digno de destaque na documentação.

Por fim, dentro da panóplia de edifícios que nos propomos a localizar, aborde-se o(s) cemitério(s) dos judeus. A referência mais antiga a tal surge em 1435, na Chancelaria de D. Duarte, na qual se lê -

“Eduare etc A quantos esta carta birem fazemos Saber que a comuna dos Judeus da çidade d euora nos embiarom dizer per mousem abeatarseu procurador que as [sic] dicta cumuna, necessário [sic] huu ferregal que he em termo dicta [sic] çidade que partem com os muymentos dos dictos Judeus E com Reuealdo [sic] E com camjnho publico que uay pera montemoor o nouo E esto pera em ell fazerem suas Sepulturas O qual dizem que nom podem conpar [sic] a bras domijnquez cujo el lhe e lho uende sm nossa carta e autoridade [sic]

E que porem nos pediam [sic] por merçee que lhe desemos licença E lugar per que o podessem conpar [sic]

E nos veendo o que nos asy diziam E pediam E querendo fazer graça merçee a dicta cumuna Temos por bem E damos licença e lugar ao dicto seu procurador que em nome da dicta cumuna possa conpar [sic] o dicto ferrege <a>II

E porem mandaos aos Jujzes e taballjães E pessoas a que esto pertencer que lhe mandem fazer E facam qualquer escriptura publica de compra do dicto ferregeal no modo e forma que os Judeus dos nossos Regnos contrautam E faze suas escripturas com os christãos E esto lhe fazeos sem embargo da hordenaçam nem defessa que en contrairo desto per nem [sic] per os Reis que nos forrom SeJam fectas

em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta” (Chancelarias Portuguesas - D. Duarte, Volume III, fl. 30, 184).

Este documento permite situar um espaço de enterramento judaico num ferragial do termo de Évora, no caminho para Montemor-o-Novo. Carmen Balesteros estabelece, no entanto, que haveria já um ou mais cemitérios anteriores a D. Duarte – “*julgamos não ser razoável pensar que só a partir do reinado de D. Duarte os judeus enterrassem os seus mortos em espaço próprio*” (Balesteros, 2004: 12). Ora, atente-se que o terreno destacado no documento parte com “*os muymentos dos dictos Judeus*”, implicando que este texto não representa meramente uma autorização régia para que a comuna adquira um cemitério, mas sim para que alargue um já existente. Contíguo ao espaço que a comuna adquiriria por licença régia, estaria um terreno onde se efetuariam já enterramentos judaicos, sem que possamos apontar qualquer cronologia para os mesmos.

Segundo a atual organização viária, o cemitério referenciado pela *Chancelaria de D. Duarte* ficaria junto à Porta de Alconchel, perto da Cerca Nova (Balesteros, 2004: 12). Não obstante, o caminho para Montemor-o-Novo mencionado no documento não corresponderia ao atual, que surge já representado na iluminura do Foral manuelino de 1501 (Balesteros, 2004: 12). Seria, antes, o “*caminho velho para Montemor-o-Novo que partia da Porta da Lagoa, continuava por S. Bento de Castris, quintas de Entre Estradas, Atafona, Aivado e Laranjal da Vargem, ponte medieval da ribeira de S. Matias, Alto da Abaneja, Patalim, Santa Sofia e Montemor*”, junto da Porta da Lagoa (Balesteros, 2004: 13). A comprová-lo existe a referência ao “*caminho*

de Montemor aquém de S. Bento” (Pereira, 1998: 127) e uma carta de venda, datada de 1474, existente na Biblioteca Pública de Évora e consultada por Maria José Ferro Tavares, onde se lê

“Os ferragiais de pão que elles teem pella porta da lagoa a par do adro dos judeus huum delles que parte com ferrageal das figueiras que ora he dos judeus e pello camjnho da manizzolla e per a regueira do valle per honde corre a aquaa e com ferrageal do luz da parte de baixo e ho outro parte pello camjnho de ssam bento” (Tavares, 1982: 46)

A referência ao adro invoca, desde logo, o espaço de enterramento, enquanto o “*caminho de ssam bento*” e a referência à Porta da Lagoa parecem confirmar a localização enunciada, reconhecida por Carmen Balesteros e Maria José Ferro Tavares.

Esta lógica enquadra-se com as dinâmicas urbanas das judiarias medievais, pois o cemitério judaico ficaria, geralmente, afastado do espaço habitacional, fora das muralhas e da judiaria (Tavares, 1982: 46), como se verifica, por exemplo, em Toledo ou Sevilha. Não obstante, “*a localização escolhida (procurava) evitar a ocorrência de prolongados cortejos fúnebres através da zona cristã*” (Andrade, 1996: 145), devendo, portanto, situar-se na proximidade das portas da judiaria. Neste sentido, a localização do cemitério de Évora parece algo excecional, dada a distância entre a Judiaria e a Porta da Lagoa.

Considere-se, no entanto, que poucas certezas se podem apontar quanto à localização dos edifícios, como ficou demonstrado pelo exercício acima, repleto de relativismos, complexidades e divergências entre autores e fontes. E, se a localização dos imóveis é uma questão relevante no âmbito deste trabalho, também a propriedade é digna de consideração.

A maior parte da propriedade de bens imóveis na judiaria era detida pelo cabido e pelos bacharéis da Sé de Évora, “*quase na sua totalidade, entremeando-se com algumas casas régias e municipais*” (Tavares, 1982: 56), o que se verifica espacialmente pelas abundantes placas, impossíveis de datar, que o confirmam. O estudo de Maria Ângela Beirante sobre Évora Medieval comprova-o, identificando a Sé, o Concelho e a Coroa como principais proprietários na zona da judiaria (Beirante, 1998: 60). Não obstante, também as colegiadas das igrejas teriam algumas casas no bairro, como é o caso da Igreja de São Pedro e da Igreja de S. Tiago, verificável também pelas placas, assim como alguns conventos (Beirante, 1998: 99). Destaque-se, também, que as albergarias eram proprietárias – no *Acenheiro* destaca-se a propriedade dos hospitais na judiaria, nomeadamente de Jerusalém e São João. Verifica-se, portanto, uma variedade na distribuição da propriedade da judiaria, concentrada na Sé, nas confrarias, no concelho, no rei, nas igrejas e nos conventos.

Figura 3. Referências de cada hospital a propriedades na judiaria presentes no *Livro do Acenheiro*. (Évora, Arq. Dist., *Livro do Acenheiro*).



Porém, os judeus não estavam completamente confinados à habitação na judiaria - “a insuficiência de espaço nas judiarias implicou a instalação de muitos dos recém-chegados em áreas cristãs, obtida quase sempre mediante autorização e apoio do rei e com desagrado das autoridades locais” (Andrade, 1996: 14). Em 1458, os bacharéis fiscalizam e retiram casas a Jacome Dias, no Chão Domingueiros, “por ser compreendido de judeu” (Baptista, 1983: 77). Já em 1472, o Hospital do Corpo de Deus afora casas “na Rua do dito hospital”, as quais partem com casas de cristãos, a “Ysac Pinto judeu mercador” (Évora, Arq. Dist, *Livro do Acenheiro*, 2ª parte, Quadro 10º, fl. 236v.,49). Não sendo o objetivo do nosso trabalho averiguar as dinâmicas de sociabilidade e espaços de habitação entre credos, esta é uma realidade que não pode passar despercebida quando trabalhando um bairro segregado, como o seria a judiaria medieval de Évora.

Nas últimas décadas do século XV, cresce a intolerância para com a comunidade judaica, em Évora dinamizada também pelos surtos de peste na cidade, culminando no Édito de Expulsão de 1496. Com este, a judiaria medieval de Évora deixa de existir formalmente, passando o seu espaço a integrar o tecido urbano de uma cidade – e de um reino – que pretendia um só credo. O que acontece, portanto, aos espaços mencionados?

5. Os Impactos do Édito de Expulsão Manuelino (1496)

5.1 Os Impactos de 1496 nos Espaços Urbanos

D. Manuel promulga, em 1496, o Édito de Expulsão que decreta que as minorias judaica e muçulmana devem optar entre converter-se ao catolicismo e abandonar o reino português, num prazo que se estenderia até 1497. A verdade é que os judeus portugueses recusaram a conversão – optaram por partir, afluindo aos portos do reino com uma convicção não prevista pelo monarca (Tavares, 1987: 32). De forma a impedir a saída de uma significativa componente humana e financeira do espaço português, a coroa ordena o fecho dos principais portos e limita o embarque de judeus (Tavares, 1987: 32). Assim, impedidos de abandonar

o território, os judeus vêm-se obrigados à conversão forçada, num processo de extrema violência relatado pelas crónicas de Damião de Góis e Jerónimo Osório (Tavares, 1987: 35).

Quatro anos antes, os Reis Católicos expulsavam do reino vizinho as minorias étnico-religiosas, através do Decreto de Alhambra. No entanto, não se verifica, em Castela, uma onda de conversões forçadas, sendo que a coroa permitiu a fuga dos judeus do reino – muitos deles, para Portugal.

Apesar das diferentes formas como se processou a expulsão da(s) comunidade(s) judaica(s) dos reinos ibéricos, deixaram de existir judeus na Península. Os convertidos passaram a designar-se por “cristãos-novos”, opondo-se à designação de “cristão-velho”, criando uma dualidade social imposta pelo passado religioso, pela “limpeza de sangue”, que marcaria a sociedade nas centúrias seguintes (Tavares, 1987: 54). Certamente, a crença, cultura e prática judaicas não desapareceram na década de 1490 e, com as conversões forçadas, muitos foram os cristãos-novos que continuam a praticar a sua religião em segredo, surgindo assim o criptojudaísmo e marranismo (Tavares, 1987: 54).

Sem minoria judaica formalmente existente, desaparecem as judiarias, que perdem o seu propósito no espaço urbano, independentemente das crenças e práticas cristãs-novas. Esta é uma realidade que se verifica nas diversas comunas portuguesas, assim como no atual espaço espanhol, com os antigos bairros judaicos a integrarem-se num tecido urbano que, com os Éditos, deixa de prever e promover a exclusão espacial das minorias, contribuindo para “*um fenómeno de integração forçada de uma minoria religiosa na Cristandade*” (Andrade, 1996: 150).

Os impactos dos Éditos começam a verificar-se ainda antes do desaparecimento efetivo dos judeus. A opção de muitos pela saída ou fuga para reinos vizinhos leva ao abandono de propriedades e imóveis (Andrade, 1996: 150). Em Portugal, aumentam as vendas em 1496 e 1497, uma vez que

“os judeus desejosos de partirem e conscientes das despesas que tal a viagem implicava tentaram regularizar as suas contas e sobretudo, proceder à venda das suas propriedades, quer se tratasse apenas da sua casa de habitação quer de patrimónios mais volumosos, constituídos por casas, lojas e propriedades agrícolas” (Andrade, 1996: 151).

Com as conversões forçadas, muitos são os cristãos-novos que, “ao longo das primeiras décadas do século XVI”, procuram abandonar o reino, deixando para trás os seus imóveis que, “*de acordo com a legislação então e posteriormente emitida, eram confiscados pelo rei que depois procedia à sua exploração, venda ou redistribuição por indivíduos ou instituições*” (Andrade, 1996: 150). Isto terá fortes impactos na distribuição do património urbano e no poder fundiário urbano dos monarcas (Andrade, 1996: 155), processo pouco conhecido pelas historiografias portuguesa e espanhola.

Os judeus que permanecem no reino português e se convertem em cristãos-novos tendem a mostrar relutância em abandonar as suas propriedades, continuando “*a habitar as suas antigas residências – em muitos casos aforando habitações que já lhes tinham pertencido*”, surgindo assim bairros cristãos-novos nos espaços das antigas judiarias, “*cujos ocupantes se caracterizavam pela manutenção de uma forte coesão manifestada*” (Andrade, 1996: 154). Isto desagradará aos cristãos-velhos, que olham para estes espaços com desconfiança (Andrade, 1996: 154). Não sendo estas dinâmicas socio-religiosas o foco do nosso trabalho, a questão de quem habitou os espaços que outrora foram judiarias é complexa de abordar. A dificuldade reside em “*seguir o rasto dos cristãos-novos devido à similitude de onomástica com os restantes habitantes dos núcleos urbanos resultante do baptismo*”, o que justifica a ausência de estudos sobre tal (Andrade, 1996: 155).

Uma alteração mais clara e simples de detetar é o surgimento de nova toponímia de forma a “*apagar os vestígios e a memória da permanência dos antigos ocupantes*” (Andrade, 1996: 153). Em Portugal, para o espaço que fora judiaria, surge o termo “Vila Nova” ou, no caso de este se limitar a um único arruamento, “Rua Nova”. A toponímia associada aos espaços judaicos, como a Rua da Sinagoga, ou a habitantes mais emblemáticos, desaparece também (Andrade, 1996: 154). Neste sentido, há uma intencional tentativa de eliminação da memória de um espaço, a qual não se limita a motivações espaciais, urbanas ou financeiras.

Por outro lado, o desaparecimento legal das judiarias leva a que os concelhos e autoridades municipais procurem desfazer-se e reaproveitar estes espaços. Eliminando-se a necessidade de encerrar os antigos bairros judaicos, os muros, portas e postigos perdem a sua função, sendo retirados e muitas vezes reaproveitados para habitação (Andrade, 1996: 152). Simultaneamente, “*o pano de muralha que tendia a limitar a judiaria poderia agora ser interrompido através da abertura de uma saída, – a chamada Porta Nova*” (Andrade, 1996: 152).

Os bens das comunas – cemitérios, sinagogas, escolas, banhos, cadeias, açougues, entre outros -, móveis ou imóveis, seriam expropriados pela coroa e redistribuídos “*em função da sua vontade quer a instituições como os concelhos e/ou ordens militares, quer a particulares contando-se entre estes últimos bispos, membros da aristocracia associados ao serviço régio, funcionários e até judeus do círculo cortesão entretanto convertidos em cristãos-novos*” (Andrade, 1996: 153). Em Portugal, isto verifica-se num documento da *Chancelaria de D. Manuel* que menciona uma ordem passada pela coroa aos corregedores das comarcas para que tomem as sinagogas e apreendam os seus “*ornamentos*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 37, fl. 13-13 v).

Os espaços, desprovidos então de funções religiosas e comunais judaicas, seriam reaproveitados. Segundo Amélia Aguiar Andrade, a prática mais comum seria converter os imóveis das antigas comunas em habitações, “*passando a integrar os patrimónios de pessoas e instituições a que tinham sido atribuídos ou que os tinham adquirido, alargando a disponibilidade imobiliária em zonas quase sempre consideradas muito centrais*” (Andrade, 1996: 153). Não obstante, há uma variedade de soluções para o reaproveitamento dos espaços.

Os cemitérios, por exemplo, passariam a funcionar “*como terreno de exploração agrícola ou então, como simples terreno vago, um rossio, disponível para utilizações diversas*”. As lápides desapareceriam, com a pedra a ser “*reutilizada em outras construções*” (Andrade, 1996: 155).

No caso das sinagogas, várias foram as soluções e formas de reaproveitamento. Algumas, quando passavam para a propriedade dos concelhos, eram “*sobretudo reutilizadas como cadeias, sofrendo para tal fim algumas alterações na sua traça interior e exterior*” (Andrade, 1996: 153). Outra hipótese seria a substituição do antigo templo judaico por um templo cristão, num ato de sacralização do espaço de antigos cultos “*nefandos*” (Andrade, 1996: 153). Daí surge a prática enunciada por Garcia de Resende - sinagogas “*tornadas em nossos dias Igrejas Santas benditas*” (Resende, 1917: 51).

A diversidade de formas de reutilização e conversão funcional dos espaços, particularmente das sinagogas, evidencia-se quando analisamos casos particulares. Em Palência, por exemplo, os Reis Católicos doaram o edifício da antiga sinagoga à cidade, com o objetivo de que nele se criasse um hospital. As autoridades municipais, no entanto, pretendiam aí erguer uma igreja. A disputa não foi vencida por nenhuma das partes, com o espaço “*destinándose a carnicería y matadero*” (Pérez Castaño, 2013: 194). Situação semelhante ocorre em Valência de Alcântara, onde se lê no lintel da porta do antigo templo judaico *MATADERO*, transferindo-se para “*a sinagoga uma actividade que envolvia contacto com sangue, questão que para os judeus é considerada como uma impureza*” (Balesteros e Oliveira, 1993: 25).

Até nos casos em que a antiga sinagoga não se converte em igreja, verifica-se que, no seu espaço, surgem imagens católicas. Nos trabalhos arqueológicos ocorridos na possível sinagoga medieval de Castelo de Vide, em 1988, entre cerâmica e numismática, surgem imagens católicas em silos entulhados – um crucifixo sem braço e duas medalhas -, numa unidade estratigráfica de abandono do espaço (Balesteros e Oliveira, 1993: 134).

Figura 4. Crucifixo e medalhões recolhidos nos silos da Sinagoga Medieval de Castelo de Vide. Carmen Balesteros, 1998.



Carmen Balesteros propõe uma outra consequência dos Éditos de expulsão visível nos espaços urbanos, não associada à transformação dos edifícios, mas sim à sua marcação. Para esta autora, as marcas mágico-religiosas podem ter sido elementos advindos do surgimento de comunidades e bairros cristãos-novos nas antigas judiarias. Na década de 1990, Balesteros procedeu ao levantamento de um conjunto de marcas de simbologia em ombreiras\lintéis de portas e janelas num total de 43 localidades portuguesas e espanholas (Balesteros, 1997: 166). Estas marcações apresentam várias tipologias – cruzes, marcas na Mezuzah, gravações longitudinais e epígrafes de referência religiosa -, sendo que podem estar associadas à presença judaica e cristã-nova.

A marca na Mezuzah, como mencionámos já, advém de uma prática hebraica, enquanto que as cruzes, ainda que com simbologia anterior ao cristianismo, podem ser vistas como um “elemento de cristianização do espaço”, cuja origem a autora encontra “na tradição religiosa hebraico/judaica de marcar nas ombreiras das portas, a marca na mezuzah” (Balesteros, 1997: 167). Os rasgos longitudinais, por sua vez, consistem em traços verticais frequentes, ainda que não exclusivamente, em antigos bairros judaicos, ocorrência que a autora justifica com a possibilidade de que “estes rasgos longitudinais possam continuar, ainda que de forma diferente, a tradição hebraica/judaica de marcar nas ombreiras das portas a adesão a um culto” (Balesteros, 1997: 171). As epígrafes ocorrem com a gravação de referências religiosas – é o caso da gravação AM (Ave Maria) “na ombreira de uma porta na Rua da Sinagoga” de Castelo Rodrigo (Balesteros, 1997: 181).

O que nos diz isto sobre as modificações espaciais ocorridas nas antigas judiarias? Ainda que não sempre nem exclusivamente, estas marcas ocorrem “com frequência em habitações localizadas no contexto das judiarias ou em zonas de provável presença judaica medieval”, como é o caso de Trancoso, Guarda, Covilhã, Medelim, Castelo de Vide, Santarém ou Valência de Alcântara, entre outros (Balesteros, 1997: 172). Assim, Balesteros sugere que “em alguns casos a marcação de uma ou várias cruzes parece compreensível pela necessidade de cristianizar um antigo espaço judaico” (Balesteros, 1997: 173), ainda que noutros casos isso não se verifique – ressalte-se que as marcações podem até ocorrer em edifícios públicos, religiosos e militares (Balesteros, 1997: 173). Por outro lado, poderá ser encarado como um fenómeno cristão-novo, como uma manifestação de adesão ao novo culto motivada “pelo medo ou pela fé”, ou até cristão-velho, como reforço público da fé (Balesteros, 1996: 174). A autora reconhece, assim, a multiplicidade de possibilidades

e justificações para estes vestígios, e a relatividade da associação dos mesmos ao fenómeno cristão-novo. Considere-se, ainda, a prática de reaproveitamento de materiais no espaço urbano, que retirará algumas destas marcas do seu contexto original através, por exemplo, da reutilização de portais, portadas ou janelas, e complexificará a interpretação deste fenómeno.

As marcas abordadas por Balesteros são uma realidade complexa de estudar e compreender, alvo de debate entre investigadores, pela ausência de documentação que a mencione ou explique, surgindo descontextualizada no espaço urbano. Simultaneamente, consideramos que a importância de todos os elementos cristãos surgidos no espaço das antigas judiarias medievais deve ser relativizada. É possível que estes emerjam de uma intenção de purificação de um espaço outrora associado ao judaísmo, mas temos, também, que considerar o facto de que a judiaria se abre a elementos, crenças, práticas e habitantes cristãos\cristãos-velhos, não sendo, portanto, a cristianização do espaço das judiarias fenómeno singular e isolado de contextos sociais, urbanos e religiosos enraizados na religião católica e na vivência do reino.

No que diz respeito a estudos de caso sobre o desaparecimento espacial das judiarias em Portugal, as judiarias de Lisboa foram trabalhadas em maior detalhe graças ao contributo de Amélia Aguiar Andrade. Aí, os bens expropriados à comuna vieram dinamizar *“o processo de construção de obras emblemáticas que ajudaram a configurar a identidade da Lisboa do século XVI”* (Andrade, 1996: 157). Estes bens, que reverteram para a coroa, permitiram *“sustentar a fábrica do Hospital de Todos os Santos”*, na zona do Rossio, edifício que *“veio a destacar-se pela sua volumetria e traça arquitectónica, constituindo um autêntico complexo de construções destinadas a acolher não só os doentes, mas também todos os que aí prestavam serviço”* (Andrade, 1996: 158). Em 1502, D. Manuel efetua uma troca de propriedades com o Mosteiro de S. Domingos para a ampliação do mesmo, que *“recebeu várias casas, a sinagoga da judiaria pequena, os banhos da rua da Gibitaria, entre outros imóveis”* (Andrade, 1992: 159).

Com os bens confiscados aos judeus lisboetas, a coroa conseguiu, ainda em 1502, obter um terreno pertencente à Ordem de Cristo, *“para a construção de um mosteiro, o qual se pretendia situar junto ao mar, em Belém, no local de onde partiam e a onde chegavam as naus e caravelas empenhadas nas navegações”* (Andrade, 1992: 159). Aí, inicia-se a construção do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém, afirmando *“um estilo arquitetónico, o Manuelino”* (Andrade, 1996: 159).

No espaço da antiga Sinagoga Grande ergue-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, enquanto *“as sinagogas de menor importância (...) foram transformadas, na maior parte dos casos, em casas de morada”*, assim como os armazéns, banhos e escola, aumentando a oferta habitacional. Note-se que Lisboa é um dos casos em que se verifica o surgimento de um bairro cristão-novo no espaço das antigas judiarias, sendo que a Judiaria Grande recebe o topónimo “Vila Nova”. (Andrade, 1996: 161).

Já o cemitério judaico de Santa Justa de Lisboa viu o seu terreno *“doado ao concelho de Lisboa logo em 1497, a fim de ser utilizado como pasto para o gado”* (Andrade, 1992: 159). A pedra das suas lápides, por sua vez, foi utilizada na construção do dito Hospital de Todos os Santos (Andrade, 1992: 158).

Os muros, torres, portas e postigos são reutilizados como espaço habitacional, com a queda destes elementos delimitadores do bairro judaico a representarem a abertura de um novo espaço urbano. A judiaria, localizada na zona ribeirinha, seria uma zona *“especialmente dinâmica”* e desejada, que, no século XVI, *“se afirmava cada vez mais como uma área fulcral na estruturação urbana da cidade”* (Andrade, 1996: 160). Não se trata apenas do aproveitamento deste espaço, mas da sua integração com o restante tecido urbano, com a criação de eixos de ligação a outras zonas da cidade entre 1497 e 1501 (Andrade, 1996: 160).

Assim, o desaparecimento da comuna de Lisboa permitiu à coroa alargar os seus domínios fundiários nos primeiros anos de quinhentos, conseguindo efetuar trocas com a Igreja, Concelho e Ordens Religiosas. Nestes espaços iniciam-se construções que, até à atualidade, surgem associadas ao estilo manuelino. Na capital portuguesa, o impacto do desaparecimento das judiarias do espaço urbano ocorreu não só a nível da economia, finanças e propriedade do rei e da cidade, mas também da assistência – com o a construção do Hospital –, e da cultura, com o desenvolvimento de um estilo artístico – o manuelino.

3.2 Os Impactos de 1497 na Judiaria de Évora

Na judiaria de Évora, os impactos espaciais do Édito manuelino ocorrem rapidamente. Isto é particu-

larmente notório quando, analisando documentos da Chancelaria Régia, nos deparamos com doações de edifícios da comuna a particulares, fenómeno que se inicia logo em 1497.

“Nesse ano, a Sinagoga é doada a D. Diogo Ortiz, bispo de Tânger, que recebe

“todo ho assento e casas da esnoga desta cidade devora contodas suas entradas e saydas casas de homens e de mulheres quyntaes e poços madeyra lavrada e por lavrar assentada e por assentar asy e pella maneira que toda a nos pertence o qual assento e casas ele podera vender e escaymbrar dar e doar e fazer delas e en elas todo o que lhe aprouver como de sua cousa própria e asy como todos seus herdeyros e pelo as que as ouvirem” (A.N.T.T., Odiana, liv.1, fl. 256).

Quando, em 1505, o bispo assume o bispado de Viseu, a propriedade da Sinagoga terá transitado para o barão de Alvito, como mencionado já no capítulo anterior (Balesteros, 2004: 13). Ainda na atualidade, se olharmos este edifício na Travessa do Barão, evidenciam-se elementos de cristianização – *“o portal encimado por cruz no acesso a um dos quintais da Pensão Portalegre e o nicho que parece ter sido destinado a conter imagem católica que se regista na parede Nordeste do jardim/lavandaria”* (Balesteros, 2004: 14) -, que Carmen Balesteros atribui à ação de D. Diogo de Ortiz enquanto proprietário.

Os trabalhos arqueológicos efetuados na Travessa do Barão por Balesteros e Oliveira demonstram, numa camada estratigráfica que corresponderá a finais do século XV e inícios do século XVI, vestígios de um fogo intenso num espaço outrora coberto (Balesteros, 2004: 18). Balesteros sugere que o incêndio possa ter ocorrido em abril de 1505, em consequência de tumultos contra os cristãos-novos da cidade, levando à destruição das casas da antiga sinagoga, à época transitando entre a posse do Bispo de Tânger e do Barão de Alvito (Balesteros, 2004: 18). Esta hipótese baseia-se na afirmação de Azevedo, que sugere que *“em Abril de 1505 deram-se desordens em Évora por causa dos cristãos-novos, e nessa ocasião foi demolida a sinagoga que ainda estava de pé”* (Azevedo, 1989: 59).

A zona afetada pelo incêndio terá, depois do mesmo, sofrido um período de abandono, sendo utilizada como local de despejo (Balesteros, 2004: 19). No entanto, os trabalhos arqueológicos encontraram, na camada estratigráfica que corresponde a esta utilização do espaço, imagens religiosas, à semelhança do verificado em Castelo de Vide, nomeadamente *“uma medalha que apresenta numa das faces uma imagem de N^a Sr^a com o Menino ao colo enquanto que no verso, apesar do desgaste existente, parece possível identificar uma representação de S. Francisco de Assis com os braços e mãos abertos a mostrar os estigmas”* (Balesteros, 2004: 19).

Figura 5. Medalhas recolhidas nos trabalhos arqueológicos no quintal da Sinagoga Medieval de Évora, em 1996. Beatriz Felício, 2021.



Não esquecendo a proposta de Túlio Espanca, que indicou a utilização do imóvel da Rua da Moeda como Sinagoga, consideramos interessante o que Balesteros sugere acerca deste espaço. A autora considera

possível que este tenha sido integrado na posse do Barão de Alvito e ligado às casas da antiga sinagoga na Travessa do Barão por um passadiço (Balesteros, 2005: 189). Isto enquadra-se na dedução de Val-Flores acerca das alterações morfológicas nos arruamentos em redor da sinagoga da Travessa do Barão, levadas a cabo pelo barão de Alvito para “*delimitar as suas propriedades*”, como já enunciado no capítulo anterior (Val-Flores, 2009: 198).

Ainda em 1497, é também doado por D. Manuel o edifício do Midras, da Escola, que passa para a posse de D. Carlos, “*fidalgo da casa real*”, que adquire o “*Midias Velho da judiaria da cidade de Évora, com todas as suas casas de fundo e cima e assento delas da maneira como os judeus se delas serviam*” (A.N.T.T, Chancelaria de D. Manuel, lv. 28, 116v). No entanto, Maria Ângela Beirante afirma que o rei reservou “*para si o portal e portas do mesmo, que deviam ser de rico lavor*” (Beirante, 1998: 81).

Na documentação consultada, não encontramos indícios desta apropriação das portas e portal do Midras, assim como não conseguimos averiguar o destino de edifícios como os banhos, a cadeia, a gafaria ou a carniçaria. Quanto ao cemitério, possivelmente localizado fora da judiaria, já nos é possível tecer mais considerações, sendo que é razoável pensar que este tenha dado lugar ao Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. No seu *Inventário Artístico*, Espanca descreve o primitivo Mosteiro, afirmando

“*Este edifício (Mosteiros de Santo António e do Carmo) religioso dedicado a Nossa Senhora do Carmo, deveu-se nos fundamentos a D. Jerónimo Limpo, futuro arcebispo de Braga, em 1531, e absorveu parte dos chãos da ermida de S. Thomé e do profanado cemitério dos judeus, situados na baixa dos ferragiais apar do Aqueduto da Água da Prata, chegando o seu casario muito perto da muralha da cerca nova. Foi incendiado durante os assédios da cidade no ano de 1663, e sacrificado totalmente no plano de fortificação proposto pelo Conde de Schomberg e Luís Serrão Pimentel, cosmógrafo-mor do reino*” (Espanca, 1966: 313).

É, naturalmente, possível que o cemitério judaico tenha desaparecido na década de 1530, aquando da construção do Mosteiro, que deverá ter “*absorvido parte da pedraria daquele*”, noção com a qual Balesteros pareceu concordar (Balesteros, 2004: 12). O afirmado por Espanca enquadra-se no relatado nas *Memorias históricas da ordem de Nossa Senhora do Carmo da Província de Portugal*, elaboradas pelo Padre Manoel de Sá no século XVIII. Neste texto encontra-se mencionado e copiado o alvará que autoriza a construção do edifício no espaço, lendo-se

“*Nós o Cardeal Infante, por este nosso Alvará nos praz de dar, e fazer esmola da Ermida de S. Thomé da Cidade de Évora, que esta fóra dos muros, ao Mestre Balthasar, Vigario Geral da Ordem do Carmo nestes Reynos, para nela fazer hum Collegio, ou Mosteiro de Frades, que se estudem Sciencias para frutos das almas. Lopo de Mattos o fez. Viana, 6 de Outubro de 1531. O Cardeal Infante*” (Sá, 1727: 270).

Note-se que no alvará não consta qualquer referência ao antigo cemitério, e apenas à “*Ermida de S. Thomé*” que, segundo as *Memorias históricas*, terá sido erguida em 1438 ou 1505 (Sá, 1727: 270).

Por outro lado, este é um espaço em que a alteração toponímica revela as mutações sofridas na judiaria em finais do século XV. Produto da pressão social, política e religiosa, e consequência da progressiva eliminação e desbotar da memória, os termos utilizados em referência à antiga judiaria medieval vão-se alterando nas décadas posteriores à expulsão. À semelhança das judiarias de Lisboa, a de Évora passa a ser denominada por “*Vila Nova*”, termo que por vezes aparece substituído na documentação por espaço “*que foi judiaria*”, da “*antiga judiaria*” ou “*onde foi judiaria*”.

Ainda em 1498, um ano depois da saída e conversões forçadas dos judeus portugueses, os bacharéis da Sé registam um “*consentimento a Henrique Machado e sua mulher Caterina Bota para venderem a mestre Jerónimo, cirurgião, umas casas em Évora, no sítio da Vila Nova*” (Baptista, 1983: 94). A Chancelaria Régia menciona também o termo “*Vila Nova*” em 1501, referindo casas “*sitas em Vila Nova*” (A.N.T.T, Chancelaria de D. Manuel, lv. 4, fl. 26), e no ano seguinte, num documento que especifica “*casas em vila Nova, que foi*

Judiaria” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, fl. 27v). Em 1502, a Chancelaria referencia novamente o outrora bairro segregado, mas apenas enquanto “*antiga judiaria*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, 629), situação que se verifica ainda num escambo de 1504 pelos bacharéis (Baptista, 1983: 96).

No entanto, a partir da década de 1510, o termo “Vila Nova” parece subsistir na documentação consultada enquanto preferencial para a designação do bairro em questão. Encontramo-lo numa doação régia de 1512 (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 42, 11v) e com particular incidência nas escrituras do cabido da Sé de Évora (Évora, Arq. Cabido da Sé, *Fazenda do Cabido*, *Lv. 4^o de Escrituras*, fls. 167, 179 e 144v). Este parece ser um topónimo utilizado pelo menos durante a primeira metade do século XVI pois, em 1545, o dito surge novamente na nossa amostra documental como única referência localizadora de uma casa em doação pelos bacharéis da Sé (Baptista, 1983: 103).

A toponímia dos arruamentos vai também alterar-se depois do Édito, ainda que lenta e progressivamente. Na documentação consultada, desaparecem referências à sinagoga na designação dos arruamentos, sendo que, em 1512, mencionam-se numa escritura do cabido da Sé “*casas na rua do Barão*” (Évora, Arq. Cabido da Sé, *Fazenda do Cabido*, *Lv. 4^o de Escrituras*, fl. 3v). Segundo Claudino de Almeida, “Travessa do Barão” será um topónimo de 1515, enquanto o “Arco” remontará a 1595 (Almeida, 1934: 19).

Já a Rua do Tinhoso, atual Rua da Moeda, permanece designada como tal até, pelo menos, à década de 1530, como o demonstra a escritura de casas na dita rua (Évora, Arq. Cabido da Sé, *Fazenda do Cabido*, *Lv. 4^o de Escrituras*, fl. 57). Na verdade, este topónimo parece ser utilizado para a atual Rua da Moeda nos séculos seguintes, podendo ser associado a uma conotação negativa, “*em qual o nome é tomado como abreviatura do vocativo cão tinhoso que os cristãos aplicavam aos judeus*” (Monte, 1982: 136).

Um topónimo que parece persistir com particular afinco é o do Midras, da antiga Escola judaica. Em 1528, o Cabido menciona “*casas na rua do midras*” (Évora, Arq. Cabido da Sé, *Fazenda do Cabido*, *Lv. 4^o de Escrituras*, fl. 239v.). Ainda em 1545, quase meio século depois da expulsão dos judeus, os bacharéis da Sé referem “*umas casas que estão na travessa antigamente chamada rua dos Midias*” (Baptista, 1983: 102). Interessante é, também, um consentimento de venda de 1498, no qual os bacharéis mencionam casas “*que partem com casas de mestre Jerónimo e do rabi Mousssem*” (Batista, 1983: 94), utilizando como referência de localização casas do rabi num momento posterior ao desaparecimento formal do judaísmo no reino.

Quanto a quem habitava o espaço da “Vila Nova”, pouco podemos avançar, pelas complexidades inerentes ao estudo desta questão, abordadas no capítulo anterior. No entanto, pelos registos que indicam mudanças de propriedade nesta zona urbana, poderemos tecer algumas considerações. Como vimos já, fidalgos e bispos, cristãos-velhos, recebem, por mercê régia, casas na judiaria, como foi o caso de D. Diogo de Ortiz, D. Carlos ou do Barão de Alvito. Em 1545, segundo os bacharéis da Sé, o bispo de Salém compra “*umas casas que estão na travessa antigamente chamada rua dos Midias*” (Baptista, 1983: 103), adquirindo também propriedade na antiga judiaria. Assim, observa-se uma diversificação da composição social dos proprietários deste espaço.

Não obstante, Maria José Ferro Tavares, com base em aforamentos e vendas de casas do cabido, afirma que a maioria dos cristãos-novos regressou às casas que habitava na antiga judiaria, com a devolução dos seus bens depois da conversão (Tavares, 1987: 42). Ainda que a documentação que consultámos não nos permita averiguar esta circunstância, alguns dos documentos analisados mencionam a categoria socioprofissional de alguns habitantes do bairro. É o caso de “*Manuel Lopes, mercador*”, e mencionados num empraçamento de 1512, “*Pedro Lopes, alfaiate*”, “*Jacome Dias, sapateiro*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 42, 11v), ou “*mestre Jerónimo, cirurgião*”, referido num consentimento de venda de 1498 pelos bacharéis (Batista, 1983: 94).

Observam-se, ainda, casos de fugas de judeus e cristãos-novos de Évora e do reino aquando e em consequência do Édito manuelino, cujos imóveis transitaram para propriedade do rei, circunstância já anteriormente mencionada. É o caso das casas que “*confrontam*” com o Midras, “*que foram de Gatel, que fugiu*”, como nos afirma a doação régia da antiga Escola a D. Carlos (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 28, 116v). No ano de 1502, a Chancelaria Régia documenta três casos semelhantes. O rei faz a concessão de casas “*em Vila Nova*”, “*em virtude de Heitor Lopes Pinto e Mécia Vaz, sua sogra, moradores em Évora*,

haverem fugido para Castela, revertendo esses bens a favor da Coroa” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, fl. 27v). O mesmo se aplica a “*umas casas em vila Nova, que foi Judiaria*”, cuja “*concessão é feita em virtude do anterior proprietário, Tristão Apelacano, cristão-novo, igualmente morador em Évora, haver fugido*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, 15-15v) e ainda a “*casas pertenceram a Gaspar Vaz, cristão-novo, que fugira para Castela*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, 62).

Simultaneamente, a coroa procura compensar aqueles que são prejudicados pela saída dos judeus do reino e pelo desaparecimento da judiaria e seus edifícios. É o caso de D. Isabel da Silva, a quem o rei concede, em 1501, uma tença anual “*em satisfação da pensão que recebia de três tabeliães judeus e do foro respeitante à carniçaria da judiaria da cidade de Évora, que deixou de receber em virtude da expulsão dos judeus*”, a qual “*será retirada do foro avaliado em 4.165 reais, que pagam umas casas anterior propriedade de judeus*” (A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 4, fl. 26).

Consideremos, no entanto, que há uma alteração na documentação consultada relativa à propriedade da judiaria e à frequência com que esta surge. Entre 1496 e 1545 apenas encontramos 4 referências a propriedades no espaço que outrora compôs a judiaria de Évora, contrastando com as 12 que ocorrem entre 1408 e 1497. No *Livro do Acenheiro*, a última referência à judiaria ocorre em 1478. No registo de propriedades do cabido que consultámos, esta diminuição de registos não é tão notável, continuando a referenciar-se esta zona urbana ao longo da primeira metade de quinhentos, ainda que com alternante toponímia, como vimos já. Terá havido uma redução da quantidade de bens dos Bacharéis e dos hospitais na zona da antiga judiaria, depois do Édito? Poderão as fontes relativas a essa propriedade, e como acontece com tantos registos de tempos recuados, ter-se perdido com o passar dos séculos? Poderá este silêncio da documentação ser propositado, com o objetivo de evitar referência a um antigo espaço de culto judaico? Consideramos todas estas questões pertinentes, ainda que não possamos dar-lhes resposta. Note-se, no entanto, o aumento de referências a casas, espaços e habitantes da antiga judiaria na Chancelaria a partir de 1497, o que nos parece justificável pela expropriação dos bens de judeus por parte da coroa.

As materialidades da antiga judiaria dão-nos, também, alguns indícios do que aconteceu a este espaço depois da saída dos judeus. Como mencionámos, a sinagoga da Travessa do Barão foi alvo de modificações e inserção de elementos cristãos. O mesmo ocorreu no Largo dos Mercadores, zona onde surge um “*modesto oratório de alvenaria dedicado a N^a Sr^a do Rosário, de planta quadrangular, com empenas de enrolamento e fachos ornamentais nos acrotérios. Tem grade de ferro, de barrinha e discreto nicho aberto na parede fundeira*”, datado de finais do século XVIII por Túlio Espanca (Espanca, 1966: 259), evidenciando a entrada de elementos cristãos num espaço anteriormente reservado a uma minoria étnico-religiosa. Porém, esta é uma introdução tardia no espaço – cerca de duzentos anos depois da expulsão –, que mais que um processo de cristianização do espaço, poderá representar a desassociação da sua memória ao credo judaico.

Figura 6. Oratório de Nossa Senhora do Rosário no atual Largo dos Mercadores. Beatriz Felício, 2022.



Considerando as marcas mágico-religiosas que Balesteros associa ao fenómeno cristão-novo, poderemos ainda detetar algumas possíveis alterações no espaço. A autora deteta cruzeiros “em Évora, na Rua dos Mercadores, nos cunhaes de uma casa” (Balesteros, 1997: 167), no interior da judiaria, mas também fora da mesma (Balesteros: 1997, 174). Quanto às mezuzot – “para além do edifício da Sinagoga Medieval e do antigo Convento de S. Paulo, próximo da antiga Porta Nova dos Judeus, duas casas no interior da judiaria apresentam a marca na mezuzah” (Balesteros, 1997: 174). Note-se que estas Mezuzot se mantêm no espaço, não sendo cristianizadas, ainda que possam, em tempos, ter sido preenchidas com argamassa, como salientámos já no caso do solar na Rua da Moeda. Porém, o pórtico do Convento de S. Paulo, atual sede do grupo Pró-Évora, apresenta “sinais de reutilização” (Balesteros, 1997: 174), sugerindo o aproveitamento de materiais que podem, ou não, ter pertencido à judiaria.

Não podemos deixar de notar ainda a arquitetura da judiaria, na qual se destaca o gótico manuelino, como Túlio Espanca faz questão de referenciar no seu Inventário Artístico. É o caso do solar da Rua da Moeda, “cheia de vestígios de arquitetura gótica” (Espanca, 1966: 257), do nº11 do Largo dos Mercadores, de “portado gótico” (Espanca, 1966: 259) , do nº 13 da Travessa do Barão (Espanca, 1966: 259) ou do nº 33 da Rua da Moeda, entre outros, visíveis até hoje. Não nos é possível averiguar a datação destes elementos arquitetónicos, ainda que a possibilidade da sua introdução no espaço aquando da expulsão possa ser interessante do ponto de vista da entrada do gótico manuelino no bairro outrora judaico, reaproveitado urbana e artisticamente.

Figura 7. Janela manuelina do nº33 da Rua da Moeda. Beatriz Felício, 2022.



Desta forma, a judiaria sofre, à semelhança de outros bairros judaicos da Península Ibérica, os impactos do Édito de expulsão. Quer seja pela expropriação e redistribuição de bens pela coroa, pela alteração da função dos espaços e habitantes ou pelo surgimento de elementos cristãos, a verdade é que conseguimos detetar alguns impactos da unificação religiosa do reino, que se aplica também ao mundo urbano e, neste caso, à judiaria eborense. Este não nos parece ter sido, no entanto, um fenómeno imediato. Ainda em 1545 se registam menções à antiga função da “Vila Nova” enquanto judiaria ou aos antigos edifícios que aí tinham uso comunal até 1497, da mesma forma que o espaço parece ter continuado a sofrer alterações anatómicas e arquitetónicas ao longo desta centúria e das seguintes. Recordemos que, em 1536, o Tribunal do Santo Ofício se instala na cidade, condenando o judaísmo como inimigo do reino e da religião católica devendo, por isso, ser expurgado da crença, da cultura e do espaço.

6. Conclusão

No âmbito deste trabalho, não nos é possível estabelecer conclusões objetivas, concisas, nem fornecer respostas claras e absolutas à nossa problemática. Na verdade, são mais as questões que se levantam quando, depois de redigidas e lidas estas páginas, refletimos sobre os impactos do Édito de expulsão manuelino na judiaria de Évora.

Antes de mais, estabeleça-se que este espaço sofre, ainda antes de 1496, impactos da conjuntura vizinha – das perseguições aos judeus em Castela e do Decreto de Alhambra-, vendo aumentar a comunidade judaica e, conseqüentemente, a área e limites da judiaria, em 1408. No entanto, é a partir do momento em que os judeus são obrigados a deixar o reino ou a converterem-se, em 1497, que a judiaria de Évora testemunha profundas alterações funcionais e modificações espaciais.

Tal como nas restantes comunas do reino, o monarca apropria-se dos imóveis e bens da judiaria e dos judeus ou cristãos-novos fugidos, o que pudemos verificar através da documentação da Chancelaria Régia. Alguns destes imóveis são doados a figuras de prestígio social, a grupos privilegiados, como D. Diogo de Ortiz, D. Carlos ou o Barão de Alvito, que marcam não só a entrada da aristocracia e do clero na judiaria, mas também dos cristãos-velhos. A par disto, são efetuados vendas e contratos de empraçamento e aforamento de propriedades quer a cristãos-novos, quer a cristãos-velhos, denunciando a coexistência dos dois grupos num espaço que outrora fora segregado. Verificam-se, também, continuidades – casos de judeus convertidos, cristãos-novos, que continuam a residir nas suas antigas moradias.

Ainda que algumas destas modificações sejam imediatas – como é o caso da doação da sinagoga e do Midras-, este é um processo lento, que se parece estender pelo século XVI. A nossa análise termina em 1545, ano em que as fontes consultadas ainda referem o espaço da “Vila Nova” e edifícios que o caracterizaram outrora, como o Midras. Assim, a memória deste espaço enquanto antiga judiaria permanece prolongar-se no tempo.

Porém, mais do que estas ideias, ficam patentes as lacunas e discrepâncias na documentação – as referências ao espaço que outrora foi judiaria são dispersas, por vezes inexistentes no período pós-Édito, sem que isto signifique que as ditas nunca existiram. A nossa amostra não nos consegue revelar a verdadeira dimensão do fenómeno, sendo demasiado reduzida para tal. É possível que uma análise mais exaustiva, não adequada a este tipo de trabalho, pudesse revelar mais acerca dos bens e habitantes da antiga judiaria depois da expulsão das minorias étnico-religiosas. Simultaneamente, os registos da Inquisição de Évora surgem-nos, também, como fontes promissoras neste aspeto, as quais não foram possíveis de consultar no âmbito do presente estudo. São, assim, diversas as possibilidades para um alargamento documental e cronológico desta investigação.

Porém, podemos concluir com clareza que os espaços sofreram alterações funcionais – a Sinagoga, o Midras ou os banhos são edifícios que perdem o seu propósito religioso e comunal. O seu propósito pode passar a ser habitacional, mas não temos dados suficientes para afirmar que tal é o destino da maior parte dos imóveis da comuna. No caso da Sinagoga na Travessa do Barão, no entanto, os trabalhos arqueológicos parecem sugerir uma destruição e, porventura, uma cristianização ou purificação propositada do espaço, ao mesmo tempo que a documentação deixa de mencionar a antiga “esnoga” como referencial de localização ou topónimo logo após o édito. Assim, o antigo templo judaico parece ter sido alvo da intenção de eliminação da memória judaica, talvez pela sua centralidade espacial, comunitária e religiosa.

Neste âmbito, destaque-se também a inserção de elementos cristãos num espaço judaico. É o caso do edifício da antiga sinagoga, do Largo dos Mercadores mas, mais marcadamente, é uma possibilidade que se apresenta para o destino do antigo cemitério judaico. Se aceitarmos o afirmado por Túlio Espanca, o antigo cemitério dos judeus terá sido reutilizado para a construção do Convento da ordem dos carmelitas.

Não obstante, não podemos afirmar que estas alterações fizeram parte de um esforço coletivo e consciente de eliminação da memória judaica. Certamente, a manutenção da mesma não era conveniente e observamos, pela alteração da toponímia, pela destruição do templo judaico, pela inserção de elementos cristãos e

pela entrada de cristãos-velhos no espaço que existia um interesse em que a unificação religiosa do reino se traduzisse na dinâmica urbana eborense. Não obstante, este processo não parece ter sido linear ou premeditado, estado dependente das circunstâncias e interesses da coroa, do concelho, de privados, dos habitantes da cidade e da minoria expulsa e\ou convertida. Na verdade, parece natural e plausível que os novos habitantes da antiga judiaria não se identificassem com a memória da função que retivera no tecido urbano e social antes de 1496, a qual se perde gradualmente por diversas razões e com motivos variados.

Olhando os impactos do Édito na judiaria de Évora à luz dos aspetos gerais e estudos de caso para a evolução urbana de outras judiarias peninsulares nesta época, verificaremos que o paradigma não é contrastante. Na verdade, e pensando particularmente no caso de Lisboa, diversas são as semelhanças entre os dois fenómenos. A apropriação e distribuição de propriedade por parte do rei, a modificação toponímica, a alteração funcional dos espaços, a proeminência do gótico manuelino... Tudo isto são elementos comuns aos dois casos, ainda que em Lisboa o interesse da coroa nas propriedades das antigas judiarias pareça ser maior, a par que, em Évora, a sua distribuição parece ter sido a prioridade. Assim, os impactos do Édito de expulsão nas judiarias parecem estar dependentes das conjunturas urbanas de cada espaço, assim como dos diversos interesses e dinâmicas sociais da população e elites locais e do reino.

Portanto, e ainda que relativamente curta e superficial, esta investigação sugere-nos as potencialidades da extensão do estudo dos impactos do Édito de expulsão no espaço a outras judiarias do reino. O estudo e comparação de casos poderá esclarecer os impactos sociais e\ou urbanos de 1496 no reino português e, porventura, na Península Ibérica. Simultaneamente, abordámos apenas a realidade espacial da minoria judaica, sendo que, a averiguação dos impactos do Édito nas mourarias eborense e de outros espaços urbanos nos parece um exercício igualmente interessante.

Com clareza podemos afirmar que o Édito de 1496 surge, nas palavras de Filomena Barros, como “*marcador indelével da memória coletiva*” (Barros, 2019: 91). Propositadamente ou não, a memória de uma minoria étnico-religiosa expulsa foi alterada, com reflexos no espaço urbano. Como tal ocorreu é, no entanto, difícil de compreender. Fazê-lo é uma tarefa complexa, mas a qual apresenta potencialidades a nível local, no âmbito da evolução dos espaços urbanos, nacional, no entendimento holístico das transformações que o Édito manuelino teve no reino, e ibérico, na compreensão da forma como a expulsão dos judeus teve impactos em reinos e conjunturas diferentes, a uma escala peninsular.

7. Fontes

7.1 Fontes Impressas

BAPTISTA, Júlio César Baptista (1983) - Os Pergaminhos dos Bacharéis de Évora. Separata de *A Cidade de Évora* nº 65-66. Évora: Câmara Municipal de Évora.

DIAS, João José Alves Dias (1998) - *Chancelarias portuguesas – D. Duarte*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Gabriel (1998) - *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RESENDE, Garcia de (1917) - *Miscellanea*. Coimbra, França Amado.

SÁ, Manoel de (1727) - *Memórias Historicadas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal. Parte Primeira*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

7.2 Fontes Manuscritas

Arquivo do Cabido da Sé de Évora

Fazenda do Cabido, Liv. 4º de Escrituras (PT/ASE/CSE/F/A/005/Lv004), fls. 3v, 57, 144v., 167, 179, 239v.

Arquivo Distrital de Évora

Fundo da Misericórdia, Livro do Acenheiro (nº1796)

Livro 1º de Pergaminhos do Concelho, fl. 113

Livro 2º de Originais, fl. 222

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 4, fl. 26

A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 6, fls. 27v, 629, 15-15v, 62

A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 28, 116v

A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 37, fl. 13-13 v

A.N.T.T, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 42, 11v

A. N.T.T, *Odiana*, liv.1, fls. 252 v, 256

8. Bibliografia

- ALMEIDA, Claudino de (1934) - *Ruas de Évora*. Évora: Gráfica Eborense.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1996) - O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa. *Estudos de homenagem ao professor José Marques*, I. Porto: Faculdade de Letras. 143-164.
- AZEVEDO, João Lúcio de (1975) - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Clássica Editora.
- BALESTEROS, Carmen (2004) - A judiaria e a sinagoga medieval de Évora (1ª campanha de escavação). *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Balesteros, Ruah (eds). Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, Évora: CIDEHUS/EU.
- BALESTEROS, Carmen (1994-1995) - A Sinagoga Medieval De Évora (elementos para o seu estudo). *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. II, série I. 179-211.
- BALESTEROS, Carmen. (1997) . Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III – Novos elementos, *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº7. Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Marvão - Edições Colibri. 165-182
- BALESTEROS, Carmen e OLIVEIRA, Jorge (1993) - Sinagoga de Valência de Alcântara – Cáceres (elementos para o seu estudo). *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 4, Vila Viçosa: Câmara Municipal de Marvão - Gráfica Calipolense. 115-139
- BARROS, Filomena (2019) - “Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações”. *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Andrade et al. (eds.). Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide. 98-112.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1998) - *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ESPANCA, Túlio (1966) - *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- MONTE, Gil do (1982) - *Dicionário da Toponímia Eborense*. 1º vol. Évora
- PÉREZ CASTAÑO, Gonzalo (2013) - La Judería de Plasencia en la Edad Media. *Los Lugares de la Historia*. Aldea Celada et al. Salamanca: AJHIS.
- SOYER, Franço8is (2013) – *A Perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal*. Lisboa: Edições 70.
- SUAREZ FERNANDEZ, Luis (1980) - *Judios Españoles en la Edad Media*. Madrid: Rialp.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987) - *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa: Editorial Presença.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982) - *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Lisboa: Guimarães e Cª Editores.
- VAL-FLORES, Gustavo (2009) - A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento. *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, volume II, 8. 163-217.

UM DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA URBANA DE IDANHA-A-VELHA

Pedro Miguel Salvado^{a, @}, Maria do Carmo R. Mendes^b, Joaquim Baptista^c, e Bruno Rodrigues^d

^aMuseu Arqueológico Municipal Dr. José Monteiro(Fundão).

^bUniversidade da Beira Interior

^cInstituto Politécnico de Castelo Branco. Escola Superior de Gestão.

^dAluno finalista da licenciatura de História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

@ Contacto: pedro-salvado@hotmail.com

Resumo

A historiografia da milenar Idanha-a-Velha encontra-se em permanente construção. Resultado da sobreposição da ocupação de vários povos, e do impacto que estes provocaram no espaço urbano da antiga cidade, urge hoje compreender quais foram os processos de transformação que ali, efectivamente, se desenvolveram. Neste âmbito, encontra-se um considerável número de documentação por estudar, parte da qual revela, ao tempo, a morfologia da malha urbana que hoje se afigura confusa: a transcrição do documento, datado de 1629, que apresentamos revela-se preciosa para a sua leitura estrutural mas também mostra que, em Idanha-a-Velha, existiam personalidades que se destacavam não apenas pela preocupação no registo da memória histórica, mas também pela precursora visão da importância da preservação do património edificado da antiga Egitânia.

Palavras-chave

Idanha-a-Velha | História | Urbanismo

Résumé

L'historiographie de la millénaire Idanha-a-Velha est en construction permanente. Du fait de l'imbrication de l'occupation de différents peuples et de l'impact qu'ils ont eu sur l'espace urbain de la ancienne ville, il est aujourd'hui urgent de comprendre quels ont été les processus de transformation qui s'y sont réellement déroulés. Dans ce contexte, il existe un nombre considérable de documents à étudier, dont une partie révèle, à l'époque, la morphologie du tissu urbain qui semble aujourd'hui déroutante: la transcription du document, daté de 1629, que nous présentons, s'avère être précieux pour sa lecture structurelle mais montre aussi qu'à Idanha-a-Velha, il y avait des personnalités qui se sont distinguées non seulement par leur souci d'enregistrer la mémoire historique, mais aussi par leur vision pionnière de l'importance de préserver le patrimoine bâti de l'ancienne Egitânia.

Mots clés

Idanha-a-Velha | Histoire | Urbanisme

1. Apresentação

O documento a seguir fixado, da lavra de Paulo Geraldês da Cunha e datado de 1629, investe-se de um particular interesse para o conhecimento da história dos processos historiográficos e da evolução urbana de Idanha-a-Velha (SALVADO, 1988; SALVADO, 2010), a fundacional *Igaedis* romana (MANTAS, 1988; ALARCÃO, 2012; CARVALHO, 2009), a Egitânia visigoda (ALMEIDA, 1956; SÁNCHEZ RAMOS & MORÍN DE PABLOS, 2019; VIVES, 1963), a Idanha templária (ALARCÃO, 2013; OLIVEIRA, 2010), comunidade envolvida nos cenários contemporâneos dos apelidados territórios de baixa densidade reduzida, hoje, a menos de sessenta habitantes.

Este documento integra a pasta “Diversos” do Fundo documental da Casa de Santa Iria, existente no Arquivo Nacional / Torre do Tombo (ANTT). Segundo a descrição do Fundo, o título de Marquês de Santa Iria foi, pela primeira vez, atribuído a D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, no ano de 1833. Esta Casa deriva da união, por casamentos vários, das Casas de Sabugal, Palma, Óbidos e Alva, e o fundo documental é composto por 26 caixas, nas quais se encontram documentos cujas datas variam entre os anos de 1384 e 1865. Este Fundo documental foi adquirido por compra em leilão, pelo ANTT, no ano de 1995,

no Palácio do Correio Velho (Lisboa).

Entre os 1800 documentos que integram este Fundo, encontrámos na pasta “Diversos” (à qual foi atribuída esta designação porque aos mesmos não foi possível determinar a relação com qualquer membro da Casa de Santa Iria), o documento transcrito infra, composto por sete fólios manuscritos (frente e verso) e cerne desta nossa publicação. A transcrição do texto escrito por Paulo Geraldês da Cunha foi integral, exceptuando algumas palavras e dois parágrafos que se encontram no final (um em latim e outro em português e assinalados na mesma como [ilegível]), manuscritos por pessoa indeterminada cuja caligrafia se encontra já muito sumida, mas que supomos serem, pelo que conseguimos vislumbrar, notas alusivas às provas que o autor do documento apresenta relativamente às origens egitanienenses de S. Dâmaso. De outra mão e caligrafia, e junto à assinatura do autor, encontra-se a frase “*que Deos tenha na gloria amem*”.

O *Catalogo dos Bispos e Santos que teve Idanha a Velha do tempo que os Suevos ganhavam Hespanha, até que ella se perdeu por occasião da cava: extrahido da Limina Apostolorum que o Bispo Dom Francisco de Castro mandou ao papa. Esta extração data da era de 412, e concluído em 1629* resultou da combinação de leituras próprias com elementos registados no relatório da diocese da Guarda elaborado no âmbito da visita *Ad Limina Apostolorum* cumprindo as deliberações do papa Sisto V (1585-1590) que determinavam a periodicidade da deslocação dos bispos a Roma para venerar os túmulos de S. Pedro e S. Paulo e apresentarem um relatório sobre a situação temporal e espiritual dos seus bispados (GOMES, 1981; MENDES, 2016).

O autor, capitão-mor de Idanha-a-Velha, continuava um cargo que havia já sido desempenhado pelo seu pai Pedro Geraldês. Desconhecendo-se a data do seu nascimento, faleceu em Idanha-a-Velha a 30 de outubro de 1676¹, surgindo o seu nome em vários registos de baptismo, realidade reveladora da sua influência nas redes de sociabilidade dos quotidianos da terra. A partir do texto diocesano, Paulo Geraldês da Cunha (GUERRA, 1965) concebeu uma das primeiras leituras históricas da localidade “*he hum piqueno povo, de piqueno nome, chamada Edania*” como indicou. Cotejando um aparato bibliográfico, a que decerto teria acesso, compara e religa afirmações reproduzidas em contextos editoriais eruditos com elementos do seu espaço vivido que poderiam estar vinculados com as apreensões historiográficas. Tal foi o caso, entre outros, da ligação que fez numa verificação cronológica, entre a referência temporal indicada na *Primeira parte das Chronicas dos reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608) e uma fonte de natureza epigráfica que se encontrava no vão superior da torre mais alta do modelado urbano. Apresenta um desenho minucioso da epígrafe demonstrando uma atitude valorativa da inscrição assumida como referencial de uma herança quase patrimonial. As palavras do letrado confirmavam a historicidade e um momento refundacional dos ritmos de revitalização urbana do lugar.

Dedicando atenção à etimologia do topónimo identificativo da diocese que se radicava na Egitânia visigoda, denota um cuidado em sustentar as visões mais correntes que avocavam Idanha-a-Velha como o local de nascimento de alguns dos santos estruturadores da paisagem hagiográfica da diocese como o papa São Dâmaso, o bispo São Fulgêncio e o santo rei Bamba (ou Wamba ou Vamba).

Particular atenção lhe mereceu o rei visigodo Wamba (CINTRA, 1951; SALVADO & SALVADO, 1995; ESTEVES, 1997) e a lenda do florescimento da vara, enraizada no fundo mítico do lavrador que foi coroado rei, tratada em consecutivos registos por parte de diversos autores numa continuidade que atravessou séculos, ligando-a à geografia wambística conservada na Idanha. Assumindo a tradição como a base da ancestralidade, a ligação do rei à Idanha constitui para o autor “*tradição antiga*”. Do cenário miraculoso do florescimento da aguilhada permanecia um freixo “*piqueno*”, assumido como um rebento da mítica árvore cujo tronco, nos tempos da meninice do autor estava ocado e era local de brincadeiras como fez questão de recordar. Nesta activação de memória pessoal lembra o que a sua mãe, Antónia da Cunha, lhe tinha contado sobre a casa “*del rey Bamba*”, torre “*com três sobrados*”. Revelou-se assim a existência, no espaço urbano da Idanha alto medieval, de uma casa torre que materializou, durante séculos, referência da imagem identitária da comunidade, sítio de visita e contemplação e o principal suporte material da memória lendária de Wamba egeditano. Entretanto demolida, alguns dos seus elementos seriam utilizados na reconfiguração dos espaços domésticos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XVI. Sabemos que “*Francisco*

¹ ANTT, *Registos Paroquiais de Idanha-a-Velha*, L²1-M, fl. 215v.

Soares de Albergaria criado do rei D. Manuel que o mandou à Guiné onde morreu e foi seu corpo conduzido a Castelo Branco onde jaz sepultado na igreja de S. Miguel numa sepultura dentro de um arco de pedra da parte do evangelho. O dito rei lhe fez muitos favores e lhe deu os Paços chamados de el-rei Vamba, de Idanha-a-Velha” (ROLÃO, 2007: 355).

Mas a lembrança deste edifício mantinha-se em 1629 através da preservação de uma “*parede, de Cantaria miuda cortada, assentada em argamassa, feita com tal temperamento, que custa menos, quebrar as pedras, que a ellas mesmas despegar da argamassa*”. Paulo Geraldês da Cunha regista a mobilidade e a reutilização de materiais arquitectónicos da torre indicando certas especificidades estruturais, como a presença de um corredor, parte da planta primitiva, ou a estrutura em *opus signinum*, corroborando a excepionalidade do edifício como elemento afirmador da notabilidade e antiguidade da Idanha. O seu mapa mental wambiano é confrontado com os registos biográficos imprecisos, com as dúvidas e controvérsias sobre a naturalidade do lavrador monarca fixadas nas linhagens historiográficas eruditas. Reafirma e religa esses textos à paisagem como a fonte maravilhosa que muitos aludiam, “*parece ser, a que ora se chama do arco*”, ou a aclaração da base botânica referencial do cenário milagroso que muitos historiógrafos insistiam em ser “*huã figueira, que tinha o mesmo nome del Rey Bamba*”. Apreende as fases de reedificação urbana que tinham ocorrido, considerando a muralha como obra templária, associando-a “*a letreiros*” (decerto monumentos epigráficos datados do período romano, cuja profusão em Idanha-a-Velha constituirá um cunho cultural que marcará toda a historiografia seiscentista e setecentista da localidade), que liga à existência de antigas “*casas nobres*”.

O fim do documento aproxima-nos do estado de espírito do capitão-mor marcado por um evidente desânimo e incompreensões, quiçá repercussões de um sentir periférico da sua vida, ou pelos ímpetos da união ibérica que dominavam agora a milenar Idanha. A memória é sempre uma construção social, plural nos seus discursos e matérias, unindo passados com presentes, e o indivíduo com a comunidade. Conjugando memória institucionalizada, tradição e memória pessoal, o texto descobre um eu com a terra sensível, numa reorganização de imagens e apropriação de significados que reforçaram uma topofilia e certeza de raiz e de continuidade. O escrever história foi para Paulo Geraldês da Cunha “*um estímulo do coração*”. Recordar e sonhar o passado “*desta da minha Patria Idanha avelha*” foi, afinal, voltar a passar por dentro dele.

Catálogo dos Bispos que teve Idanha-a-Velha
ANTT (Arquivo Nacional / Torre do Tombo)
Fundo: Casa de Santa Iria, 1384-1965 – 002 Diversos
Cota: Casa de Santa Iria, cx. 1, doc. 39
Data: 1629
(Inédito)

“Nº 495

[Fl. 1]

Idanha a Velha

Catalogo dos Bispos e Santos que teve Idanha a Velha do tempo que os Suevos ganhavam Hespanha, athé que ella se perdeu por occasião da cava: extrahido da Limina Apostulorum que o Bispo Dom Francisco de Castro² mandou ao papa. Esta extração data da era de 412, e conchuído em 1629.

[Fl. 2 e seguintes]

Catalogo dos Bispos e Santos que teve Idanha a velha do tempo que os suevos ganharaõ Espanha, até que ella se perdeo, per occasião da cava, tirada da Limina apostullorum, que o Bispo Dom Francisco de Castro, que oje vive, mandou ao papa, a qual elle tirou dos Conçillios que nella vaõ nomeados.

[nota lateral: *Vejaõ isto o mesmo que dis a limina apostolorum, dis a Historia Ecclesiastica de Hespanha 2ª*

² D. Francisco de Castro (1574-1653) foi bispo da Guarda entre 1617 e 1630. Foi da sua responsabilidade a impressão das Constituições Sinodais do Bispado da Guarda, atualizadas em consonância com os decretos tridentinos (MENDES, 2016).

parte fl. 44 em que esta a Chronologia dos Bispos que teve Idanha, e a fl. 38 | 44 | 307 | 271 | 277 | 299 | 85 falla a dita Historia na dita Idanha, e aquy se pode largamente tudo que aly se achava]
[nota inferior: e o que nella dis he o [ilegível]]

A Igreja See da Guarda he das mais antigas do Reino e tem o segundo lugar entre ellas per dignidade e antiguidade e largueza do distrito.

Foy em seu princípio erecta na cidade de Idanha a velha por cuja causa ainda oje se conserva o nome de Egitanienze, e ainda que de sua antiguidade per ser muita se não pode alcançar noticia certa.

Consta porem de livros e documentos antigos, que já no anno de quatrocentos e doze do nascimento de Cristo avia Bispo da Igreja de Idanha chamado Pamerio, do qual se faz menção no Conçillio provincial que no dito anno convocou Pancraciano [ilegível] Bispo de Braga, na occasião da entrada dos suevos em Espanha, e continuar na mesma cidade de Idanha até o tempo da perda de Espanha e na Restauração della assy per rezaõ da imtemperança dos ares callidos, como per continuarem as guerras a que por rezaõ dos inimigos que estavam vezinhos ficava sujeita, se passou a Igreja Cathedral pera a Guarda aonde permanece, a qual per estar fundada em hum alto monte podeçe grandes injurias do tempo per ser combatida de neves e venos.

Chronologia dos Bispos de Idanha a Velha tirada da mesma Limina apostullorum atras declarada.

A cidade de Idanha a Velha, que antigamente foi collonia dos Romanos foi destruída pellos mouros no anno do nascimento de Christo de setezentos e quinze, em catorze dias de Março, e esteve em poder dos Mouros até o anno mil e duzentos e seix, e em vinte dias de outubro foi ganhada per el Rey Dom Sancho primeiro (o qual Dom Sancho a deu à ordem do Templo, assy o diz Duarte Nunez do Liaõ³ nas chronicas del Rey deste reino, na vida deste Dom Sancho, folhas S. T. no fim da pag. 2^a e alem de o dizer este chronista, o diz também o letreiro que está no frontespício das porta mais alta da torre desta çidade⁴ (FIG. 1), la entre ela dis fielmente e contém o seguinte com a forma da letra e modo das regras em que faça semelhante em tudo e ainda que vou fora do treslado do Limina apostullorum, donde alego a Duarte Nunez pera cá, não vou pera fora da historia pera que como isto seja dar prova a que escrevo, fica sendo liçito e necessário, e logo tornarem ao treslado da Limina, cõtinuando cõ os Bispos que teve Idanha e o letreiro he este a declaração do qual letreiro, quero eu entender deste modo, salvo qualquer outra melhor se lhe achar ----- Era mil duzentos setenta e tres, el Rey Dom Sancho segundo, deu ao grande mestre de cavallaria do Templo, Martinho, a cidade de Idanha ----- E ainda quase a dar a entender as Pallavras do letreiro a este grande mestre a acabou de ganhar e supear e mostra que antigamente fora esta cidade del Rey Pedro ----- E a folhas çento e quatro do dito livro, pag. 2^a, se nomea pera Graõ mestre da Cavallaria do Templo, Dom Martinho Nunez, e os annos que leva nesta parte a historia, fl. 103 X, no fim da Pag. 4; São mil e duzentos e setenta e quatro que he menos nove dos que estão no letreiro, que duraria a Era, e pera tempos taõ antigos não he nada, de sorte que el Rey Dom Sancho 2^o deu esta cidade de Idanha à Ordẽ do Templo, e o Grande Mestre Martinho (como o mesmo letreiro o nomea, segundo sequer entender delle, e suas Pallavras) e devia ter ganhado, ou depois da data, teve algum levantamento nella, per que a tornou a ganhar ou supear, e que avia sido antes de outro Rey, que se chamava Pedro, e este grande mestre Martinho fes nella a torre em que está o letreiro, no anno 1273, e he taõ certa esta verdade, que ainda oje he esta cidade, da Ordẽ de Cristo, que succedeo e se levantou, a imitação da dos Templários ----- E fes a muralha da roina na cidade, o que se prova com tantos letreiros comquanto que foraõ de casas nobres -----

E com isto assy declarado, de passagem, tornamos a Limina apostollorum continuando cõ os Bispos de Idanha do modo que se segue -----

Os Bispos que teve Idanha a Velha, são estes:

1 O primeiro Bispo que ouve em Idanha, depois que os Romanos foraõ deitados de Espanha pellos Allanos, ficando os Allanos em Portugal, e os Suevos em Galliza e de que se açaraõ documentos, foi Pamerio, o qual se ajuntou com algũs Bispos deste Reino e do de Galliza, no primeiro Conçillio que se çellebrou

³ Vide LEÃO, 1600.

⁴ Vide BARROCA, 2000: 808-811.

em Braga, sendo Arcebispo Pamcraçiano, e começou a governar o bispado Pamerio no anno do nascimento de Cristo de quinhentos e trinta e quatro, e governou vinte e cinco annos, e a rezaõ pera que se fes este Conçillio foi pera os prellados tratarem do Guarda que se avia de ter nas relliquias dos sanctos pera que Ariberto Bispo do Porto tinha escrito hua carta a Pamerio, das crueldades que Acates Allano de profissão arriano, fazia aos Bispos religiosos, e mais cristaõs -----

2 O segundo Bispo que ouve na Idanha foi Audençio o qual foi ao Conçillio que se celebrou na cidade de Lugo aonde se tratou dos limites e largueza que avia de ter o bispado de Idanha -----

3 O terceiro Bispo que teve Idanha foi Adorio que se açhou no segundo Conçillio que çellebrou Saõ Martinho Dumense, Arcebispo de Braga na mesma cidade, em o qual se tratou da reformação dos saçerdotes e admenistração dos Sacramentos e bõns costumes dos súbditos -----

4 O quarto Bispo que teve Idanha se çhamou Liçerio o qual foi ao terceiro sinodo que se celebrou na cidade de Braga e no qual se extirpou a seita arriana e se tratou da reformação do clero e dos subditos -----

5 O quinto Bispo que teve Idanha se chamou Mentessio o qual se achou no quarto Conçillio que se celebrou em Tolledo, aonde se acharaõ muitos bispos da cristandade e de França, no qual se tratou da pureza da fee Catholica e do que os prelados aviaõ de ensinar a seus súbditos; e os reprimir dos pecados e da reformação os costumes assi nos eclesiásticos como seculares -----

6 O seisto Bispo que teve Idanha se çhamou Armenio o qual foi ao Conçillio que se çellebrou em Tolledo que se convocou pera se acodir ao culto divino que se hia resfriando na Igreja de Deos -----

7 O sétimo Bispo que teve Idanha se chamou Selva que foi ao outavo conçillio de Tolledo, no qual se decretaraõ muitas cousas neçessarias ao governo da Relligião cristam, e depois de tudo feito, em outro Conçillio que se fez em Merida se aqueixou, Selva, aos padres delle de Juaõ Bispo de Sallamanca, per lhe tomar algũs lugares de seu bispado, e se deu ordem de como se avia de proçeder nas duvidas que se movessem entre dous Bispos -----

8 O outavo se çhamou Monefonso, o qual foi ao conçillio naçional que se çellebrou em Tolledo per rezam del Rey Bamba aver deixado o reino e governo de Espanha, e ter tomado o abito de religioso cõ coroa aberta pera fazer a profissão da fee -----

9 O nono e ultimo Bispo que ouve na Idanha se chamou Ageçindo, o qual governou sua igreja cõ satisfação e Porveito do Povo, per que andava a cristandade muito imquieta pera fazerem per Rey, Egica, que castigou a muitos dos grandes per que foraõ causa de Bamba deixar o Reino e se fazer frade e comvocou o conçillio que se fez em Tolledo e foi o decimo sexto, e se tratou nelle do castigo de Resiberto Arcebispo⁵ que foi hũ dos da conjuração que se fez e foi per sentença deposto das ordens e privado do Arcebispado e degradado -----

E por morte deste Rei Egica succedeo seu filho Vuitisa que foi cruel Rey, e delle veio Rodrigo seu sobrinho, per cuja causa entraraõ os Mouros em Espanha, e se acabaraõ os godos, e no seguinte anno se destrochio Espanha como fica dito atras -----

E daqui pera diante entraõ os Bispos da Guarda pera onde se passou a see pella occasiaõ atras dita -----

E na relação destes Bispos, no fim dos que ouve na Guarda está mais esta declaração, de outros sanctos, que ouve em Idanha por hua carta do Licenciado Damiaõ Vaz de Lisboa que escreveo ao dito Bispo Dom Francisco de Castro. Consta que ouve hũ Bispo Sancto Egitanienense, chamado Fulgençio, irmão de Sancto Alexandro, e Sancto Isidoro, e huã Sancta, o que foi no principio do Bispado antes da destroição de Espanha -----

ate aquy a limina apostulorum -----

SAÕ DAMASO PAPA, he natural da Cidade de Idanha a velha, assi o diz Ilhescas⁶ na vida do mesmo Sancto, livro 2, fl 41, parte 1 cap. 6; por estas Pallavras, Eu não ey podido achar donde este sancto seja natural, mais do que todos dizem, que o hé duma çidade dita Egira, que foi cabeça do Bispado, que depois

⁵ O arcebispo referido trata-se de Sisisberto, que foi de Toledo, e não Resisberto (TEJADA Y RAMIRO, 1850: 557).

⁶ Vide ILLESCAS, 1573.

se passou per a Guarda e por isso em latim lhe chamaõ Egitanense, ate qui Ihescas e são muito de notar suas Pallavras, aonde dis que o dizem todos, e que todos dizanhũ tira, e que por isso lhe çhamaõ em latim Egitanense -----

E não faz contra isto, dizer na mesma parte, que per outras com gecturas se pode ter que seja natural de Guimarães. Pera que dalem de Com gecturas não fazerẽ prova, contra a que esta clara, sabemos que Guimarães foi povoado, e feito povo, depois que o Sancto morreo, quinhentos e quarenta e hũ anos, que o Sancto foi antes que Guimarães naçesse no Mundo, nẽ ouvesse notiçia delle -----

Porque Gaspar estaço no seu livro de varias antiguidades de Portugal cap. 2, fol. 5, imprinçipio, Prova, bastante e claramente pello testamento daquela Senhora Dona Mumadona, que fundou de novo a Guimarães, lançando as primeiras pedras, ao convento, em cujos arredores se começou a villa, que foi no anno do nascimento de Cristo de noveçentos e vinte e nove, e o dito autor Ihescas açima allegado, parte primeira Livro 2, Capitulo 6, fl. 44, Pag. 1, diz que morreo este Sancto, imperando Theodosio, o que foi no anno trezentos e oitenta e oito, e Villegas Flos Santorum⁷ na sua vida diz que morreo o anno de Cristo de 384, que he 4 annos menos, e Hieronimo de çhaves no seu Catallogo dos pontifices, fl. 71, pag. 1, no fim, diz que passou S. Damaso desta vida a 11 de dezembro do anno de Cristo de 387 que he hũ anno menos do tempo do emperador Theodosio, e do tempo em que Ihescas tras sua morte -----

E supposta esta verdade, por imfallivel, pois temos taõ callificadas todas pera prova della, açhamos claramente que S. Damaso morreo no anno do nacimiento de nosso Senhor Jesus Cristo, de 388 (mais tres ou quatro em que somente diferem os autores allegados) e que Guimarães foi principado no anno de 929 do nascimento de Cristo e tirados hũs dos outros, fica sendo a fundação, e principio de Guimarães depois que o Santo morreo. S41 amquejaõ agora como he Possivel que possa ser hu sancto natural de huã villa, que naçeo no Mundo, depois que elle sahio delle tantos çentos de anos --

Bem sey que me podem por obstacullo dizendo que o mesmo Gaspar estaço diz a fl. 60, Cap. 18 imprinçipio, do dito Livro atras allegado que Resende mostra sentir, que Guimarães foi antigamente çidade, e que das Pallavras (quondam Patira) se infere, fallar de outra Pouvação, que antigamente foi e não da que ora he -----

Ao que respondo brevemente, cõ o dito Gaspar estaço no dito Livro, Cap. 65, aonde tratando do Conçillio Ileberitano, çellebrado em Espanha, junto de Granada, aonde ora sechama a Serra elvira, ordenado pello Emperador Constantino, no qual se ordenaraõ as cidades que aviaõ de ser metropolis e as que aviaõ de ser sufraganeas a cada huã dellas, o qual Conçillio se çellebrou no anno do nacimiento de Cristo de trezentos e trinta e oito, que he pellos annos que S. Damaso naçeo, per que morrendo, como atras deixamos provado no anno de 388. foi este Conçillio feito antes çincoenta annos justos, e não podia o Santo ser de menos, quando chegou a dignidade Pontifical de modo, que supposto isto, naceo o santo, pellos tempos em que este Conçillio se çellebrou, e nelle se fez metropolis, a cidade de Braga e lhe nomea as cidades, que lhe ficaraõ sujeitas, e sufraganeas, nos termos e limites dos quais fica (e bem dentro delles) Guimarães. Sem nomeallo por cidade nẽ alguã outra, com quẽ elle se possa semelhar, nem muita distançia ao redor delle, e se Guimarães Cidade, não avia no Mundo, no tempo deste Conçillio pera se fazer metropolis, ou sufraganea, fazendolhe e nomeandolhe outra em cujos limites, elle avia de estar, se o ouvera, e naçendo S. Damaso pellos annos deste Conçillio, bem se segue, com evidencia clara, que não avendo tal Cidade, não pode o Sancto ser della natural, nem Gaspar estaço trouxera isto, se não se vira emleado, comtanto exçesso de annos menos, da fundação de Guimarães (como são quinhentos e quarenta e hũ) da morte do Sancto, ate a dita fundação, nẽ Resende, que elle allega, quis dizer tal per ser ordinário modo de fallar, çhamar-se antigo, a qualquer cousa que passa de çem annos, e neste sentido, se deve isto entender, pois não pode ser em outro, visto, o que temos allegado e bastantemente Provado, com que fica sem duvida não ser S. Damaso natural de Guimarães, nẽ de outra parte alguã, se não desta cidade de Idanha a Velha o que testeficaõ os autores seguintes -----

E antes que digamos o que elles dizem, respondamos aos que forem taõ demasiadamente escrupulosos, que queiraõ saber, ja que se não fez menção de Guimarães çidade, na repartição do dito Conçillio, se acaso

⁷ Vide VILLEGAS, 1588.

se faz da dita Idanha, per que não se nomeando, nem huã, nẽ outra, a mesma duvida de Guimarães, fica cõ Idanha, e pera que satisfaçamos a esta ojebção, allegamos cõ o mesmo Cap. 65, do dito Livro, fl. 226: X, aonde nomeando, as Cidades que deu per sufraganeas a Merida, que fez metropolis diz assi; Ao quinto, Merida: Paz, Lisboa, Ossonoba, Abtaria, que he Egeditania, Conimbriga, La meca, Ehora, e Cauria, e se está nomeada Egeditania que he Idanha a velha, como o está, e não Guimarães, he Prova, que não avia Guimarães, ainda no Mundo, e que não Podia o Sancto ser depous que não era, e que he natural de Idanha, que deu pera sufraganea, cõ seu bispado a Merida, e cõ isto declarado vamos com os autores que trataõ do caso -----

[Nota lateral: Tenho feito Particular tratado de S. Damaso, mais ao largo no qual se Prova cõ todas rezões e autores, ser natural de Idanha a velha]

E seja Ilhescas o Primeiro, que deixamos atras alegado, na mesma parte e Livro com as mesmas Pallavras que tiramos delle ===== os mais tras o dito Gaspar estaço no dito Livro Cap. 17. fl. 51, § 1 e 2 e 3, que so estes tres tem o dito Cap. e dizem o seguinte: Onuphrio veronense, per estas Pallavras, Sanctus Damasus Antonis filius egitaniensis lusitanos hispanus ===== Gaspar barreiros falla de Idanha a velha e dis, que ouve huã çidade çamada Idanha, Egedita aonde está a dita Idanha, a qual na repartição que fez Bamba he çamada corruptamente Odonia, Edanhas, cujo Bispado se mudou pera a Guarda, aonde persevera cõ o nome Egitanense ===== Vasco falla desta Cidade, e diz estas Pallavras: Episcopatus Egitanus Scribendum erat Igæditanus, vt antiqua monumenta declarant Igædita, çivitas erat lusitaniæ; nune vicus obscuras Edania dictus Episcopalis sedes in Guardiam, çivitatem translacta est ----- e voltas em lingoagem dizem, Bispado Egitano ouverase de escrever Egeditano como declaraõ memorias antigas, Igædita era çidade de Lusitania, mas agora he hum piqueno povo, de piqueno nome, çamada Edania, e a Cadeira Episcopal que nella estava se passou pera a Guarda ===== Morales⁸, tratando dos Bispos que teve Idanha a velha que se açharaõ no segundo Conçillio Bracarense dis isto ----- Adorio da Cidade Igeditana, que ja se disse foi em Portugal, aonde ora está o lugar çamado Idanha a velha ===== Raphael Volaterrano, na sua Geographia⁹, çama esta cidade, Egeditania, e daqui vem o adjectivo Egitanense, que tras onuphrio (e refere Ilhescas que ja temos dito atras) assi que faz a Damaso, natural da antiga Idanha, este autor, foi homẽ doctissimo, e de rarissima coriosidade, e delligência como em suas obras se vé, o qual pera fazer o seu Livro dos pontífices romanos, buscou e rebolveo todos os templos, Livrarias e Cartorios de Roma, e certo he, que Damaso foi elleito Papa em Roma e nella teve sua May e Irmam e destes he possível saísse a notiçia de sua Patria, Esta authoridade deste autor, em que faz a Damaso Egitanense, anda nos exemplares deste autor, impressos em Veneza, anno do Senhor 1557, E estes são os verdadeiros, e os que quiseraõ emendar aeste autor, o Poem de Guimarães, mas a verdadeira, he a impressão de Veneza ===== E não sey, quẽ escreve isto, em seu Livro, como he o dito Gaspar estaço, atras alegado, por estas mesmas Pallavras, como pode escrever outras, emcontrario, que tal clareza, não pode contrariarse, nẽ a impressão de Veneza, ter suspeita, nẽ autor que tantas delligencias fez, per descobrir a verdade, ser notado de Pouco çerta nella, antes o seraõ os que forem de contraio Pareçer ===== Com esta de Veneza, com corda Joaõ Baptista de Cavalieri, nas suas Imagens dos Papas, aonde tratando de S. Damaso, diz assi; Sanctus Damasus, Antonis filius, Egitanensis, lusitanus, hispanus, S. R. E. diaconus Cardinalis a papa Liberio factus vt ===== E com estas testemunhas taõ callificadas, e sem nota de suspeita, pois nhuã dellas a pode ter, fica Posta ao Sol, a verdade, de ser S. Damaso, natural da cidade de Idanha avelha, e não das outras Partes, donde, outros querem com que seja, comtanto interesse, que os cega, pera não verẽ, hũ numero de anos, como são quinhentos e quarenta e hũ, que Guimarães se começou a Povoar, depois que o Sancto morreo e outras rezões taõ fortes como estas, Pellos autores açima allegados temos contra todas as mais Partes que ao Sancto pretendem, per que nhuã dellas tem quẽ o diga com fundamento: nẽ mais que hũ, e esse interessado, e sospeito, e Idanha avelha tẽ muitos e tras sem nota, de suspeição, e com isto pomos fim a este ponto, porque nos espera el Rey Bamba, também da mesma Idanha =====

El Rey Bamba era Godo de nação, virtuoso, e por o ser, estava recolhido, ou fugido, aos governos do

⁸ Vide MORALES, 1574.

⁹ Vide MAFFEI, 1603.

Mundo, nesta cidade de Idanha avelha, a quẽ Vallerio Escollastico¹⁰, tratando esta historia (no cap. que faz dos que baixo lugar sobiraõ a alto) chama Ircana la vieja foi isto pello annos do nascimento de Cristo 612, no qual Reinava em Hespanha Reçensvindo, ainda que tinha os dois sua Corte em Tolledo, morrendo este Rey Reçensvindo, ainda que tinha erdeiros, que Puderaõ suçeder no Reino, não foi assi, antes, os grandes e Poderosos, cada hũ como milhor pode, se pos a pretender o çetro e coroa, e por esta Rezaõ ou de tantas duvidas, e sem Rezões, que diz o mesmo autor na parte allegada (de quẽ he tudo o que vou escrevendo) que çhegaraõ, a mais que Pallavras, e acodindo Deus a este desconçerto se conçertaraõ entre todos que pusesse cada hum sua justiça, na maõ do Papa, que entaõ regia a Igreja, que conforme a computaçã dos annos era Constantino primeiro, e indo com esta embaxada, ante elle, considerando o Sancto Padre o estado em que Espanha estava, fez oraçaõ a Deus que acodisse, cõ o remedio que convinha, dando hũ Rey, suficiente, pera remediar este mal e assi foi, per que ouvindo Deos Sua oraçaõ, lhe foi revellado, que hũ homem chamado Bamba, que açhariaõ lavrando, com hũ boi branco, e outro vermelho, que vivia contra as Partes do mar, queria, e ordenava Deos, que fosse Rey de Espanha, e dada esta reposta, aos embaxadores, se partiraõ a Espanha, e declarada aos pretendentes, elles o ouveraõ per bem, dando ordẽ a que se buscasse, e despedidos pera este effeito, muitos, e por várias partes indosse hũs recolhendo, junto desta Idanha avelha (entaõ chamada Ircana) ouviraõ a huã molher, que chamava Bamba e oulhando pera aquella Parte, o viraõ andar lavrando, do modo que traziaõ, que se aviaõ de açhar, e satisfeitos do nome, e sinais se foraõ a elle, e apeados dos cavallos, e prostrados em terra, o adoraraõ per seu Rey, e elle, ainda que não ignorava, poder sello, todavia, ficou perplexo, com aquella novidade, e tomou a aguilhada que trazia e metendoa no chaõ, disse, quando esta aguilhada tiver folhas serey vosso Rey, e logo milagrosamente reverdeçeõ e teve folhas e com este milagre ficaraõ confirmados em que Deos assi o ordenava e lhe deraõ as graças como milhor puderaõ -----

Da tradiçaõ escrevẽ muitos autores, e Particularmente S. Chrisostomo na humilia 4 dizendo, est traditio nihil quæ eras amplius, e tem tanta força que ainda em muitas causas de fee se regem por tradiçaõ ----- nesta cidade de Idanha avelha há tradiçaõ antiga que el Rey Bamba, foi nella açhado do modo que atras deixamos escrito, e que hũ freixo que esta Por baixo da Ponte, do rio Ponsul que quasi cerca toda a cidade, he o que permanece da aguilhada que meteo na terra quando suçedeo o milagre, de reverdeçer sendo seca, e ainda que oje aonde está, na parede do chaõ de Pedro Frois Rico, he Piqueno, eu lhe sey hũ tronco ócado, aonde cobramos muitos meninos quando andavamos ally folgando, e minha May Antonia da Cunha, me dizia, sabia feita huã casa torre, dentro dos muros desta Cidade, com tres sobrados, e no mais alto tres janellas, huã no norte; outra no naçente, e outra no Poente, a qual estava no quintal da casa que ora he de Pascoal Frois tabelliaõ, espaço que está no dito quintal, estava na logea da dita casa a hũ canto della, e pera esta casa se entrava, per hũ recebimento a modo de corredor, de Parede, que não se alcançou senaõ descuberto, o qual chegava a casa do dito Pascoal Frois, e Parte della, ou toda, Parece que foi da del Rey Bamba, per que assi o mostra a Parede antiga que está por baixo da janella, que he da mesma obra do Corredor, de que ainda se mostra hũ Piqueno de parede, de Cantaria miuda cortada, assentada em argamassa, feita com tal temperamento, que custa menos, quebrar as pedras, que a ellas mesmas despegar da argamassa ----- E esta Casa torre se derribou (per que eu não era vivo) e com ella se fizeraõ outras casas, e em particular e em que vive oje, Lourenço da Cunha, cuja Cantaria e huã janella grande, foraõ da dita torre, com alguã madeira que ainda tem della ----- E André domingues ----- Francisco Frois ----- António Frois moreno que oje saõ vivos, (e não muito velhos) ao tempo que escrevo isto, sabem esta casa torre feita e fazeremse as ditas casas della, do modo que digo, sem nisto aver duvida e hũs e outros e todos dizem, por tradiçaõ antiquissima, continuada de hũs em outros de tempos antiquissimos, que esta casa se chamava, casa del Rey Bamba, e esse nome e titullo tinha; e por tal a hiaõ ver, todas as Pessoas e justiça, e gente grave e Plebea que a esta cidade vinhaõ, e por sua grande e frequentada estrada Passavaõ, sem aver quẽ duvidasse desta verdade, taõ antiga, e taõ nobre, que não o saõ, huãs cousas mais que outras, em mais, que na compridaõ de annos em que se fazem ventagem -----

¹⁰ Vide RODRIGUEZ DE ALMELA, 1536.

A Historia Ecclesiastica de Hespanha, 2. parte, fl. 285, traz esta historia de Bamba, ou Vuamba, como assy lhe chamaõ bem diferente do que a temos contado, e referesse a Saõ Julliaõ, e ao Arcebispo Dom Rodrigo, e há Chronica geral de hespanha e por authoridade destes afirma que Bamba era natural, e senhor, da cidade de Idanha avelha, na qual avia huã fonte de Cantaria, que tem seu mesmo nome ----- a qual fonte por obra e antiguidade, Pareçe ser, a que ora se çhama do arco (FIG. 2), que esta dalem do rio Ponsul, no caminho que vay pera a fonte do Cavalleiro, e valles que se çhamaõ da Matança, e que avia mais huã figueira, que tinha o mesmo nome del Rey Bamba, e nega o autor da dita Historia Ecclesiastica, ser Bamba lavrador, e cõ os autores açima allegados, a que se refere, diz que era Bamba nobre, e como tal tinha cargos de Privado, na Casa Real e Corte del Rey Reçensvindo e que em sua morte (que foi no lugar de Gertigos, que depois se chamou Bamba, e çhama ainda oje, per ser levantado nelle, por Rey, o dito Bamba) andava dando ordem ao enterro del Rey, e que de Parte do mesmo Rey, fora Bamba ao Conçilio de Toledo, a tratar do testamento de Saõ Martinho dumiense ----- e com estas rezões nos quer Provar, não ser Bamba lavrador, nẽ açhado lavrando em Idanha avelha, se não ser natural e Senhor da dita Idanha, e ser nobre, e ser levantado per Rey, no lugar de Gertigos, por cuja rezaõ mudou o nome de Gertigos embamba, que ainda oje tem ----- Mas ainda que variaõ estes autores, nas Callidades de Bamba, todos com cordaõ, em ser Idanha avelha, nẽ os que dizem ser açhado lavrando, e o millagre da aguilhada, negaõ sua nobreza, e santidade, e ainda que os que escrevẽ o contrario, sejaõ tantos, e sanctos, e por essa rezaõ sejaõ muito dignos de lhe daremos credito, está porem tão authorizado, com a tradiçaõ, que todos tem recebido, ser açhado lavrando, como atras avemos escrito, que não me atrevo a afirmar, o que seja mais çerto, porque vejo openiões de sanctos per huã parte, que dizem ser Bamba, natural e senhor de Idanha avelha, e nobre, e andar em cargos de Privado, na casa real, e vejo outros autores e a tradiçaõ com elles, que dizem ser açhado lavrando na mesma Idanha avelha, quando se levantou per Rey, os quais me não atrevo a contrariar, nẽ meter meu voto, entre elles e assy o deixo a discriçaõ, do discreto leitor, contentandome, com deixar Provado ser Bamba, natural de Idanha avelha, e Rey de Hespanha, e estar tido em conta de Sancto, o que elle mostrou bem, em deixar o Reino, per se fazer religioso, e na Relegiaõ viver sete anos, avendo sido nove Reis, em que fez tambẽ obras de Sancto, entre as quais saõ dignas de seu entendimento, e Christandade, dar Pesos e medidas em toda espanha, que ate seu tempo não avia, tirando com ellas, a occasiaõ de tanto erros, como se fariaõ sem medida, que não há cousa que sem ella seja perfeita ----- e repartir os Bispados, fazendo as metropolis, e as que lhe aviaõ de ser sufraganeas, que ainda que isto, ja fora antes feito, duas vezes em Hespanha, não deixaria de aver neçessidade de reformarse visto que tal Rey o fez ----- e assy Podemos dizer, que mais este Sancto sahio de Idanha avelha, que com Saõ Damaso e Saõ Fulgençio, que foi Bispo nella, saõ tres sanctos, que della sairaõ se não quizeremos dizer, que os Irmaõs deste Bispo Sancto (no fim da limina atras declarados) sairaõ tambem della, que Sanctos e Irmaõs de hũ Bispo, que era Sancto, bem se pode crer, que estariaõ juntos, e que todos sairaõ de Idanha avelha, ou que nella estaõ sepultados, e tocamos cada dia, sem o saberemos, a terra sancta de suas sepulturas, e as Relliquias de seus Sanctos Corpos -----

Not: Dos Bispos que se declaraõ na dita limina, se faz mençaõ, na 2. parte da historia ecclesiastica de hespanha, fl. 44. em que está a Chronologia dos Bispos que teve Idanha avelha, e a fl. 38 ----- 44 ----- 307 ----- 276 ----- 277 ----- 299 ----- 85 ----- falla a dita Historia na dita Idanha, e nella se Pode ver largar tudo porque se açhara.

Isto tenho alcançado, desta minha Patria Idanha avelha, e por que ella nunca teve, que melhor [ilegível] lhe escrever (que he outra prova porque ao certo se prova que o que [ilegível] está escrito a força da verdade, notoria atras, o tem Posto em Historia) me estimulou o coração pera que assy composto o escreva, e porque não Pude melhor, com isto satisfaço, não quero galardaõ, nẽ disto, nẽ do mais que tenho feito (que não he pouco) em sua honra e acreçentamento, per que sey, que o que melhor faz, he Pior pago, que isto he o que Corre no Mundo, e nas Patrias, que não sabẽ dar por feitos nobres, senaõ pagas infames, mas o que nellas falta, se açha sempre certo em Deos que a todos nos faça Sanctos amem vt anno 1629 -----

*Paulo Geraldês da Cunha que Deus
tenha na glória amém*
Autoridade de [ilegível] que foi a S. Damasco egitaninense ----- diz elle -----
[ilegível]”

2. Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (2012) – Notas De arqueologia, epigrafia e toponímia – VI. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR. Vol. 15, 113-137.

ALARCÃO, Jorge de (2013) – *Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto.

ALMEIDA, Fernando de (1956) – *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Pedro C. (2009) – O fórum dos igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. 82, 115-131.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1951) – *Crónica Geral de Espanha de 1344: edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

ESTEVES, Elisa Nunes (1997) – A lenda de Vamba na Crónica Geral de Espanha de 1344. *Cuentos y leyendas de España y Portugal*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 209-212.

GOMES, J. Pinharanda (1981) – *História da diocese da Guarda*. Braga: Pax.

GUERRA, Luís Bivar (1965) – *A Casa da Graciosa*. Braga: s. n.

ILLESCAS, Gonzalo de (1573) – *Historia pontifical y catholica: en la qual se contienen las vidas y los hechos notables de todos los Summos Pontífices romanos... com una breve recapitulacion de las cosas de España*. Salamenca: em casa de Domingo de Portomariis.

LEÃO, Duarte Nunes de (1600) – *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal*. Lisboa: Pedro Craesbeek.

MAFFEI, Raffaele (1603) – *Raphaelis Volaterrani commentariorum urbanorum ...* [Lipsiae]: apud Claudium Marnium et haeredes Ioannis Aubrij.

MANTAS, Vasco Gil (1988) – Orarium donavit igaiditanis: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. *Actas del 1^{er} Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol. 2, 415-439.

MENDES, Maria do Carmo R. (2016) – *A palavra da imagem: ideologias, funções e percepções na linguagem pictórica barroca em Portugal: a Diocese da Guarda 1668-1750*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese doutoral).

MORALES, Ambrosio (1574) – *La coronica general de España*. Alcalá de Henares: en casa de Juan Iñiguez de Lequerica.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz de (2010) – *Castelos templários em Portugal: 1120-1314*. Lisboa: Ésquilo.

RODRIGUEZ DE ALMELA, Diego (1536) – *Valerio de las hystorias scolasticas de la sagrada scritura* [...]. Sevilla: Juan de Cromberger.

ROLÃO, Manuel Estevam da Silva (2007) – *Famílias da Beira Baixa: raízes e ramos*. Lisboa: ed. do Autor. Vol. 3.

SALVADO, Maria Adelaide; SALVADO, Pedro Miguel (1995) – *Rei Wamba: espaço e memória*. Coimbra: A Mar Arte.

SALVADO, Pedro (1988) – *Elementos para a cronologia e para a bibliografia de Idanha-a-Velha*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

SALVADO, Pedro (2010) – Idanha-a-Velha: um rosto periférico da memória: elementos para a história do património igitano. *Memória e história local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*. Coimbra: Palimage. 207-255.

SÁNCHEZ RAMOS, Isabel; MORÍN DE PABLOS, Jorge (eds) (2019) – *De Ciuitas Igaeditanorum a Laydaniyya: paisages urbanos de Idanha-a-Velha (Portugal) en época tardoantigua y medieval*. Oxford: BAR Publishing.

TEJADA Y RAMIRO, Juan (1850) – *Collección de canones de la iglesia española*. Madrid: Imprenta de D. Anselmo Santa Coloma. Tomo 3.

VILLEGAS, Alfonso de (1588) – *Flos sanctorum*. Barcelona: Juan Pau Menescal.

VIVES, Jose (1963) – *Concilios visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Florez.

3. Anexos

Figura 1



Figura 2



A iniciativa feminina na Roma antiga

José d'Encarnação^{a,®}

^a Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
[®] Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Refere-se a abundância de estudos recentes sobre o papel da Mulher nas várias épocas históricas; alude-se ao facto de, na Lusitânia romana, a Mulher estar visível na documentação epigráfica funerária e votiva; aproveita-se o ensejo para dar a conhecer duas sugestivas obras editadas sob orientação da Prof^a Pilar Pavón, da Universidade de Sevilha, no âmbito dum projecto que estuda a presença da Mulher na Antiguidade.

Palavras-chave

Mulher | estudos feministas | Roma antiga

Abstract

The woman position in the society, even in Ancient Rome, is at the last decades object of many studies. The epigraphic evidence of the woman in the Roman Lusitania is considered and the important research program of the Professor Pilar Pavon about this theme is here analysed, specially two of by her edited books.

Keywords

Woman | feminist studies | ancient Rome

1. Introdução

Designa-se «Roma antiga» o período em que, na Europa, os Romanos detinham papel preponderante. Certo é que houve o tempo da Realeza e da República, este desde o século VI até finais do século I a. C.; mas é sobretudo o Império, desde então até ao século IV, *grosso modo*, que maior influência haveria de ter na civilização europeia, por corresponder à expansão romana e, conseqüentemente, ao seu contacto com as populações indígenas. A esse período habitualmente se faz referência.

A expressão «Iniciativa feminina» aponta o objectivo que ora se propõe: mostrar que, afinal, houve um «papel» da mulher e, porventura, não terá sido assim tão secundário como, à primeira vista, se pensa.

Um dos quadros mais célebres do pintor francês Jean-Léon Gerôme (1824-1904), datado de 1872 e hoje em exposição no Phoenix Art Museum, de Phoenix, nos Estados Unidos, tem o título de *Pollice verso*, «polegar para baixo». Um gesto que ora se considera corrente e cujo significado todos conhecem: «para baixo», algo vai mal; «para cima», está tudo nos conformes! Aí, no quadro (Fig. 1), as vestais, resplandecentes nas suas virginais vestes brancas, gritam e insistem que o gladiador deve morrer. O imperador deverá obedecer-lhes e, também ele, porá o polegar para baixo.

Vir-nos-á, porventura, à mente a cena do filme *Quo vadis?* (1951), do realizador americano Mervyn LeRoy: o gladiador (Nuno Salvação Barreto) consegue matar a fera, reclama clemência, as Vestais concedem-lha, o imperador Nero hesita, põe o polegar para baixo, mas, num golpe de teatro, decide-se por salvar o gladiador.

Da importância dos jogos em Roma se deduzirá, por consequência, o papel influente das Vestais, a justificar a impenhência da sua 'casa', que ainda hoje se pode admirar no fórum romano (Fig. 2).

A luta actual pela «igualdade de género» constitui, de certo modo, o corolário final dos estudos que, paulatina e timidamente, nas academias se começaram a fazer, salvo o erro, pelos meados do século passado, incentivados também por históricos exemplos magníficos de mulheres, que vão desde Joana d'Arc (1412-

Figura 1. Pollice verso (1872). Jean-Léon Gerôme. Phoenix Art Museum.



Figura 2. Pormenor do peristilo da Casa das Vestais, com os cipos relativos às mais importantes.



1431), a heroína da Guerra dos Cem Anos, à «Dama da Lanterna», como ficou a ser mundialmente conhecida Florence Nithingale, por usar uma lanterna a fim de poder, de noite, tratar os feridos na Guerra da Crimeia (1853-1856) – só para dar dois dos milhares de testemunhos que poderiam aduzir-se.

Criaram-se cadeiras, e depois cursos, de Estudos Feministas; o doutoramento em Estudos Feministas é um programa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em colaboração com o Centro de Estudos Sociais, iniciado em 2015/2016; temos no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, um Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, criado em 2012. . .

Falar da Mulher apresenta-se, pois, não apenas como 'moda' mas também como 'necessidade' de uma consciencialização que se perdera e que urge recuperar, ainda que se possam apontar dedos recriminatórios a cláusulas legislativas, rígidas e implacáveis preconizadoras de aritméticas. Já o poeta Horácio (65-8 a. C.) bem ajuizada e lapidarmente o proclamou (*Sátiras*, I, 1, 106): *Est modus in rebus, sunt certi denique fines* – haja contenção em tudo, porque, afinal, existem limites a respeitar.

Consequentemente, não se levará a mal que, entre as centenas de livros que, nas últimas décadas, trataram do papel da Mulher na Antiguidade, se dê conhecimento de dois, recentes, atendendo à sua singularidade; não sem, antes, cedermos à tentação de, em jeito de possível síntese, esboçarmos um quadro do papel na Mulher na Lusitânia, com base nos documentos epigráficos.

2. Na Lusitânia

Coube a Luís da Silva Fernandes a iniciativa de elaborar dissertação de mestrado (1998-1999), servindo-se precisamente dos dados colhidos nas inscrições encontradas no território entre os rios Tejo e Douro, o romano *conventus Scallabitanus*.

Confirmou-se que, em geral, a mulher está 'ausente' da vida política activa.

Em termos quantitativos, são raras, v. g., as mulheres a que foi concedida a possibilidade de estarem inscritas numa tribo: «Só excepcionalmente», escreve Jean-Marie Lassère (2007, p. 116), «se encontra na onomástica das mulheres: vemo-lo nalgumas inscrições provinciais, onde as cidadãs, cheias de preconceitos, fazem questão em se demarcar das de estatuto peregrino».

Comentando esta última afirmação, Marta González Herrero considera que sim, que é possível que essa indicação sirva para tal distinção em África, nomeadamente em relação «às peregrinas que usam indevidamente os *duo nomina*», mas esclarece que a tribo nada tem a ver com a vida política nem com a territorialidade, mas sim com a cidadania local, como o testemunho de *Cretonia Maxima* bem documenta (González Herrero 2021, 553-561).¹

Igualmente raras as menções à existência do *praenomen* feminino (Lassère 2007, 85-86), uma vez que o *praenomen* é, quicá por natureza, masculino. No território actualmente português, encontrou-se, até agora, um único testemunho, o de *Caia Valeria Amma*, patente na cupa identificada na *villa* romana do Monte da Salsa, concelho de Serpa (Encarnação 2019, 123-127).

No entanto, quer a menção da tribo na identificação feminina quer a inclusão do *praenomen* não implicam importância política, mas sim social.

Presença bastante comum é a da mulher que toma a iniciativa de mandar fazer o epitáfio para o marido ou para os filhos, amiúde não se esquecendo de fazer menção ao facto de as despesas terem sido pagas *de suo*, *ex pecunia sua*, ou seja, do seu pecúlio, o que deve interpretar-se não exclusivamente como uma ostentação de riqueza mas também de afirmação pessoal (Fernandes 1998-1999, 170-191). De facto, ao identificar-se como promotora da homenagem, mostra a relação da sua família com a do homenageado, uma forma indirecta de a imortalizar.

¹ Esta investigadora da Universidade de Oviedo tem em curso um projecto de investigação que visa recolher e analisar os testemunhos de mais de uma centena de mulheres com tribo conhecidas no Império romano por epígrafes achadas na *Hispania* e na África romana. O objetivo é compreender que motivos podem justificar o ter-se querido incluir a tribo na sua onomástica. Sublinha, a título de exemplo, que, no referido caso de *Cretonia Maxima*, a tribo *Papiria* se usou para assinalar que esta *Pacensis* recebera a cidadania local em *Augusta Emerita*, onde se fixara depois de ter casado com um emeritense.

Figura 3. Epígrafe votiva romana patente nas termas de S. Pedro do Sul.



Outro modo de a mulher se manifestar é mediante a apresentação de dedicatórias a divindades. Tratava-se, aparentemente, de um acto individual, de devoção; o certo é que, assim, mais famílias estão a marcar presença.

Sirva como exemplo o ex-voto identificado nas termas de S. Pedro do Sul (*Conventus Scallabitanus*), em que *Victoria Victorilla* se associa ao marido, *Magius Reburrus*, para celebrar a memória do filho: *in honorem Magi Saturnini* (Encarnação 2018, p. 91 – Fig. 3). Oficialmente, no entanto, o monumento é consagrado ao Mercúrio dos Augustos, dotado de um epíteto local: *Aquaeco*. Ou seja, a epígrafe cumpre às mil maravilhas a sua função de publicamente manifestar a devoção das duas famílias: a da mulher, *Victoria*, e a do marido, a *Magia*.

Houve ocasião recentemente de mostrar como a iniciativa da liberta *Iulia Saturnina* de erguer, em *Pax Iulia*, um templete à *Dea Bona* configurava uma intenção de reunir em torno do culto a essa deusa, de características 'feminísticas' (diríamos hoje!) assaz relevantes, as matronas da cidade, na vontade de alicerçarem o seu poder 'paralelo' (Encarnação 2021 – Fig. 4).

Nesse domínio, nunca será de mais sublinhar o papel que a mãe tinha de introduzir os filhos na vida social, cultural e política, mediante, v. g., a mera explicação do significado das epígrafes que diariamente se viam nas ruas das povoações (Encarnação 2005).

3. A marginalização da mulher no Império Romano

Ressalte-se, antes de mais, o papel que uma mulher, Pilar Pavón, catedrática de História Antiga na Universidade de Sevilla, está a desempenhar, no âmbito dos projectos de investigação que dirige, para dar a conhecer, cada vez com maior nitidez, o que foi a Mulher na Roma Antiga.

Superintendeu à edição, em 2021, de *Conditio Feminae*, seleccionada colectânea de artigos que propõem claras «imagens da realidade feminina no Mundo Romano». Antes, porém, já outro tema fundamental a preocupara: a proclamada marginalização da mulher no Império Romano. Promoveu, por isso, em Outubro

Figura 4. Proposta, de José Luís Madeira, de templete para a inscrição dedicada à Bona Dea, em Beja.



de 2017, na Faculdade de Geografia e História da sua universidade, um colóquio internacional, para o qual convidou investigadores «de distintas perspectivas e distintos âmbitos científicos». Os textos então apresentados coligiram-se na obra *Marginación y Mujer en el Imperio Romano*, de mais de 400 páginas (Roma: Edizioni Quasar, 2018).

É a própria editora, Pilar Pavón, que faz, na apresentação, mui elucidativa síntese do conteúdo do volume, que se apresenta em seis grandes capítulos, cujo enunciado de imediato prenuncia a riqueza do conteúdo:

- I – Mulher, cidadania e tradição; entre a autonomia e a limitação jurídica;
- II – Mulher e família: modelos e tarefas;
- III – Mulheres do escol: entre a marginalidade política e a visibilidade socioeconómica;
- IV – Mulher e religião: da complementaridade pagã à marginalização cristã;
- V – Modelos de mulher na óptica masculina;
- VI – Mulheres nas margens sociais: libertas e bárbaras.

Anotemos, a começar, a densa informação veiculada por Mireille Corbier sobre o que lhe aprouve chamar «o segundo sexo» em Roma (p. 13-32), aduzindo, como estudo de caso, o que se conhece da perspicácia social de Agripina-a-Jovem.

Pilar Pavón serve-se de informação de Ulpiano, para indicar os mestres que as mulheres não podiam exercer (p. 33-62).

Marta González Herrero procura mostrar como, através da documentação epigráfica, se pode ver que o modelo oficial da feminilidade acabou por ser interiorizado pela mulher, independentemente do estatuto social (p. 65-80).

Referiu-se atrás o papel da mulher como mãe e esposa; Anthony Álvarez Melero aborda uma outra relação familiar, a do irmão em relação à irmã (casamento, viagens, herança...), que analisa colocando-a entre «estratégia familiar e marginalização» (p. 81-102), o que me sugere referir a epígrafe de *Balsa* (Tavira), em que Mânlia Faustina homenageia o irmão, Tito Mânlio Faustino, «modelo de piedade, duúnviro por duas vezes, por decreto dos decuriões, tendo oferecido um banquete», em que a estratégia familiar resulta bem evidente (Encarnação 2013, p. 101-102).

Marta Álvaro Bernal, por seu turno, analisa fontes literárias, epigráficas e jurídicas, para dar conta de como as *puellae* eram educadas para o matrimónio (p. 103-132). Anote-se o que Plínio escreve acerca da sua terceira (!) mulher: «É extraordinariamente inteligente, extraordinariamente frugal; ama-me, o que é um sinal claro da sua virtude» (p. 116). Apetece comentar: e a Plínio vaidade não lhe faltaria também!...

Rosa María Cid López interessou-se pelo papel das *Augustae* na dinastia dos Júlios-Cláudios (p. 135-161), em três vertentes: a marginalidade política (será que houve mesmo, sem interferências? – ocorrenos perguntar), a propaganda religiosa (neste campo, as *Augustae* que bem se movimentavam elas!) e o reconhecimento social (patente este, de modo especial, na nomeação para funções de teor religioso).

E já que se falou em funções religiosas, haveria que dar uma vista de olhos ao significado da nomeação de alguém para o exercício do sacerdócio imperial: o flaminato. Francesca Cenerini procura brevemente responder, pois, à questão: detém a flaminica um papel activo ou é, puramente, marginal? (p. 163-177).

Com base em mui extensa bibliografia, Marcella Chelotti, da Universidade de Bari, apresenta exemplos, retirados da documentação epigráfica da sua área, a *Apulia* e a *Calabria*, de mulheres que se notabilizaram, mormente por terem tomado a iniciativa de mandar construir um anfiteatro (é o caso de *Otacilia Secundilla*, até agora desconhecida, mas cujo nome está documentado numa inscrição fragmentada), ou por lhes terem sido dedicadas epígrafes de alguma solenidade (p. 179-198).

Marie-Thérèse Raepsaet-Charlier confirma o que se tem proclamado: no que concerne ao cerimonial religioso, exerceu sempre a mulher romana uma função complementar à do homem (p. 201-222).

Mercedes Oria Segura observou imagens com a representação da mulher em funções religiosas (em baixos-relevos, mosaicos, moedas...), para tentar discernir se pode deduzir-se daí uma intenção de lhe atribuir maior ou menor relevo (p. 223-252); concluiu que essas representações lhe conferem, afinal, sempre maior relevo, o que – poder-se-á acrescentar – se afigura natural, mesmo que a posição na cena ou a dimensão atribuída induza a pensar diversamente: se está representada... está representada!

Clelia Martínez Maza, da Universidade de Málaga, debruça-se sobre uma questão sugestiva (¿foi a Mulher marginalizada no Cristianismo primitivo?), mormente se pensarmos que a Mulher teve, na vida de Cristo, conforme é relatada nos Evangelhos, um papel não despidendo e o seu entusiasmo se revelou nos primeiros tempos do Cristianismo. Fez a investigadora uma leitura das cartas de S. Paulo (para ele, como se sabe, a mulher deve ser submissa ao homem) e da documentação referente aos movimentos ditos 'heréticos' que foram aparecendo e afirma, no final, a esse propósito: «Não havia forma melhor de injuriar um adversário herético do que salientar a proeminência que a mulher deteve nesses movimentos, cuja capacidade de chefia era absolutamente ilegítima, tanto devido à sua fragilidade intelectual e debilidade física, como atendendo à procacidade inerente ao seu sexo» (p. 268). Páginas, portanto, que se lêem com curiosidade (p. 253-273).

O capítulo V trata, como se referiu, da perspectiva masculina em relação à Mulher. Assim, Julián González Fernández estuda, desse prisma, a obra de Plínio-o-Moço (p. 277-292); María José Hidalgo de la Veja apresenta a aristocrata africana *Aemilia Pudentilla*, que viveu, em meados do século II, na cidadezinha de Oea (actual Trípoli) e que foi casada com Apuleio de Madaura, que dela abundantemente falou (p. 293-314); José Carlos Saquete repassa a *Historia Augusta* para aí colher informações acerca das mulheres, quase sempre comentários pejorativos, em que se vê com maus olhos a interferência da Mulher na vida política (p. 315-332).

O capítulo VI abre com a análise minuciosa levada a cabo por Carla Masi Doria, da Università degli Studi di Napoli Federico II, acerca das chamadas *Libertae Iunianae*: a *lex Iunia*, datável, segundo a autora, de 25 ou 17 a. C., estabeleceu as regras da concessão de liberdade a escravos e escravas, determinando que passavam a ter «uma condição comparável à dos *Latini coloniarii*, de que deriva o nome por que passaram a ser conhecidos: *Latini Iuniani*; *latini*, porque não eram cidadãos romanos, e *Iuniani*, por força da *lex Iunia*» (p. 335-362). Francisco Cidonha Redondo, da Universidade de Sevilha, disserta (p. 363-392) sobre a frequente união entre libertas e patronos no decorrer do Império Romano, uma análise que, a meu ver, não poderia também deixar de ter em conta o livro clássico de Georges Fabre, *Libertus – Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine* (Roma, 1981), mais não fosse para estabelecer termos de comparação entre a República e o Império; mas o livro de Georges Fabre não é sequer citado na bibliografia.

Coube a Alicia Ruiz Gutiérrez o encargo de fechar o importante rol de contribuições para o volume, colhendo na *Geografia* de Estrabão as referências à mulher (p. 393-415). E chegou a uma conclusão curiosa: o geógrafo, ao referir o relevante papel feminino em sociedades periféricas do Império Romano – por exemplo, a falada ginocracia cántabra –, pretende justamente acentuar esse aspecto negativo, bárbaro, da organização dessas sociedades, em confronto com o que se passava no coração de Roma.

Perdoar-se-me-á se me demorei nesta obra; creio, todavia, que os assuntos nela versados abrangem vasta panóplia de ângulos de visão e não seria justo realçar mais um do que outro.

Para além do aplauso pela iniciativa, não só do colóquio de 2017, mas, sobretudo, pela cuidada publicação dos contributos, o que eventualmente poderá também chamar a atenção no conspecto geral do volume é o grande acervo bibliográfico apresentado por cada autor, que chega a acrescentar, num dos casos, 4 páginas e meia às 14 páginas e meia de texto propriamente dito! ¿Mera prova de erudição ou a obrigatoriedade de citar a plêiade de colegas que ao assunto dedicaram o seu tempo?

4. 250 mulheres

O projecto dirigido pela Professora Pilar Pavón sobre a marginalização e a visibilidade da mulher romana concretizou-se não somente na publicação do livro atrás referido, mas também numa exposição virtual, passível de ser, então, visitada na página <https://grupo.us.es/conditiofeminae/index.php/250-mujeres-de-la-antigua-roma/>. Dessa exposição se fez o catálogo, editado sob orientação da mesma

professora, consubstanciado no livro intitulado *250 Mujeres de la Antigua Roma*, datado já de 2022, uma edição, não vendável, da Universidade de Sevilha (Fig. 5).

Sintomaticamente dedicada «A las mujeres y a los hombres de sus vidas», teve a obra a colaboração de 38 autores, «entre los cuales se encuentran profesores universitarios, directores de museos, investigadores y graduados, pertenecientes a diferentes universidades e instituciones de ambito nacional e internacional».

Temos, pois, aqui as fichas referentes a cada uma das mulheres seleccionadas, cuja actividade, anote-se desde já, nos foi dada a conhecer «por la visión que las fuentes literárias, epigráficas, papirológicas y jurídicas, escritas en su inmensa mayoría por hombres, dejaran sobre ellas»!

Mais uma vez, cumpre realçar a bem elucidativa introdução redigida pela editora. Uma síntese cuja leitura não deve dispensar-se. Aí se explica que, no rol mencionado, há lugar especial para a Mãe; que houve mulheres generosas a contribuir para o embelezamento das suas cidades; que muitas imperatrizes não se eximiram de intervir politicamente; que houve quem não desdenhasse dedicar-se a actividades subversivas (por lhe dar gozo, por vingança ou por acreditar que podia mudar o *status quo*); que avós houve, imprescindíveis no acompanhamento dos netos; que houve sacerdotisas, ocupando aqui as Vestais um lugar especial; mulheres que amaram os maridos e por eles foram amadas sem limites; lugar também para as santas (Maria Madalena, Eulália, Helena...); mulheres que exerceram uma profissão (médicas, advogadas, professoras...).

Em quatro capítulos se divide o volume:

I – Desde as origens até ao final da Monarquia (do século VIII ao VI a. C., aproximadamente): p. 15-27;

II – A República (de 509 a 27 a. C.): p. 29-79;

III – O Império (de 27 a. C. a 284 d. C.): p. 81-265;

IV – Antiguidade Tardia (de 284 a 565): p. 267-345.

Abre cada capítulo com uma ilustração adequada (Fig. 6) – aliás, sempre que se conheça uma que possa ilustrar a respectiva ficha (um busto, nomeadamente), a editora não hesitou em aí a incluir; e com um mapa a cores, destinado a melhor situar no espaço e no tempo o conteúdo que vai explanar-se. Diga-se, desde já, que o volume prima também pela excelente apresentação gráfica.

As fichas estão numeradas, identificadas com o nome da mulher aí estudada e assim aparecem, pelo número, no índice. Após uma síntese biográfica, devidamente assinada pelo autor dela responsável, abre-se uma caixa com indicação das fontes principais e de uma selecção bibliográfica.

Atente-se que, na realidade, estamos perante um catálogo e não um livro com pretensões a ser consultado pelos investigadores interessados no tema, como, de resto, se esclarece, na contracapa: «Não é uma monografia científica nem um catálogo para ser usado». Daí que não haja informação geral da bibliografia seleccionada nem das fontes. Não há índice dos nomes por ordem alfabética. Se se quiser saber se *Memoria Calquisia*, cuja inscrição está em Montemor-o-Novo, foi tida em consideração, há que percorrer com atenção o «índice de mulheres» (p. 347-349). Foi, é o nº 176. Da Lusitânia há também *Cretonia Maxima*, cuja inscrição se encontrou em Mérida (nº 137).

Ainda que a busca não esteja facilitada – e não fará mal nenhum se, para encontrar uma mulher, haja necessidade de ver a lista delas todas... – será prazenteiro conhecer de cada uma das 250 aqui retratadas a principal bibliografia aonde se foi colher informação a seu respeito. Uma vida em poucos parágrafos; mas, de um modo geral, aqui, uma vida plenamente cheia de... História e de histórias!...

Figura 5. Capa do livro em análise. Reprodução da pintura, de Juan Jiménez Martín, Tocador de una dama romana (c. 1895). Museu do Prado, Madrid.

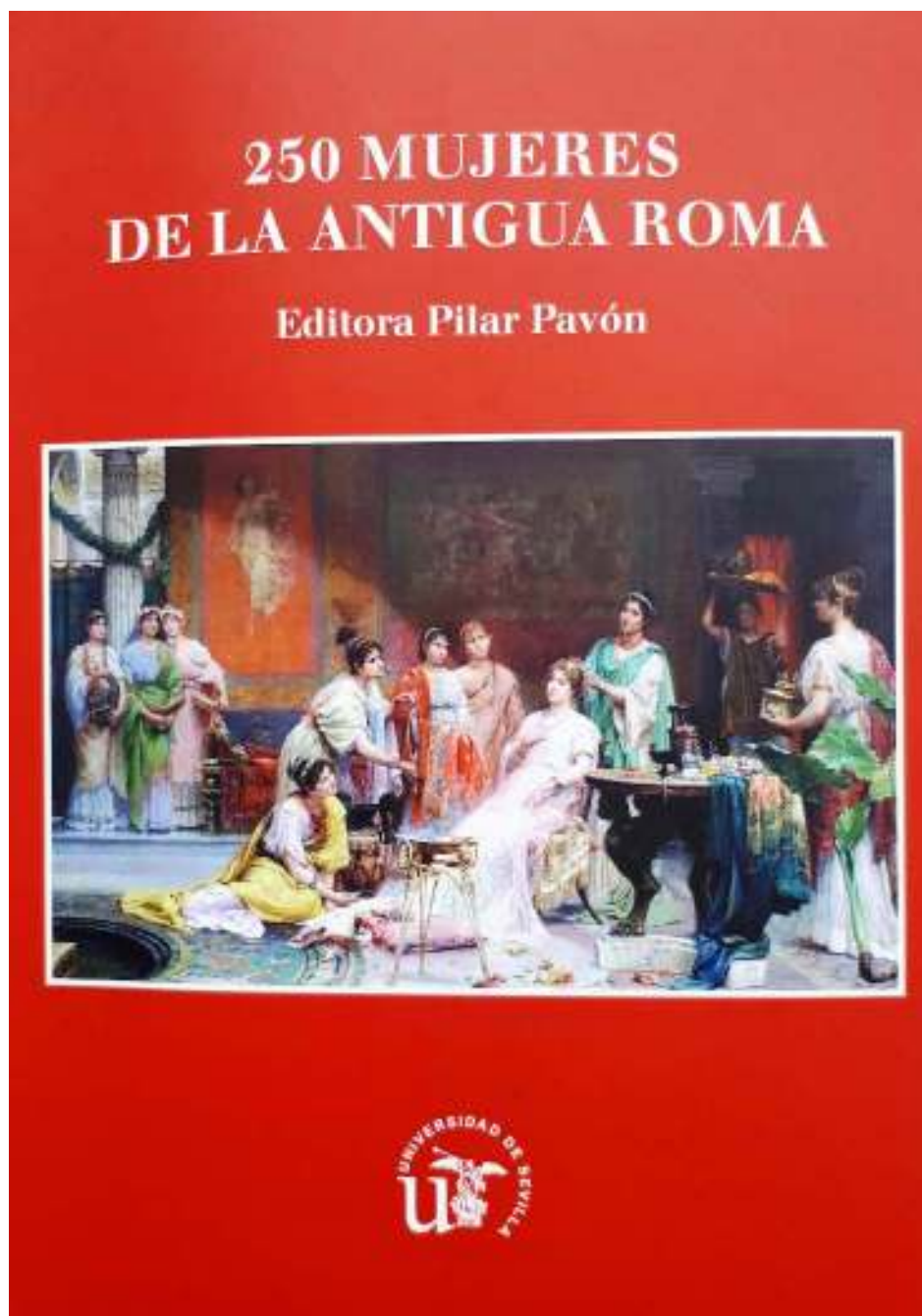


Figura 6. Uma das ilustrações: O último olhar de Zenobia sobre Palmira (1888). Herbert Gustave Schmalz. Art Gallery of South Australia, Adelaide.



FIGURA 12. Última mirada de Zenobia sobre Palmira (1888).
Herbert Gustave Schmalz. Art Gallery of South Australia, Adelaide.

5. Bibliografia

ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – «Quão importantes eram as gentes!...», in MAIA, Maria *et alii* [coord.], *Tavira – Território e Poder*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, , 95-104. <http://hdl.handle.net/10316/101097>

ENCARNAÇÃO, José d' (2005) – «Mães e filhos passeando por entre epígrafes», in M^a SEVILLANO SAN JOSÉ, Carmen *et alii* [edits.], *El Conocimiento del Pasado. Una Hierramienta para la Igualdad*, Salamanca: Universidad, 101-113. <http://hdl.handle.net/10316/11518>

ENCARNAÇÃO, José d' (2018) – «Acerca do culto às divindades salutíferas na Lusitânia ocidental», in SOARES, Carolina Esteves *et alii* [edit.], *Phármakon: do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade*. Porto: CITCEM, 87-98. <http://hdl.handle.net/10316/89078>

ENCARNAÇÃO, José d' (2019) – «Errori d'interpretazione della minuta su epigrafi della Lusitania occidentale», in SARTORI, Antonio e GALLO, Federico [coord.], *L'Errore in Epigrafia*. Milano: Biblioteca Ambrosiana, 115-127. <http://hdl.handle.net/10316/88719>

ENCARNAÇÃO, José d' (2021) – «As mulheres de Pax Julia queriam uma Deusa Boa!», *Diário do Alentejo*, 26-02-2021, 13.

FERNANDES, Luís da Silva (1998-99) – «A presença da mulher na epigrafia do *conventus Scallabitanus*», *Portugalia*, nova série, 19-20, 129-228.

GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2021) – «Mujeres agregadas en el Occidente romano a comunidades cívicas a las que no pertenecían por *origo* natural», in PAVÓN, *o. cit.*, 553-573.

LASSÈRE, Jean-Marie (²2007) – *Manuel d'Épigraphie Romaine*. Paris : Picard.

PAVÓN, Pilar (2018) [edit.] – *Marginación y Mujer en el Imperio Romano*. Roma: Edizioni Quasar.

PAVÓN, Pilar (2021) [edit.] – *Conditio Feminae. Imágenes de la Realidad Femenina en el Mundo Romano*. Roma: Edizioni Quasar.

PAVÓN, Pilar (2022) [edit.] – *250 Mujeres de la Antigua Roma*. Universidad de Sevilla.

ARQUEOLOGÍA DE LA MUERTE EN EXTREMADURA DURANTE LA ALTA EDAD MEDIA (SIGLOS V-XI)

ESTADO DE LA INVESTIGACIÓN*

ARQUEOLOGIA DA MORTE NA EXTREMADURA DURANTE A ALTA IDADE MÉDIA (SÉCULOS V-XI) ESTADO DA INVESTIGAÇÃO

David SÁNCHEZ-SERRANO^{a,®} e Francisco REYES-TÉLLEZ^b

^a Investigador predoctoral. Escuela Internacional de Doctorado de la Universidad Rey Juan Carlos. Programa en Humanidades: Lenguaje y Cultura / Departamento de Ciencias de la Educación, el Lenguaje, la Cultura y las Artes, Ciencias Histórico-Jurídicas y Humanísticas y Lenguas Modernas. Universidad Rey Juan Carlos. P.º de los Artilleros, s/n, 28032, Madrid, España.

^b Profesor Titular de Arqueología. Departamento de Artes y Humanidades / Grupo de investigación HASTHGAUTOR_SECUNDARIOAR / Grupo de Innovación Docente HARQUA. Universidad Rey Juan Carlos. P.º de los Artilleros, s/n, 28032, Madrid, España.
® Contacto: david.sanchezse@urjc.es

Resumen

El estudio de la arqueología de la muerte en la Alta Edad Media no ha sido abordado en Extremadura con la misma profundidad que en otros espacios geográficos. El presente trabajo supone una aproximación al conocimiento de la realidad funeraria de época altomedieval en la región en el marco de la arqueología medieval española con el fin de valorizar cuál es el estado actual de la investigación y las perspectivas de futuro. El ensayo se divide en tres grandes bloques: un estado de la cuestión sobre la arqueología funeraria, una sistematización de las necrópolis y los hallazgos relacionados con el mundo funerario altomedieval en Extremadura, y una valoración de conjunto sobre el estado de la investigación y perspectivas de estudio.

Palabras clave

historiografía | arqueología de la muerte | necrópolis | Alta Edad Media | Extremadura

Resumo

O estudo da arqueologia da morte na Alta Idade Média não foi desenvolvido na Extremadura da mesma forma que em outras áreas geográficas. O presente trabalho envolve uma abordagem do conhecimento da realidade funerária da Alta Idade Média na região, no âmbito da arqueologia medieval espanhola, a fim de avaliar o estado atual da investigação e perspectivas futuras. O ensaio está dividido em três blocos principais: um estado-da-arte sobre arqueologia funerária, uma sistematização de necrópoles e descobertas relacionadas com o mundo funerário medieval na Extremadura, e uma avaliação global do estado da investigação e perspectivas de estudo.

Palavras-chave

historiografia | arqueologia da morte | necrópole | Alta Idade Média | Extremadura

*Investigación financiada por el Ministerio de Educación y Formación Profesional con una de las Becas de Colaboración en Departamentos Universitarios para el curso académico 2019-2020. Código 998142.

1. Introducción

La arqueología de la muerte es una rama de la arqueología que estudia las sociedades del pasado a través del registro funerario. Su estudio en la época altomedieval no ha sido abordado en Extremadura hasta fechas recientes con la misma intensidad que otros aspectos o etapas históricas. Mientras otros territorios como Galicia, Castilla y León, Madrid o Cataluña han desarrollado un mayor esfuerzo sobre este aspecto, Extremadura se ha centrado mayoritariamente en el estudio arqueológico de yacimientos prehistóricos y romanos, siendo Mérida el epicentro de estas actividades.

La finalidad de este trabajo es, por tanto, una aproximación al registro funerario de época altomedieval en la Comunidad Autónoma de Extremadura (siglos V-XI). Partimos de la hipótesis de que las intervenciones llevadas a cabo son escasas y a escala regional. Entre los objetivos fijados destacan: tratar la evolución del estudio del mundo funerario altomedieval extremeño y sus principales aportaciones científicas, establecer comparativas con el estado de la investigación a nivel nacional, recopilar la información dispersa sobre la arqueología de la muerte a nivel autonómico y sistematizar los datos obtenidos con el fin de categorizar su importancia.

En relación con los objetivos planteados se ha diseñado una metodología de documentación. Esta ha consistido, por un lado, en la recuperación de publicaciones sobre arqueología funeraria y, por otro, en la búsqueda selectiva de yacimientos y hallazgos funerarios de época altomedieval en la Carta Arqueológica de Extremadura. Esta última parte responde a la necesidad de valorar cuál es la situación de la investigación sobre mundo funerario en relación con la totalidad de yacimientos conocidos. Como limitación de este estudio, indicamos que se analiza la información incluida en la Carta Arqueológica de Extremadura, quedando fuera de este trabajo la revisión con metodología arqueológica de los yacimientos catalogados.

2. La arqueología de la muerte. Delimitación conceptual

La arqueología de la muerte es la encargada del estudio de la cultura material asociada a los espacios destinados a la deposición de los difuntos. Desde el Paleolítico Medio, la muerte ya era dotada de una concepción simbólica —subordinada a un fin sanitario, y carente de motivaciones metafísicas o espirituales (Rivera, 2010)— y la presencia de estos espacios es, desde entonces, una constante en el registro arqueológico.

Desde los inicios de la arqueología moderna, los investigadores se han centrado en la excavación de estos lugares en detrimento de poblados, espacios de culto o, de forma más notoria, espacios productivos. En el caso que nos ocupa, el prelude de la arqueología medieval europea —como se verá posteriormente— se caracteriza por las intervenciones realizadas en las necrópolis de la época de las migraciones (Quirós, 2009; Tejerizo, 2016). Como establece M. Teresa Chapa (1991: p. 15), esto se debe a que la arqueología tradicional ha considerado la excavación de las necrópolis “de mayor rentabilidad”. La explicación radica en varios factores: las sepulturas ofrecen una alta concentración de restos arqueológicos en espacios reducidos, los materiales depositados han sido escogidos para tal fin y suelen encontrarse en buen estado de conservación ante la concepción de las tumbas como estructuras perdurables y, por último, las sepulturas componen contextos cerrados (Chapa, 1991).

No pretendemos abordar aquí debates sobre el concepto, el ámbito de estudio y las interpretaciones al respecto según las distintas escuelas historiográficas. Para ello se recomienda acudir a las múltiples publicaciones específicas (Abad, 2006; Barceló, 1984; Bradbury y Scarre, 2017; Carr, 1995; Chapa, 1991; Crubézy *et al*, 2000; Fahlander y Oestigaard, 2008; Humphreys y King, 1981; Parker, 1999; Rodríguez y Ferrer, 2018; Ruiz y Chapa, 1990; Tarlow y Nilson, 2013; Vicent, 1995). No obstante, procedemos a trazar una breve visión de conjunto que permita esclarecer el ámbito de estudio y las escuelas interpretativas para posteriormente observar cómo han podido influir en el panorama nacional y regional.

La arqueología de la muerte es una subdisciplina científica de la arqueología cuyo objeto de estudio es el registro funerario de las sociedades pasadas, concibiéndolo como una fuente directa de la época a la que pertenece. En relación con ello, aplica metodología arqueológica al análisis del registro funerario, que tiene como ámbito de estudio cuatro elementos básicos: la referencia espacial, la construcción funeraria, los restos óseos, y el ajuar y otros artefactos relacionados. Su finalidad es la comprensión del pasado en su conjunto, ya que a través de ella podemos analizar distintos fenómenos que lo componen: político, económico, social, cultural, artístico y religioso.

Aunque la noción de arqueología de la muerte se introduce tras la de Chapman, Kinnes y Randsborg (1981) sobre tumbas megalíticas europeas, nace como campo de investigación arqueológica en el marco de la arqueología procesual a partir de los años sesenta. Esto no implica que el interés por el mundo funerario no haya existido previamente, sino que hasta estas dos décadas no existían arqueólogos especializados en la materia, ni campo de estudio, ni reflexión sobre las prácticas funerarias (Abad, 2006; Chapa, 2006; Rodríguez e Ferrer, 2018; Vicent, 1995); así como tampoco un planteamiento multidisciplinar (Humphreys y King, 1981; Ruiz y Chapa, 1990).

Hasta las décadas de los sesenta y setenta del siglo XX, la arqueología difusionista había comenzado a estudiar los tipos de enterramiento, haciendo del ajuar y los depósitos funerarios su principal fuente de información; lo que permitió distinguir diferentes periodos y culturas, así como establecer los movimientos de sus sociedades y sus áreas de influencia y expansión (Montelius, 2018). La arqueología histórico-cultural sentó las bases de la disciplina a través del concepto “cultura arqueológica”, por el que se abandonó el interés por los tipos de artefactos y se encontró en la antropología el medio para interpretar los rituales funerarios que el registro arqueológico permitía constatar (Childe, 2003; Rose, 1922; Tyler, 1921; Tylor, 1871).

La nueva corriente positivista que se desarrolla a partir de la década de los sesenta y se aglutina bajo la denominación de *New Archaeology* conllevó un rechazo tanto de la idea de “cultura arqueológica” como del difusionismo; apostando por adoptar el método científico para establecer leyes universales y reglas transculturales. Dos van a ser, fundamentalmente, los arqueólogos más influyentes en el análisis del registro funerario en base a la teoría de alcance medio, hasta el punto en que este enfoque científico ha sido denominado de forma conjunta como el *Saxe-Binford Research Program* (Brown, 1971; 1995; Chapman, Kinnes y Randsborg, 1981).

Binford (1971) afirmó que la variabilidad de ritos mortuorios no está vinculada con la estructura cultural —tal y como afirmaba Kroeber (1927)—, sino con la social. Arthur Saxe (1970), por su parte, recurrió al análisis estadístico para el estudio de la dimensión espacial de los enterramientos y el estatus social y privado de estas áreas. Goldestein (1976; 1981), siguiendo sus pasos, afirmó que el control de los recursos está legitimado a través de la descendencia lineal de los muertos. De esta manera se generalizaron los criterios básicos para establecer correlaciones entre riqueza y jerarquización social, centrados en los procesos de construcción de la tumba y fabricación del ajuar.

La crítica al Procesualismo surge a finales de los años ochenta también como una crítica a las concepciones positivistas sobre la cultura. La arqueología postprocesual afirma que los comportamientos de las sociedades humanas son tan complejos que escapan de toda generalización (Abad, 2006). Para los arqueólogos de esta generación, los artefactos son como un texto cuyo significado sólo es evidente en el escenario en el que se desenvuelven (Hodder, 1986). En este sentido, la interpretación de la cultura material es hermenéutica, asignando ciertos significados a los artefactos que suponen que son los mismos que les otorgaron las sociedades pasadas. El relativismo que se deriva de esta teoría da como fruto una proliferación de teorías interpretativas que se ven influidas por el contexto político-social contemporáneo: estructuralismo, marxismo, feminismo, etc. (Abad, 2006). Así, en una corriente estructuralista, Ucko (1969) señala que los artefactos que aparecen en las tumbas pueden poseer más funciones que la de representación del estatus del difunto, mientras que los marxistas consideran que los principios simbólico-estructurales implícitos en las prácticas funerarias construyen y legitiman discursos de poder dentro de la comunidad (Rodríguez y Ferrer, 2018).

Con la llegada de los noventa, el estructuralismo quedó desfasado por su incapacidad para abarcar la

historicidad y la formación de los contextos. Parker Pearson (1999) adoptó un enfoque para solventar este déficit estudiando los espacios funerarios como prácticas de los vivos. Surge así un interés por las dimensiones de los monumentos funerarios y los paisajes transformados para la concepción de espacios sagrados, lo que a su vez originó nuevas tendencias psicológicas para estudiar los sentidos en estas prácticas rituales.

A raíz del estudio de los monumentos funerarios, surgió una nueva tendencia a finales del milenio que dejó de considerarlos como hitos en una línea temporal, sino como formas materiales que filtran diversas temporalidades, concentrando una variedad de significados y experiencias (Olivier, 2004). De la misma forma que los monumentos, los objetos depositados en el interior de las tumbas son interpretados como artefactos que acumulan significados y funciones a través de la personificación o de la mimesis. Los prototipos a los que remiten —tiempos, acontecimientos, lugares, personas, historias, etc.— crean escenarios de personalidad —cuándo, cómo y por qué de la muerte de un individuo—, y haciendo de los espacios funerarios lugares de creación de memoria, identidad y poder (Rodríguez y Ferrer, 2018).

Esto ha llevado a considerar que los depósitos funerarios y los ajuares, más que reflejar identidades sociales adquiridas previamente, ayudaban a crear parte de las condiciones del individuo. Partiendo de esta teoría se están sucediendo diversos estudios de género, como los de Olsen (2013), inmersos en la nueva tendencia de la arqueología de la identidad.

3. Estado de la cuestión

3.1 Arqueología de la muerte altomedieval en España

A pesar de que la arqueología medieval en España comienza su andadura a través de distintos trabajos desarrollados a lo largo del siglo XIX, no es hasta inicios del siglo XX cuando se comienza a aplicar metodología científica, ni será hasta los años ochenta cuando se podrá hablar del desarrollo de esta.

Dado que esta disciplina se empleó en un inicio para estudiar aquellos periodos cuyas fuentes escritas eran escasas, la Arqueología Medieval tuvo un escaso recorrido (Quirós, 2009; Quirós, *et al.*, 2009). Suscitaba un escaso interés debido al concepto de valor de la época (Izquierdo, 1994). A principios del siglo XX, al promover el desarrollo intelectual, penetra en España la cultura científica moderna, creándose en 1910 el Centro de Estudios Históricos (CEH) bajo la dirección de Gómez-Moreno, quien impulsó el estudio de la arquitectura visigoda, mozárabe y asturiana.

De estos inicios monumentalistas surgió el estudio Alta Edad Media desde la perspectiva de la arqueología visigoda. El estudio de los pueblos germánicos en España se vio influido por el desarrollo en Europa del Historicismo Cultural, especialmente durante el primer franquismo —momento en el que Franco mantenía unas fuertes relaciones con la Alemania nazi— cuando se desarrolló el estudio de sus necrópolis. De esta manera, esta generación de arqueólogos comenzó a estudiar el mundo funerario medieval principalmente a través de sus ajuares (Izquierdo, 1994) bajo la defensa de los postulados nacionalistas (Salvatierra, 2013; Tejerizo, 2011; 2016) y una visión pangermanista que quería ver el carácter étnico puro e inmutable hispano a raíz del asentamiento de los visigodos en la Meseta central (López, 2010). Necrópolis como las de Herrera de Pisuerga, Castiltierra o Duratón (Camps, 1934; Martínez, 1934; Molinero, 1948) fueron intervenidas fruto de su localización geográfica, considerada antiguamente como el espacio geográfico de asentamiento de los contingentes visigodos.

A mediados de siglo, tras las derrotas de las potencias del Eje y el aislamiento internacional al que España se ve sometido, se producen cambios ideológicos que afectan también a la interpretación del registro arqueológico y obligan a alejarse de las tendencias germanistas en pro de una más integradora, el Cristianismo (Tejerizo, 2011; 2016) que, precisamente, permite establecer vínculos con el periodo tardorromano. Así se puede comprender los estudios en Carpio de Tajo por parte de Cayetano de Mergelina (1949).

En 1965 se produce un cambio de paradigma en el estudio de la arqueología de la muerte en la Alta Edad Media. Alberto del Castillo comienza a estudiar las necrópolis altomedievales castellanas de las cuencas altas del Ebro y del Duero (Castillo, 1972). En la publicación de “Cronología de las tumbas llamadas olerdolanas” (Castillo, 1970), el profesor establece una cronología formalista y rígida —hoy ya superada (Martín, 2012; Quirós, *et al*, 2009)— para sustentar la teoría de la repoblación mozárabe, que parte de las tesis despoblacionistas de Sánchez Albornoz. Además, crea una escuela de arqueólogos interesados por las necrópolis de tumbas excavadas en roca (Andrío, 1977; Bielsa, 1975; Golvano, 1973; Riu, 1982). Cuando en los años ochenta y noventa se fechan tumbas antropomorfas en el siglo VI (Reyes y Menéndez, 1985; 1991), las tesis de Castillo comienzan a ser cuestionadas. No obstante, tanto las tesis de Sánchez Albornoz como de Alberto del Castillo han influido notoriamente en la historiografía posterior ya que, incluso después de haber sido superadas, siguen teniendo relevancia en la actualidad por cuestiones ideológicas a través del uso de su terminología (Escalona y Martín, 2020).

En los años ochenta se produce la verdadera eclosión de la arqueología medieval en España. Se suceden diversos estudios de caso sobre arqueología de la muerte, aunque casi siempre subordinados al estudio de despoblados (Ollich, 1982), centros de culto (Reyes, 1986; Reyes y Menéndez, 1985) o fortificaciones (Molas y Ollich, 1982). Como dice Manuel Riu (1986), a raíz de los planteamientos históricos proliferan una gran variedad de intervenciones en los diversos espacios de la geografía española: las provincias vascas (Azkarate, 1987; Baldeón, Berganza y García, 1983), la cordillera cantábrica (Ealo, 1984; Fernández y Hevia, 1984; Olmo, 1984), el valle del Duero (Andrío, 1989; Izquierdo, 1989; Izquierdo y Casa, 1979; Val, 1986), Aragón (Bielsa, 1986) o Cataluña (Vives, 1988).

Con la llegada de los años noventa, la tendencia de la arqueología medieval en cuanto al mundo funerario siguió siendo la marcada en la década anterior. Es decir, se produce una continuidad en temática, interpretación y ámbitos de estudio. No se aprecia una influencia de las escuelas teóricas procesual ni postprocesual, que sí se registra, por ejemplo, en Prehistoria (Chapa, 1991; Ruiz y Chapa, 1990; Vincent, 1995). Cabe destacar el gran impulso que tuvo la arqueología urbana, ya que muchas de las necrópolis fueron descubiertas en grandes núcleos urbanos como Mérida, Valencia o Zaragoza. Por otro lado, tras la concesión de las competencias en materia de cultura, las Comunidades Autónomas organizaron sus propios Servicios e Institutos de Arqueología siguiendo criterios dispares y con una escasa coordinación entre ellas; lo que se traduce en un aumento de profesionales, intervenciones y medios de publicación (Riu, 1997).

Si bien existen investigaciones exclusivamente sobre mundo funerario (Ripoll, 1986; Vives, 1988), destacan aquellas que estudian el territorio rebatiendo las tesis despoblacionistas planteadas anteriormente (Casa, 1990; Escalona, 1996; Reyes, 1991). En estos estudios territoriales, el mundo funerario es una evidencia más de la existencia de población en la Meseta Norte durante la Alta Edad Media y de caracterización de estas sociedades.

Con la llegada del nuevo siglo se produce una reformulación, heredera ya del periodo anterior, de la arqueología medieval. Aunque se mantienen tendencias, especialmente en arqueología de la arquitectura y arqueología urbana —fruto de los planes de urbanismo y restauración de monumentos (Quirós, 2009)—, uno de los fenómenos más importantes y con mayor relevancia en la actualidad es el desarrollo de la arqueología del campesinado. El interés por comprender el mundo rural, los asentamientos y su organización, así como su génesis tras el colapso del sistema vilicario y las relaciones de dependencia con las élites marcan ahora un antes y un después a nivel historiográfico (Quirós, *et al*, 2009).

Fruto de ello se comienzan a dar los primeros pasos para superar definitivamente los planteamientos historicistas que habían relacionado la presencia de contingentes visigodos con un determinado ajuar (Quirós, 2009; Vigil-Escalera, 2013). Fruto de este revisionismo se restudian las necrópolis de los años setenta y ochenta (Alapont y Ribera, 2006; Barroso y Morín, 2005; Padilla y Álvaro, 2010). Ello conlleva el paulatino abandono de la corriente formalista en cuanto al estudio de las necrópolis excavadas en roca y su reinterpretación (López, 2010; Martín, 2007).

Predominan los estudios territoriales sobre poblamiento y paisajes políticos (García, 2001; Sánchez, 2008; Vigil-Escalera, 2009), a la vez que aumentan los estudios sobre antropología física gracias a una mayor

especialización de los investigadores (Baxarias, 2001; Zapata, 2002). Algunos de ellos suponen revisiones de intervenciones de los años ochenta (Vegas, 2002). Debemos hacer especial referencia a los estudios de sociedad y paisaje en el área de la Extremadura leonesa (Martín, 2005; 2006; 2007), al igual que se deben resaltar los estudios que analizan la transición y la continuidad de los espacios entre el mundo tardorromano y altomedieval (Sales, 2005; Gil y Sáenz De Urruti, 2001) o aquellos que confirman la existencia de sociedades mozárabes en territorio andalusí (Gutiérrez, Merino y Morena, 2003).

En la última década, los estudios de arqueología del campesinado y arqueología del paisaje se consolidan. Por ello, tiene un especial desarrollo —además de los estudios de antropología física, la lectura social y la organización y composición de los cementerios— tanto la ubicación del cementerio en relación con las áreas de residencia, como el estudio de los paisajes arqueológicos con el fin de conocer los espacios de memoria, en clara consonancia con las escuelas teóricas del momento planteadas en el capítulo anterior (Martín, 2012). Estos estudios completos del territorio ayudan a comprender en su totalidad al campesinado medieval. Es por ello que las investigaciones sobre mundo funerario no se pueden comprender de forma aislada, sino en íntima relación con todos los demás elementos de análisis, especialmente la aldea y los espacios productivos (Tejerizo, 2015; Vigil-Escalera, 2013).

De la misma forma, surge un alto interés por la cuestión del ritual funerario, con especial atención al estudio de la mentalidad sobre la muerte en el hombre medieval, como así se demuestra el congreso celebrado en Nájera (López, 2013). En este marco se encuadra el estudio que dedica Vigil-Escalera (2013) al ritual y a las prácticas funerarias campesinas en época visigoda, con especial atención a los modos de enterramiento y a la arquitectura funeraria madrileña o el de Ripoll y Molist (2014) a la zona catalana. Sáenz del Castillo (2018) estudia los ritos funerarios para contemplar la evolución del proceso de cristianización en la Antigüedad Tardía vasca.

Asimismo, se han presentado varias tesis doctorales con análisis de nuevos y antiguos yacimientos (Fernández, 2016; Salinero, 2019). La biología y la bioantropología siguen siendo un campo de estudio potente (Diéguez, 2015). Así, por ejemplo, se ha estudiado la influencia biológica escandinava en la población de la Hispania tardorromana (Martínez, 2016). Más numerosos, sin embargo, siguen siendo los estudios sobre población, sociedad y paisaje altomedievales (Álvaro, 2012; Gutiérrez, 2015).

En referencia a las relaciones entre mundo funerario, identidad y paisaje, no se deben dejar de mencionar los últimos trabajos del profesor Martín Viso (2012; 2015; 2018; 2019) ni de Rubén Rubio (2013a; 2018) sobre tumbas rupestres en el valle del Duero. En ellos se aprecia una mayor influencia de las corrientes teóricas mencionadas en el primer capítulo, especialmente la línea marcada por Goldestein (1981). Además del Duero, donde también se están haciendo estudios geoarqueológicos (Hernández, *et al*, 2013), la revisión sobre las tumbas excavadas en roca llega a otras áreas peninsulares (Hernández, 2016; 2020; Quirós, *et al*, 2009). El fenómeno rupestre y sus nuevas interpretaciones han despertado tanto interés en la comunidad científico-arqueológica medieval que se ha propuesto, sin éxito, la creación de un corpus documental para configurar un atlas peninsular sobre esta tipología de enterramientos (López y Martínez, 2016).

3.2 Arqueología de la muerte altomedieval en Extremadura

La arqueología medieval ha despertado escasa atención en la Comunidad Autónoma de Extremadura, que se ha centrado en el estudio de las estructuras monumentales de las épocas prehistórica y romana. Para Franco y Gibello (2012) la causa principal es la carencia de una verdadera tradición historiográfica regional centrada en este periodo. Si hay una etapa —dentro de la Alta Edad Media— que ha interesado más a la comunidad científica en Extremadura, esta ha sido la época visigoda.

Estudios decimonónicos y de principios del siglo XX son los primeros testimonios arqueológicos que dan a conocer la existencia de algunos enterramientos de época visigoda en la región. Ramón Mélida (1908) descubre en la dehesa de Baldíos de Portezuelo una serie de restos romanos pertenecientes a una villa y veinte sepulturas revestidas de sillarejo y ladrillos con un ajuar muy escaso compuesto, principalmente, de jarros cerámicos. Anteriormente, Ramón Martínez (1898) había descubierto jarros de este tipo en la basílica de Burguillos del Cerro, fechada en el siglo VII. Ese mismo año, el Marqués de Monsalud (1898)

publicó el descubrimiento de dos nuevas lápidas funerarias visigodas, una en Mérida y otra en Puebla de Sancho Pérez.

Más numerosos son los estudios epigráficos sobre inscripciones funerarias islámicas en este primer momento debido principalmente al impulso de la Real Academia de la Historia (RAH), como ocurre en Mérida, Badajoz y Llerena (Amador, 1876; 1909), destacando especialmente el epitafio de *Sapur Hayib*, primer soberano de la Taifa de Badajoz, hallado en la alcazaba pacense (Codera, 1884). Esta temática continúa siendo predominante durante la primera mitad del siglo XX, como ocurre en *Albalat* (Ocaña, 1945).

Como en el resto del territorio español, son las áreas funerarias de época visigoda las que despiertan mayor interés en la comunidad científica, como son los casos de San Pedro de Mérida (Almagro y Marcos, 1958) e Ibahernando (Callejo, 1963). La mayoría de estos estudios derivan de excavaciones en los centros de culto de época visigoda, es decir, interesa el estudio del edificio. El mundo funerario está subordinado al arquitectónico, línea de investigación marcada originalmente por el CEH a principios de siglo, y que se incardina dentro de los estudios de Cristianismo que la ideología del Régimen sustenta. Palol (1967) hace referencia a los siguientes: Casa Herrera, San Pedro de Mérida, Burguillos y La Cocosa. Este último había sido ya excavado a finales de los años cuarenta, apareciendo en la villa romana una capilla funeraria, un baptisterio, varias estancias y diversos sepulcros (Serra, 1949).

Una de las investigaciones exclusivas sobre el mundo funerario encontramos es la de Pérez Martín (1961), quien analiza el valioso ajuar de un sarcófago del siglo VI encontrado en las inmediaciones de Medellín, compuesto de varias piezas de oro entre las que destaca una bráctea con la adoración de los Magos.

En los años setenta los investigadores siguieron centrando sus estudios en los centros de culto de origen visigodo y, por tanto, las excavaciones de necrópolis aparecen en gran medida asociadas a los mismos: Mérida (Álvarez, 1976), Casa Herrera (Caballero y Ulbert, 1975) o Magasquilla de los Donaire (Cerrillo, 1975). Esta tradición marcaría el devenir de las dos décadas posteriores con una metodología más especializada —especialmente en los noventa con el desarrollo de la arqueología de la arquitectura—, en las que se intervendrían la iglesia de El Gatillo de Arriba (Caballero y Rosco, 1988), la ermita de la Portera (Cerrillo, 1981), Santa Lucía del Trampal (Caballero, Almagro y Madroñero, 1991) y Santa Eulalia de Mérida (Mateos y Caballero, 1998).

Fuera de esta línea de investigación relacionada con la arquitectura religiosa, a partir de los años setenta los estudios sobre necrópolis visigodas tienen un auge notable. Especialmente representativos son los hallazgos en el valle del Alagón con las necrópolis de Zarza de Granadilla (Donoso y Burdiel, 1970) y de Montehermoso (Fernández, 1974), entre cuyo ajuar se encontró un par de fíbulas aquiliformes. A comienzos de los años ochenta, Villalba (1981) presenta su tesina sobre necrópolis cristianas en el área emeritense. También en Badajoz, en Usagre, se descubre la necrópolis de El Carballar con un ajuar compuesto de metales de entre el siglo VI y el VII (Ortiz y Blasco, 1985) y que aporta, a su vez, un conjunto relevante de cerámicas funerarias (Calero y Ortiz, 1986). En esta línea, Cerrillo (1980) estudia la colección de jarros funerarios del Museo Arqueológico de Cáceres que proceden de diversas necrópolis de época visigoda de la provincia, observando a través de ellos los diferentes círculos culturales y rituales al compararlos con otros de diversas épocas.

No obstante, uno de los trabajos de conjunto más relevantes de la década fue el de González Cordero (1989) —posteriormente revisado y ampliado a finales de los años noventa (González, 1998)—. En él se exponen las características comunes de todas las tumbas excavadas en roca de la provincia de Cáceres, pero fijando su origen ya en el siglo IV. Es una obra de síntesis cuyo mayor valor es la catalogación de yacimientos, ya que sigue parámetros formalistas y una adscripción cronológica arbitraria. Sobre las tumbas excavadas en roca en ámbito regional, destaca el estudio realizado por García de Figuerola (1999) sobre el Valle de Valverde.

Durante los años noventa se documentaron nuevas necrópolis como las de La Haba, en Badajoz, con ajuares ricos en cerámica (Calero, 1993); o la de la ermita de Santa Ana de Monroy, compuesta por tumbas excavadas en roca (Molano, *et al*, 1991-92). Asimismo, en la basílica de Santa Eulalia aparecieron restos de un mosaico sepulcral y de un *lectus triclinaris* de inspiración oriental (Mateos, 1993).

Para el mundo hispanomusulmán, la epigrafía sigue siendo la línea de investigación principal. En Trujillo aparecieron dos epitafios (Díaz, 1987) y una estela del siglo XII (Pérez y Sánchez, 1979). Por otro lado, en Badajoz, Riquelme (1994) descubre la lápida sepulcral de *Al-Mansur* tras demolerse la iglesia de Santa María de Calatrava, encontrando —a su juicio— la *rawda* de los aftasíes.

Con la llegada del nuevo siglo, Franco y Gibello (2012) detectan un aumento de las actuaciones arqueológicas en la región que, sin embargo, no ha implicado una mejora en la calidad metodológica ni investigadora de las mismas, así como tampoco en su difusión. La arqueología visigoda sigue siendo la línea de mayor interés, siendo Mérida el núcleo que más información aporta gracias al auge de la arqueología urbana y de gestión. Conocidas las necrópolis —que se investigaron especialmente en los años noventa—, aparecen inscripciones epigráficas reaprovechadas en construcciones posteriores que ayudan a completar la información ya existente. Un ejemplo significativo es el hallazgo de un epígrafe en Torrebaja (Pueblonuevo del Guadiana), fechado a finales del siglo VI (Esteban y Salas, 2003).

Asimismo, y en consonancia con el contexto peninsular, comienzan a estudiarse yacimientos rurales desde el punto de vista de la arqueología del campesinado, poniendo en relación el hábitat con las áreas productivas. Fruto de este tipo de investigaciones se documentó en Guareña, en el yacimiento de Pozo de la Cañada, varias áreas funerarias entre los siglos II y IX que atestiguan la continuidad de su ocupación (Heras y Gilotte, 2008). A pesar de estas iniciativas, el mundo rural tardoantiguo ha sido escasamente atendido, con excepciones en Plasencia, Fuentes de León, Guadiana o Salorino (Gibello, 2007).

No obstante, la mayoría de las áreas funerarias excavadas guardan relación directa con las vías de comunicación y pequeños establecimientos rurales próximos a núcleos urbanos, consecuencia de excavaciones de urgencia y arqueología de gestión tras el *boom* inmobiliario. En Fuente de Cantos se documentaron cincuenta enterramientos asociados a una pequeña basílica rural cuya cronología transcurre desde finales del siglo I hasta mediados del VIII (Sauceda, 2006). En Mérida, fruto de las obras de remodelación de la A-66, aparecieron pequeñas áreas funerarias del siglo VIII con inhumaciones perpendiculares a la antigua vía (Cantillo, Pérez y Olmedo, 2007), muchas de ellas cubiertas con materiales reutilizados (Chamizo, 2007). En Badajoz ocurre algo similar, ya que en el entorno de un establecimiento rural se registra un espacio funerario próximo a otra vía de comunicación (Matezanz y Sánchez, 2007).

En el ámbito hispanomusulmán destacan los descubrimientos de la maqbāra andalusí en la zona sur de Mérida (Barrientos, 2001) y los hallazgos almohades en la maqbāra del Baluarte de Santiago en la ciudad de Badajoz (Ramírez, 2015). Para el estudio de la transición entre el mundo hispanorromano y el andalusí, Franco Moreno (2008) realiza una gran aportación en su tesis doctoral recorriendo, entre otros, muchos yacimientos funerarios del área de influencia emeritense.

En la última década —en relación con las tendencias nacionales e internacionales— se han llevado a cabo estudios sobre identidad, como el que realizan Heras y Olmedo (2015) acerca de la necrópolis tardorromana de Mérida, y sobre antropología física, como el de Chaves (2018) sobre salud y enfermedad. Además, debemos destacar —aunque desde el ámbito de las ciencias de la vida— la tesis doctoral de Pedro Colino (2016), que da a conocer las patologías dentales de los inhumados en la necrópolis emeritense de Leonor de Austria. Por último, debemos mencionar el descubrimiento de la necrópolis de El Rebello en Badajoz (Menéndez, 2017) que es, además, uno de los ejemplos en los que el proyecto incorpora una unidad didáctica de cara a actividades culturales.

4. Documentación arqueológica. Aproximación a los datos

Este apartado ha sido abordado a través de la documentación ofrecida por la Carta Arqueológica de Extremadura. Se ha constatado la existencia de 343 yacimientos: 83 necrópolis y 6 hallazgos en la provincia de Badajoz, y 245 necrópolis y 9 hallazgos en la de Cáceres. Con la información disponible se ha elaborado

una tabla resumen, contemplable en un anexo al final del texto, en la que se señalan y comparan los datos más relevantes de las necrópolis.

De estos yacimientos, el 78.4 % posee las coordenadas de su ubicación. Aunque la Junta de Extremadura solicita estos datos en ETRS89 huso 30, la gran mayoría empleaba el Datum 50 en los husos 29 y 30. De esta forma, para poder georreferenciar todas estas necrópolis en el Sistema de Información Geográfica (SIG), se han transformado a ETRS89 huso 30 a través del Servicio Web de Transformación de Coordenadas del Instituto Geográfico Nacional (IGN).

De entre todos los yacimientos se documenta un alto número de necrópolis, el 31 %, que no se han podido identificar ni cronológica ni culturalmente, especialmente en la provincia de Cáceres. La práctica totalidad de ellos lo constituyen las tumbas excavadas en roca cuya única referencia es su aparición en el catálogo de González Cordero (1989; 1998) Como se ve en la imagen 1, la mayoría de los yacimientos son de época tardoantigua (53.9 %), habiéndose adscrito la mitad de ellos a los visigodos. En la provincia de Badajoz, estas necrópolis visigodas representan el 44.5 % del total. Debemos dejar constancia que esta clasificación no parece corresponder a una adscripción étnica ni cultural, y que se utilizan ambas terminologías para hacer referencia al mundo funerario de los siglos V-VII. Esta diferenciación puede deberse al momento de la catalogación del yacimiento y al criterio personal tanto del arqueólogo como del funcionario.

Una buena parte de estas necrópolis de origen tardoantiguo tiene continuidad en época altomedieval. Así, en Badajoz se han documentado ocho yacimientos cuya duración se extiende durante los primeros siglos altomedievales, como es el caso de Santa María de Zújar II en el municipio de La Coronada. En Cáceres, además de una continuidad de doce de los yacimientos, destaca la transformación de algunos de ellos, como es el caso de la ermita de Santa Lucía del Trampal en Alcuéscar, donde sobre un centro de culto y una necrópolis de época visigoda se ha documentado la existencia de enterramientos islámicos (Caballero y Mateos, 1998; Arce y Caballero, 2001).

El número de necrópolis altomedievales¹ es bastante escaso en comparación con las de la Antigüedad Tardía. No obstante, debemos tener en consideración a la hora de abordar los datos el alto número de yacimientos sin determinar que podrían considerarse altomedievales, ya que muchos de estas necrópolis son tumbas aisladas recogidas por González Cordero (1989; 1998) que la Carta Arqueológica no reconoce como tal y cuya existencia parece datarse entre los siglos VII y el XII (Martín, 2007; 2012).

También es significativa la escasez de yacimientos de época islámica, que suponen un total de doce, diez en la provincia de Cáceres y tan sólo dos en Badajoz, aunque habría que mencionar que los hallazgos epigráficos que aparecieron en las inmediaciones de la alcazaba pacense podrían pertenecer a la *maqbara* de la dinastía de los Aftasíes (Torres, 1943). Por otro lado, se ha documentado la existencia de una necrópolis hebrea en la ciudad de Plasencia, la única registrada en toda la Comunidad Autónoma. Con seguridad es de época bajomedieval, pero dada su representatividad se ha decidido mencionarla en este apartado.

¹ Aunque todos los yacimientos pueden considerarse altomedievales, siguiendo la tradición historiográfica que ha dividido este periodo entre los siglos V-VIII y VIII-XII se han establecido como altomedievales las necrópolis de rito cristiano posteriores a la época tardoantigua.

Figura 1

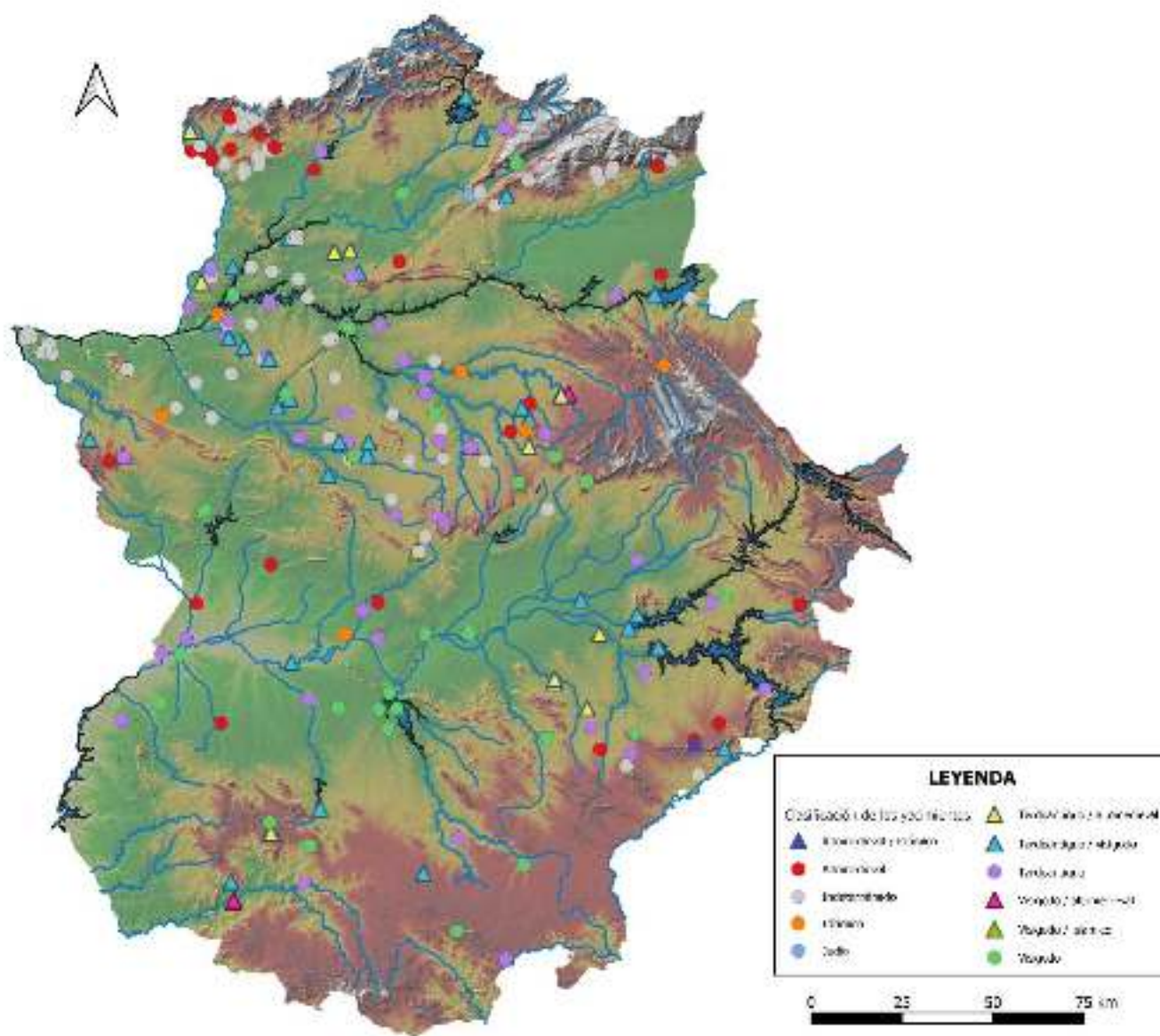


Fig. 1. Clasificación crono-cultural de las necrópolis extremeñas de los siglos V al XI según la información de la Carta Arqueológica de Extremadura.

4.1 Las necrópolis

No existe una clasificación rígida para establecer pautas sobre cómo se organizan las necrópolis a nivel peninsular. Existen, sin embargo, tipologías territoriales, como las establecidas para las tumbas excavadas en roca por Bolòs i Pagès (1982) para el ámbito catalán, Padilla y Álvaro (2010) para la zona castellana, y Martín Viso (2012) para el espacio salmantino y portugués al sur del Duero. Los estudios más recientes (Álvaro, 2012; Martín, 2007; 2012; Rubio, 2013b; 2018) advierten de la necesidad de comprender espacialmente estas necrópolis, de forma que su estudio permita analizar de forma global el yacimiento y el modelo de poblamiento en el territorio.

A diferencia de los territorios mencionados, en el estado actual de la investigación no se puede hablar de

una correlación de las necrópolis con los centros de culto en función de su tamaño, como parece ocurrir en el valle del Duero en el caso de los lugares centrales (Martín, 2018; 2019). Además, debemos reconocer que los datos reflejan una escasa existencia de estos —26 en Badajoz y 32 en Cáceres—, y no consideramos que ello se deba a una falta de investigación dado el interés de la arqueología de la arquitectura sobre espacios culturales en la región. Aun así, advertimos que cerca del 20 % de los yacimientos aportan una información escasa e imprecisa, ya que en buena parte de ellos aparecen ruinas de edificios de gran envergadura sin identificar, como es el caso de la Dehesa de la Luz (Brozas-Arroyo de la Luz).

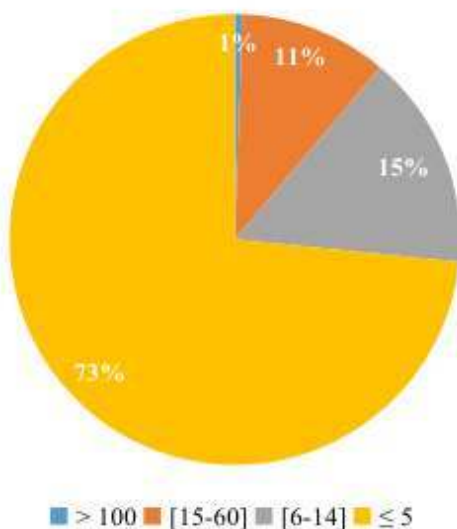
Un ejemplo parecido debe darse en Arroyo de la Luz y en Peraleda de San Román, donde González Cordero (1989; 1998) vislumbra una orientación de las tumbas que adopta una formación circular hacia un hipotético centro, que bien pudo ser el enterramiento de un eremita en torno al que se produjo un pequeño grupo de inhumaciones *ad sanctos*.

Asimismo, existen numerosos centros de culto adscritos a época visigoda —que como se ha demostrado ya en algunos casos pueden ser posteriores— en los que no se ha documentado la existencia de necrópolis ante la falta de intervenciones y que, por tanto, podrían poseer. Algunos ejemplos son las ermitas de la Virgen de Almonte, Santa Leocadia o la de Moheda de Quiñones en Cáceres; la de Nuestra Señora de Portera en Herguivuela, La Poveda en Peraleda de San Román, San Pedro en Pescueza, la de Robledillo de Gata o Las Corias en Trujillo.

Por el contrario, sí existe información sobre la posible relación de ciertas necrópolis con yacimientos de épocas romana: el Cortijo de Santa María de Cora en Almendralejo, La Cocola en Badajoz o Torreáguila en Montijo. La información disponible nos permite conocer tanto la continuidad de poblamiento y la transformación del mismo, así como su abandono y posterior amortización del espacio mediante la implantación de una necrópolis.

En algunos casos se ha estudiado la relación existente entre las áreas funerarias y las productivas, especialmente las dedicadas a la elaboración de vino, como es el caso de Alcántara (Francisco, 2011), Ceclavín, el yacimiento de Doña Juana en Trujillo o el de Dehesa de Luis Alonso en Villa del Rey.

Figura 2. Clasificación de necrópolis por tamaño. Relación porcentual.



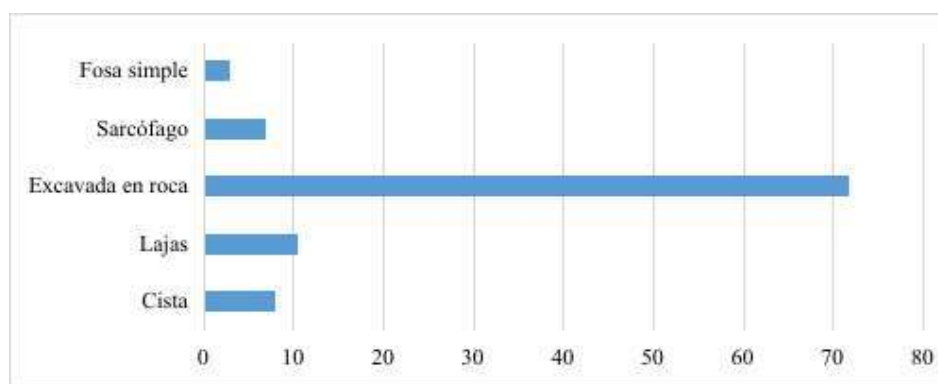
En cuanto al tamaño (fig. 2), en torno al 43 % de los yacimientos no aportan datos sobre el número de sepulturas existentes. Sobre los datos válidos, la necrópolis más grande que se ha documentado es la de El Carballar (Usagre) que, con 250 inhumaciones excavadas, parece intuirse la existencia de 400 sepulturas (Calero y Ortiz, 1986).

Salvo esta excepción, las necrópolis más numerosas comprenden entre 50-60 sepulturas, como las de Valdezamarra en Maguilla y Cuesta de la Granada en Zarza de Granadilla (Río-Miranda e Iglesias, 2001). El número de yacimientos aumenta conforme descenden el número de sepulturas, siendo especialmente alto el número de necrópolis compuestas por entre 1 y 3 tumbas. Cabe destacar que las necrópolis de mayor tamaño se adscriben a época tardoantigua —a excepción de la necrópolis de Bótoa—, mientras que las más pequeñas se tratan de yacimientos altomedievales. En este sentido, se observan muchos más paralelos con regiones próximas, como el Duero abulense y salmantino, la Beira o el Alto Alentejo (Carneiro y Rolo, 2019; Martín, 2007; 2012; 2018; 2019; Prata, 2014; Rubio, 2013a; 2013b; 2018; Tente, 2007; 2015; Vieira, 2006).

4.2 La sepultura

Como se detalla en el estado de la cuestión, recientes estudios cuestionan la validez de atender a la tipología de la sepultura para realizar valoraciones cronológicas precisas, especialmente en lo que a tumbas excavadas en roca se refiere (Martín, 2007; 2012). No obstante, sí se observan con carácter general evoluciones de la tradición de las formas romanas a la petrificación conforme avanzan los siglos (Blanco, 2022). Existen diversas tipologías de inhumaciones: cistas, lajas, sarcófagos, excavadas en roca y fosas simples (fig. 3). No obstante, de cara a analizar los datos debemos tener en cuenta cierto porcentaje de yacimientos con sepulturas de tipología indeterminada, un 15.3 %.

Figura 3. Representación de los tipos de sepulturas. Relación porcentual.



Como se ve en el gráfico (fig. 3), las tumbas excavadas en roca —uno de los registros arqueológicos del mundo funerario más característico de la Alta (y Plena) Edad Media— es la tipología de sepultura más abundante en los yacimientos. Esto es así porque se tratan de ejemplares rupestres dispersos por el paisaje y conocidos a nivel local, lo que permitió realizar una catalogación de los mismos (González, 1989; 1998). Dificilmente puede documentarse una necrópolis de tumbas en forma de cista si no se realiza una excavación arqueológica.

La información actual disponible en la Carta Arqueológica no permite conocer la realidad en cuanto a la formación de las necrópolis y la combinación o no de este tipo de sepulturas. Es por ello que poco se puede aportar en cuanto a la tipología y cronología de las sepulturas a escala regional, más allá del conocimiento porcentual de la realidad arqueológica, siempre teniendo en cuenta que los datos son volátiles.

Las sepulturas de fosa simple —agujeros realizados sobre el suelo en los que se deposita directamente al difunto— se constatan en el 3 % de las necrópolis registradas, siendo un ejemplo representativo el de la basílica de Casa Herrera en Mérida. Por su parte, las de tipo cista —fosas revestidas con diversos materiales como piedras, *tegulae*, *imbres* o *bipedalis*— se han registrado en un 7.9 % de las necrópolis documentadas. En Badajoz suponen el 28.3 %. Uno de los yacimientos más relevantes es el de Valdezamarra (Maguilla, Badajoz) con 60 ejemplares.

Las sepulturas de lajas son un tipo de cista funeraria que se encuentra revestida en su estructura lateral,

e incluso en el fondo o la cobertura, por grandes bloques tallados de piedra. Se documentan en el 10.5 % de las necrópolis, siendo una de ellas la de la Cuesta de la Granada en Zarza de Granadilla, donde alcanzan un número de 45 sepulturas (Río-Miranda e Iglesias, 2001). En menor medida aparecen sarcófagos exentos, elaborados sobre piedra, esencialmente mármol o granito. Se constatan en el 7 % de las necrópolis, como la de Bótoa o Valdíos de Portezuelo.

Como se ha avanzado, las necrópolis de tumbas excavadas en roca suponen la tipología más numerosa por su alta visibilidad. Se datan entre el siglo VI y el siglo XII y constituyen un referente en el estudio del mundo funerario alto y plenomedieval por ser una tipología prácticamente exclusiva del periodo. Su predominio es evidente, existiendo en el 72 % de las necrópolis registradas, especialmente relevantes en la provincia de Cáceres (González, 1989; 1998). Un ejemplo muy peculiar es el yacimiento Huerta de las Aldeas en Alcántara, donde se han catalogado hasta 50 sepulturas dispersas y agrupadas en pequeños grupos de entre tres y cinco.

4.3 El ritual funerario

La falta de determinación a la hora de establecer la existencia tanto de restos óseos como ajuares, así como el alto porcentaje de sepulturas violadas, no permiten un análisis en profundidad del ritual funerario —el 10 % de los yacimientos contaron con restos óseos, y el 11.5 % con ajuar—.

Gracias a los restos óseos registrados, se ha detectado un predominio de la posición de los cadáveres en decúbito supino con las extremidades superiores cruzadas sobre la zona pélvica —posiblemente en posición orante— y, excepcionalmente, se han detectado inhumaciones en decúbito supino pero con las extremidades superiores extendidas paralelas al tronco, como ocurre en el yacimiento de Las Viñas del Cura en Torrejoncillo.

Una buena parte de las sepulturas, en especial las excavadas en roca —aunque también se pueden englobar las tumbas de lajas con orejeras— tienden a ser o son completamente antropomorfas. Es decir, las sepulturas poseen forma antropoide, con la cabeza, los hombros y los pies marcados, permitiendo tan sólo la inhumación del cadáver en posición decúbito supino e impidiendo que, pasado el tiempo, esta postura variase.

Por otra parte, la pauta general de la orientación de los enterramientos es oeste-este. Es decir, con la cabeza orientada al oeste y los pies al este. No obstante, existen excepciones como la orientación norte-sur en la necrópolis de Ponce I en Alcántara o Asperillas II en Trujillo; o la suroeste-noreste en La Data (Plasencia) o La Atalaya (Valverde del Fresno). Más común es la orientación noroeste-sureste, detectada en varios yacimientos de la geografía extremeña como el del Cerro de la Peña en Torrecilla de la Tiesa, Las Zorreras en Valverde del Fresno. Aunque esta sea la tendencia general, la adaptación al afloramiento rocoso en las tumbas excavadas en roca alteran esta situación, y ha sido puesta de manifestación en diversos trabajos del Duero y en territorios más próximos, como en el Alentejo Central (Lourenço y Tente, 2002).

Todas estas características —aunque existen necrópolis hispanomusulmanas con tumbas excavadas en roca no antropomorfas como consecuencia de la herencia tardorromana en algunos espacios de la geografía española, como Marroquies Bajos— son características del rito cristiano. Se busca perpetrar la posición del cadáver en posición orante y orientada hacia el levante como símbolo de la resurrección para que, tras el Juicio Final, se produzca el renacer del inhumado (López, 2010).

Con respecto a los ajuares, cabe mencionar que del 11.5 % de los yacimientos que los contienen el 97.3 % son de época tardoantigua y, de esta cantidad, el 67.5 % se han adscrito a la cultura visigoda. Gracias a la presencia de estos ajuares y/o depósitos funerarios, estos yacimientos han podido datarse entre los siglos V-VII, un aspecto que no ha podido realizarse en yacimientos coetáneos o posteriores donde las sepulturas se han encontrado violadas o tan sólo se han registrado restos óseos sobre los que no se ha realizado ningún análisis.

De entre los elementos de vestimenta personal destacan algunos anillos y broches de cinturón como los encontrados en La Picuriña (Rubio, 1982), fibulas de arco y charnela, como la de la Ermita de Benavente el Alburquerque; y de perfil liriforme, como la que se encontró en Granja Céspedes (Matesanz y Sánchez,

2007). En el Valle del Ambroz, en el yacimiento de La Jarilla (Galisteo) se ha constatado la presencia de varias fíbulas aquiliformes (Fernández, 1974) que la investigadora Gisela Ripoll (1986) propone datar entre finales del siglo V y principios del VI.

En relación con los ajuares, se documenta la existencia de varias jarritas globulares en diversos yacimientos como el de Cerro Sagrado II en Castuera (Aguilar y Guichard, 1993), El Barrilo en Gargáligas o Las Talarrubias en Navalvillar de Pela. Ocasionalmente se ha encontrado algún otro objeto, como la colección áurea de Los Turuñuelos en Medellín (Haba, 1998), aunque es especialmente reseñable la gran variedad de ajuares encontrados a ambos lados de las cabezas de los difuntos en El Carballar (Usagre), con presencia de objetos de cerámica, vidrio, plata y bronce (Calero y Ortiz, 1986).

La progresiva desaparición del ajuar y la escasez de elementos de vestimenta personal se relaciona con el avance del cristianismo, que obtuvo un asombroso control ya durante la tardoantigüedad sobre los ritos y las prácticas funerarias (López, 2010) y era contrario al mantenimiento de ritos de tradición pagana —como así se demuestra en algunas actas conciliares, como en el caso de Elvira, en las que se prohíben la celebración de banquetes en los sepelios y las ofrendas de alimentos a los difuntos— y la progresiva caída de las élites, que conllevó un aumento de los poderes locales en los que la legitimidad de la personalidad del difunto se extrapolaba a otros espacios y no se veía reflejada en los ajuares (Martín, 2015). Debemos recalcar que la pauta general —como ocurre en la gran parte de los asentamientos— es que necrópolis se hayan estudiado ya expoliadas, y que la reutilización de las sepulturas en épocas posteriores ha podido conllevar la total desaparición de los ajuares o depósitos funerarios preexistentes. Es por ello que las propuestas actuales se orientan hacia los estudios de territorio y paisaje de forma que permitan comprender los asentamientos y las relaciones entre estos de forma global.

Uno de los espacios representativos de poder eran los propios centros de culto. El fenómeno *ad sanctos* eclosionó durante la época bajoimperial y la Antigüedad Tardía motivado por la presencia de la sepultura de un mártir o un santón que aseguraba la salvación de los muertos en su proximidad. Esto le permitió a la Iglesia un mayor control sobre los fieles, pero conllevó una invasión del interior de los templos y la continua reutilización de las tumbas. El ejemplo más evidente es el de Santa Eulalia de Mérida (Aranda, 2006-2008; Mateos, 1999; 2002; 2018; Mateos y Caballero, 1998).

Pese a este control de la Iglesia, se ha podido constatar la pervivencia de ritos de tradición pagana, como en el yacimiento de Morales (Alange), donde se ha registrado la existencia de un canal de libaciones. Asimismo, se han encontrado algunos elementos posiblemente relacionados con algún tipo de rito de carácter local en la Sierra de Gata. En esta comarca, algunas tumbas parecen relacionarse con grabados, como el podomorfo de Hoyo del Gorrión en la localidad de Pescueza (González, 1989); o con cazoletas, como las que rodean catorce cruces en la necrópolis de La Cañada en Valverde del Fresno (García de Figuerola, 1999), posiblemente relacionada con alguna práctica de eremitismo que tiene paralelos en otras áreas geográficas, como es el caso del yacimiento de Revenga en Burgos (Álvaro, 2012; Padilla y Álvaro, 2010).

5. Limitaciones y perspectivas de futuro

Se indicó inicialmente las limitaciones que tenía esta síntesis al no conllevar una comprobación de los yacimientos *in situ*, ya que el objetivo es exponer la situación actual de la arqueología funeraria altomedieval en la región. Hemos destacado ya algunas carencias encontradas en la documentación arqueológica en el apartado anterior, como los distintos sistemas de coordenadas y la falta de estas en algunos sitios, la indeterminación cronológica de algunas necrópolis o la ausencia de referencias sobre número y tipo de sepulturas. No obstante, queremos resaltar otras cuestiones no mencionadas que impiden una mejor interpretación de la realidad arqueológica en la región.

En primer lugar, la asociación de yacimientos a época romana por su ubicación sobre ciertas *villae* sin

aportar datos precisos. La existencia de enterramientos en *villae* puede responder a distintas motivaciones y a distintos momentos históricos. De hecho, existen fenómenos que arrancan ya en época tardorromana con tumbas destacadas (López, 2010). Desconocemos en qué casos extremeños se da esta situación o una reutilización y resignificación de espacios vilicarios tras una reocupación posterior del complejo.

En segundo lugar, la existencia de necrópolis no encuadradas en ninguna época histórica y con información escasa que podrían encuadrarse en época altomedieval. Tal y como se ha establecido en el apartado anterior, existen yacimientos de tipo funerario catalogados como tal que no aparecen adscritos a ninguna época histórica. Esta problemática, por tanto, también implica a otros arcos cronológicos. En algunos casos hemos podido identificar su adscripción cultural por la información descrita. Sin embargo, algunos no han sido incluidos dada su imposible identificación. Consideramos oportuno apuntar aquí, también, la imprecisión a la hora de adscribir los enterramientos a una determinada época por la existencia en sus inmediaciones de artefactos concretos que los propios investigadores ponen en duda.

En tercer lugar, la completa ausencia de los yacimientos del área de la antigua *civitas* emeritense. Si bien se incluyen grandes complejos y estructuras del área urbana actual como Los Milagros o Valhondo, desconocemos por qué no aparece siquiera la catalogación como conjunto *civitas*, más apropiado desde el punto de vista de la arqueología urbana (Rodríguez, 2004). Es por ello que no tenemos información en la Carta sobre las intervenciones en las áreas funerarias correspondientes a la antigua ciudad, siendo el caso más significativo para el periodo que nos ocupa el de Santa Eulalia (Aranda, 2006-2008; Mateos, 1999; 2002; 2018; Mateos y Caballero, 1998).

Por último, hemos detectado una serie de deficiencias técnicas que consideramos proceden de registros efectuados en base a bibliografía donde no se indican, por ejemplo, las coordenadas geográficas del yacimiento. Igualmente, tras una profunda revisión de la Carta, hemos comprobado la duplicación de ciertos yacimientos que procedemos a enumerar para evitar su confusión: Dehesa de la Luz (Brozas y Arroyo de la Luz), Prado de la Pared (Cáceres y Malpartida de Cáceres), Altagracia (Casar de Cáceres y Garrovillas), Las Corraladas (Casar de Cáceres y Cáceres), Nstra. Sra. De Portera (Conquista de la Sierra y Garciaz), Pilas de la Señorita y El Parral (Membrío: mismas coordenadas), Pico de San Gregorio (Santa Cruz de la Sierra y Puerto de Santa Cruz), La Zafrilla (Torre de Santa María y Valdefuentes, está indicado) y Pozo Nuevo (Torrequemada y Torreorgaz). Con mucha seguridad estos yacimientos comprenden más de un Término Municipal, es por ello por lo que las localidades en las que se incluyen son vecinas.

Para subsanar estas deficiencias se proponen dos líneas de actuación. La primera de ellas, una armonización de la Carta Arqueológica de Extremadura por parte de los técnicos arqueólogos de la Dirección General de Bibliotecas, Archivos y Patrimonio Cultural de la Junta de Extremadura, en la que se establezca un mismo sistema de proyección de coordenadas —pese a que la información vectorial ya lo esté— y se solventen aspectos relevantes como la clasificación cronológica de los yacimientos.

Por otro lado, es necesario abordar el estudio del mundo funerario altomedieval extremeño como línea principal de actuación —sin subordinación a intervenciones con una finalidad distinta—, realizando trabajos de síntesis con la información dispersa y completando los vacíos existentes con trabajo de campo que permita obtener datos precisos que complementen la información ya existente en informes arqueológicos y bibliografía. Teniendo en cuenta las limitaciones mencionadas, una de las posibles líneas de trabajo es la situación de las *villae* sobre su transformación y/o reocupación ya desde época tardorromana.

Consideramos que una oportunidad para la arqueología medieval de la región es el estudio de las tumbas excavadas en roca. Atendiendo a su alta representatividad (González, 1989; 1998), las investigaciones de este tipo de necrópolis en la cuenca occidental del Duero (Martín, 2007; 2012; 2018; 2019; Rubio, 2013a; 2013b; 2018; Tente, 2007; 2015) con una base metodológica y teórica sólida que aborda un estudio global del territorio y de los paisajes, han aportado una valiosa información sobre las comunidades locales altomedievales. Abordar el análisis en la región supone avanzar la investigación en el hiato existente entre el sur de Guadarrama y San Mamede (Hernández, 2016; 2020; Prata, 2014), de manera que se puedan establecer parámetros comparativos que permitan comprender las sociedades altomedievales entre los valles del Duero y del Tago, así como el área montañosa del Sistema Central.

6. Conclusiones

Mientras que en las cuencas del Duero y del Ebro existe una tradición historiográfica que ha permitido abordar el estudio de la muerte durante la Alta Edad Media con distintas bases teóricas y metodológicas que van desde el estudio historicista hasta la arqueología del paisaje y del campesinado; en Extremadura su investigación ha estado subordinada a otras de distinta finalidad, principalmente la arqueología de la arquitectura a partir de los años ochenta. Esta situación puede explicarse por encontrarse la región fuera del espacio geográfico sobre el que se han centrado los principales debates históricos desde mediados de siglo XX, como la presencia de *limitanei*, el asentamiento de contingentes visigodos o la despoblación del Duero y su posterior repoblación. Como consecuencia, disponemos de estudios muy concretos sobre yacimientos y hallazgos casuales que impiden comprender de forma global la realidad arqueológica de la región.

En relación con ello, la Carta Arqueológica de Extremadura cuenta con múltiples limitaciones al respecto, a las que debemos sumar las procedentes de las intervenciones realizadas en el ámbito de la arqueología de gestión. Fruto de ello, la información contenida varía en función del yacimiento, las intervenciones e investigaciones sobre él realizadas, el momento y el contexto de registro y la formación tanto del arqueólogo como del técnico de la Junta de Extremadura. Teniendo en cuenta esta situación, hemos realizado una sistematización preliminar que permite comprender, aunque de forma parcial, la realidad arqueológica de la región, ya que contamos con áreas mejor estudiadas como las comarcas de Trujillo, Cáceres, Montánchez, Tajo-Salor y Sierra de Gata, frente a vacíos arqueológicos como Campo Arañuelo, Las Villuercas, La Siberia, Campiña Sur o Llanos de Olivenza.

Esta realidad es diversa, existiendo una alta representatividad de necrópolis altomedievales frente a islámicas, que consideramos se debe a esta ausencia de investigación antes referida dada la documentación disponible para el Alentejo y La Mancha. La mayoría de estas necrópolis no superan en número las tres sepulturas, aunque en la región contamos con varios ejemplos superiores a la cincuenta, siendo el caso más representativo el de El Carballar. Asimismo, y en consonancia con otros territorios peninsulares, generalmente no se encuentran vinculadas a centros de culto, aunque estas son las mejor estudiadas dado el interés manifiesto por la arquitectura tradicionalmente considerada como visigoda pero que se estima también ligeramente posterior. Los tipos de sepulturas son los clásicos para el contexto de estudio, siendo especialmente representativas las tumbas excavadas en roca dada su singularidad, lo que puede desvirtuar la realidad existente. Del mismo modo, los datos que poseemos para el ritual funerario son muy limitados en el estado actual de la investigación, aunque tampoco se presuponen grandes diferencias con respecto a otros territorios.

Para abordar el estudio de la arqueología de la muerte en Extremadura es necesario partir de la documentación existente y emprender líneas de investigación precisas con una base teórica y metodológica sólida y equiparable a los trabajos llevados a cabo recientemente en otros contextos geográficos que permitan comprender el mundo funerario y las sociedades altomedievales de la región en el marco de la arqueología medieval peninsular.

7. Bibliografía

- ABAD MIR, Susana (2006) - Arqueología de la muerte. Algunos aspectos teóricos y metodológicos. *Historiae*, 3, 1-23. [Link](#).
- AGUILAR SÁENZ, Antonio; GUICHARD, Pascal (1993) - *Villas romaines d'Estrémadure. Doña María, La Sevillana et leur environnement*. Madrid: Casa Velázquez.
- ALAPONT MARTÍN, Llorenç; RIBERA i LACOMBA, Albert (2006) - Cementerios tardoantiguos de Valencia: arqueología y antropología. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17, 161-194 [Link](#).
- ALMAGRO BASCH, Martín; MARCOS POUS, Alejandro (1958) - Excavaciones de ruinas de época visigoda en la aldea de San Pedro de Mérida. *Revista de Estudios Extremeños*, 14, 1, 75-93. [Link](#).
- ÁLVAREZ y SÁENZ DE BURUAGA, José (1976) - Los primitivos templos cristianos de Mérida. *Revista de Estudios Extremeños*, 32, 1, 139-155. [Link](#).
- ÁLVARO RUEDA, Karen (2012) - *El poblamiento altomedieval y sus manifestaciones funerarias en la cuenca del Alto Arlanza (s. IX y XI)*. (Tesis doctoral). Barcelona: Universidad de Barcelona. [Link](#).
- AMADOR DE LOS RÍOS, Rodrigo (1876) - Fragmento de lápida sepulcral árabe descubierta en Mérida. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 6, 332-349.
- AMADOR DE LOS RÍOS, Rodrigo (1909). - Epigrafía, inscripción visigoda de Antequera y lápidas árabes sepulcrales de Badajoz y Llerena. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 20, 47-52.
- ANDRÍO GONZALO, Josefina (1977) - Aportaciones a la arqueología altomedieval del Valle del Ebro, en *Crónica del XIV Congreso Arqueológico Nacional*. Vitoria: Congresos Arqueológicos Nacionales, 1221-1226.
- ANDRÍO GONZALO, Josefina (1989) - Excavación arqueológica en el despoblado medieval de Revenga (Burgos). *Acta historia et archaeologica mediaevalia*, 10, 283-375.
- ARANDA CISNEROS, Juan Antonio (2006-2008) - Evolución de un espacio periurbano en las proximidades de la Basílica de Santa Eulalia: intervención arqueológica y seguimiento de obra realizado en el solar nº 42 de la Rambla de la Mártir Santa Eulalia (Mérida). *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 12, 1, 365-412.
- AZKARATE GARAI-OLAÚN, Agustín (1987) - *Arqueología cristiana de Álava, Guipúzcoa y Vizcaya en la antigüedad tardía*. (Tesis doctoral). Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea.
- BALDEÓN IÑIGO, Amelia; BERGANZA GOCHI, Eduardo; GARCÍA, Elisa (1983) - Estudio del yacimiento de "El Montico de Charratu" (Albaina, Treviño). *Estudios de Arqueología Alavesa*, 11, 121-186.
- BARCELÓ, Juan Antonio (1984). - Elementos para una teoría de la muerte y de los ritos funerarios. *Ethnica: Revista De Antropología*. 20, 79-102.
- BARRIENTOS VERA, Teresa (2001) - Excavación en la maqbara andalusí de la zona sur de Mérida. *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 7, 15-34. [Link](#).
- BARROSO CABRERA, Rafael; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2005) - El mundo funerario de época visigoda en la Comunidad de Madrid, en *Actas de las Primeras Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Comunidad de Madrid, 183-214.
- BAXARIAS TIBAU, Joaquín (2001) - *Estudio paleopatológico de los restos exhumados en la necropolis tardoromana de Prat de la Riba, Tarragona*. (Tesis Doctoral). Barcelona: Universidad de Barcelona.
- BIELSA TURMO, María Asunción (1975) - Necrópolis altomedievales en Aragón, en *Crónica del XIII Congreso Arqueológico Nacional*. Zaragoza: Seminario de Arqueología, 995-1002.
- BIELSA TURMO, María Asunción (1986) - Las necrópolis aragonesas altomedievales de: Murillo de Gallego, Uncastillo, Lasieso, Nocito y La Torraza (El Tormillo), en *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, vol. 5, tomo 5, 261-273.
- BINFORD, Lewis Roberts (1971) - Mortuary practices: Their study and their potential. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 25, 6-29.
- BLANCO TORREJÓN, Laura (2022) - *Arqueología de la muerte en la Galicia Tardoantigua y Altomedieval. Necrópolis y cambio social entre los siglos IV y X d.C.* (Tesis Doctoral). Santiago de Compostela:

Universidade de Santiago de Compostela.

BOLÒS I MASCLANS, Jordi; PAGÈS I PARETAS, Montserrat (1982) - Les sepultures excavades a la roca. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, 1, 59-103. [Link](#).

BRADBURY, Jennie; SCARRE, Chris (2017) - *Engaging with the Dead: Exploring Changing Human Beliefs about Death, Mortality and the Human Body*. [Link](#).

BROWN, James A. (1971) - Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 25, 1-5.

BROWN, James A. (1995) - On Mortuary Analysis—with Special Reference to the Saxe-Binford Research Program, en L. A. Beck (Ed.), *Regional approaches to mortuary analysis*, 3-26. [Link](#).

CABALLERO ZOREDA, Luis; ALMAGRO, Antonio; MADROÑERO DE LA CAL, Antonio; GRANDA SANZ, Ángel (1991) - La iglesia de época visigoda de "Santa Lucía del Trampal", en Alcuéscar (Cáceres). *Extremadura Arqueológica*, 2, 497-523. [Link](#).

CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro (1998) - Hallazgos arqueológicos en la iglesia de Santa Eulalia de Mérida. *Arqueología, paleontología y etnografía*, 4, 339-365. [Link](#).

CABALLERO ZOREDA, Luis; ROSCO MADRUGA, Juan (1988) - Iglesia de El Gatillo de Arriba, finca de la Matallana (Municipio y provincia de Cáceres). Informe preliminar de la primera campaña de excavaciones arqueológicas. Octubre-Noviembre 1985. *Extremadura Arqueológica*, 1, 251-256.

CABALLERO ZOREDA, Luis; ULBERT, Tito (1975) - *La basílica paleocristiana de 'Casa Herrera' en las cercanías de Mérida (Badajoz)*. Madrid: Ministerio de Cultura y Deporte. [Link](#).

CALERO CARRETERO, José Ángel; ORTIZ ALESÓN, Manuel (1986) - Notas sobre la cerámica funeraria de la necropolis Hispano-Visigoda de "El Caballar" (Usagre-Badajoz). *Proserpina*, 5, 31-49.

CALLEJO SERRANO, Carlos (1963) - Templo visigodo dedicado a la Virgen en Ibahernando. *Revista de Estudios Extremeños*, 19, 3, 535-548. [Link](#).

CAMPS CAZORLA, Emilio (1934) - Tejidos visigodos de la necrópolis de Castiltierra. *Anuario del Cuerpo de Facultativos de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*, 5, 87-96.

CANTILLO VÁZQUEZ, María Ángeles; PÉREZ MAESTRO, Carmen; OLMEDO GRAJERA, Ana Belén (2007) - Intervención arqueológica realizada durante las obras de la A-66 (variante Mérida-Autovía de la Plata). *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 12, 77-90.

CARMONA BERENGUER, Silvia (1996). *El mundo funerario rural tardoantiguo y de época visigoda en Andalucía. La necrópolis de El Ruedo (Almedinilla, Córdoba)*. (Tesis doctoral). Universidad de Córdoba.

CARNEIRO, André y ROLO, Mónica (2019) - Espaços e práticas funerárias nos campos da Lusitânia romana e tardo-antiga. *Onoba*, 7, 161-181. <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/16434/Link>.

CARR, Christopher (1995) - Mortuary practices: Their social, philosophical-religious, circumstantial, and physical determinants. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 2, 2, 105-200. [Link](#).

CASA MARTÍNEZ, Carlos de la (1990) - *Mundo funerario del medievo cristiano en Soria. Estudio arqueológico de sus necrópolis*. (Tesis doctoral). Barcelona: Universidad de Barcelona.

CASTILLO YURRITA, Alberto (1970) - Cronología de las tumbas llamadas olerdolanas, en *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Seminario de Arqueología, 835-855.

CASTILLO TURRITA, Alberto (1972) - *Excavaciones altomedievales en las provincias de Soria, Logroño y Burgos*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (1975) - Excavaciones en la Basílica de Magasquilla de los Donaire en Ibahernando, en *Crónica del XIII Congreso Arqueológico Nacional*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 979-984.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (1980) - Notas sobre cerámica funeraria (s. IV-VIII). La colección de jarros del Museo Arqueológico de Cáceres, en AA.VV., *Miscelánea Cacereña*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres, 51-64

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (1981) - Las ermitas de Portera y Santa Olalla. Aproximación al estudio de las cabeceras rectangulares del siglo VII. *Zephyrus*, 32-33, 233-243. [Link](#).

CHAMIZO DE CASTRO, Juan José (2007) - La Vía de la Plata, testigo mudo de la ocupación del territorio emeritense. Intervención arqueológica en la finca Terrón Blanco (Mérida). *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 10, 47-76. [Link](#).

CHAPA BRUNET, María Teresa (1991) - Arqueología de la Muerte: aspectos metodológicos. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 1, 25-46. [Link](#).

CHAPMAN, Robert W.; KINNES, Ian; RANDSBORG, Klavs (1981) - *The archaeology of death*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHAVES RODRÍGUEZ, Celia (2018) - Salud y enfermedad a través de los indicadores patológicos de la necrópolis tardo-antigua de Mérida, en J. López Quiroga (coord.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585), el primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Diputación Provincial, 477-479.

CHILDE, Vere Gordon (2003) - *Introducción a la arqueología*. Barcelona: Crítica.

CODERA ZAIDÍN, Francisco (1884) - Un reyezuelo de Badajoz desconocido hasta hoy. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 4, 353-359. [Link](#).

COLINO GALLARDO, Pedro (2016) - *Análisis de antropología física y de paleopatología de los restos de los cráneos y dientes pertenecientes al yacimiento Leonor de Austria (Mérida, Badajoz)*. (Tesis doctoral). Badajoz: Universidad de Extremadura. [Link](#).

CRUBÉZY, Eric; MASSET, Claude; LORANS, Elisabeth; PERRIN, Franck; TRANOY, Laurence (2000) - *L'archéologie funéraire*. Paris: Errance.

DÍAZ ESTEBAN, Fernando (1987) - Dos nuevas inscripciones árabes de Trujillo y relectura de una tercera, en AA.VV., *Homenaje al profesor Darío Cabanelas Rodríguez*. Granada: Universidad de Granada, 173-178.

DIÉGUEZ RAMÍREZ, J. P. (2015) - *Estudio bioantropológico comparado de tres necrópolis históricas excavadas en el término municipal de Lucena (Córdoba)*. (Tesis doctoral). Granada: Universidad de Granada. [Link](#).

DONOSO GUERRERO, Rosa; BURDIEL DE LAS HERAS, Isabel (1970) - Necrópolis visigoda de Zarza de Granadilla. *Trabajos de Prehistoria*, 27, 7-40.

EALO DE SÁ, María (1984) - Hallazgos prerrománicos en Cantabria. San Fructuoso de Lamiña. *Boletín del Museo e Instituto Camón Aznar*, 17, 119-125.

ESCALONA MONGE, Julio (1996) - *Transformaciones sociales y organización del espacio en el Alfoz de Lara en la Alta Edad Media*. (Tesis doctoral). Madrid: Universidad Complutense de Madrid. [Link](#).

ESCALONA MONGE, Julio; MARTÍN VISO, Iñaki (2020) - The Life and Death of an Historiographical Folly: The Early Medieval Depopulation and Repopulation of the Duero Basin, en S. Barton y R. Portass (eds.), *Beyond the Reconquista. New Directions in the History of Medieval Iberia (711-1085)*. Leiden: Brill, 21-51. [Link](#).

ESTEBAN ORTEGA, Julio; SALAS MARTÍN, José (2003) - *Epigrafía romana y cristiana del Museo de Cáceres*. Cáceres: Museo de Cáceres.

FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (2008) - *The materiality of death: Bodies, burials, beliefs*. Oxford: Archaeopress.

FERNÁNDEZ BUELTA, José; HEVIA GRANDA, Víctor (1984) - *Ruinas del Oviedo primitivo. Historia y secuencias de unas excavaciones*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos.

FERNÁNDEZ DE LA MORA, Isabel (1974) - Un importante ajuar visigodo. *Pyrenae*, 10, 1095-2101. [Link](#).

FERNÁNDEZ SUTILO, Lucía (2016) - *Espacios y usos funerarios en Onoba y su área de influencia entre los siglos II a.C.-VII d.C.* (Tesis doctoral). Huelva: Universidad de Huelva. [Link](#).

FRANCISCO GONZÁLEZ, Gregorio (2011) - Aproximación al estudio de los lagares rupestres de la provincia de Cáceres, en *Conferencia Internacional Patrimonio cultural de la vid y el vino* [versión de prensa]. Almendralejo: Ayuntamiento de Almendralejo, Instituto de Arqueología de Mérida, Universidad Autónoma de Madrid.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) - *De Emerita a Mārida. El territorio emeritense entre la Hispania Gothorum y la formación de Al-Andalus. Transformaciones y pervivencias*. (Tesis doctoral). Universidad Nacional de Educación a Distancia. [Link](#).

FRANCO MORENO, Bruno; GIBELLO BRAVO, Víctor Manuel (2012) - La Arqueología Medieval en Extremadura. Estado de la cuestión. *Boletín de Arqueología Medieval*, 16, 67-120.

GARCÍA CAMINO, Iñaki (2001) - *Arqueología y poblamiento en Bizkaia. Siglos VI-XII. La configuración de la sociedad feudal*. (Tesis doctoral). Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea.

GARCÍA DE FIGUEROLA PANIAGUA, Miguel (1999) - *Arqueología romana y altomedieval de la Sierra de Gata: (el Valle de Valverde, provincia de Cáceres)*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

GIBELLO BRAVO, Víctor Manuel (2007) - *El poblamiento islámico en Extremadura. Territorio, asentamientos e itinerarios*. Mérida: Agencia Extremeña de la Vivienda, el Urbanismo y el Territorio.

GIL ZUBILLAGA, Luis; SÁENZ DE URRUTI, Francisca (2001) - *San Miguele: la necrópolis tardo-romana, tardoantigua y altomedieval de San Miguele (Molinilla, Álava): memoria de las excavaciones arqueológicas de 1998*. Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava.

GOLDESTEN, Lynne (1976) - *Spatial structure and social organization: regional manifestations of Mississippian society*. (Tesis doctoral). Northwestern University. Illinois.

GOLDESTEN, Lynne (1981) - One-dimensional archaeology and multi-dimensional people: Spatial organization and mortuary analysis, en R. Chapman, I. Kinnes y K. Randsborg (Eds.), *The archaeology of death*. Cambridge: Cambridge University Press, 53-69.

GOLVANO HERRERO, María Ángeles. (1973) - Avance sobre la necrópolis de Duruelo de la Sierra (Soria), en *Actas del XII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Seminario de Arqueología, 809-812.

GONZÁLEZ CORDERO, Antonio (1989) - Las tumbas excavadas en roca de la provincia de Cáceres. *Alcántara*, 17, 133-144. [Link](#).

GONZÁLEZ CORDERO, Antonio (1998) - Los sepulcros excavados en la roca de la provincia de Cáceres. *Arqueología, paleontología y etnografía*, 4, 273-284. [Link](#).

GUTIÉRREZ CUENCA, Enrique (2015) - *Génesis y evolución del cementerio medieval en Cantabria*. (Tesis doctoral). Santander: Universidad de Cantabria. [Link](#).

HABA QUIRÓS, Salvadora (1998) - *Medellín romano: la colonia "Medellinensis" y su territorio*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz.

HERAS MORA, Francisco Javier; GILOTTE, Sophie (2008) - Primer balance de las actuaciones arqueológicas en el Pozo de la Cañada (2002-2005). Transformación y continuidad en el campo emeritense (ss. I-IX d.C.). *Arqueología y Territorio medieval*, 15, 51-72. [Link](#).

HERAS MORA, Francisco Javier; OLMEDO GRAGERA, Ana Belén (2015). Identidad y contexto en la necrópolis tardorromana de Mérida, en J.A. Quirós Castillo y S. Castellanos (coords.), *Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII*. Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea, 275-290.

HERNÁNDEZ BARREÑA, Daniel; ALONSO GAVILÁN, Gaspar; BÉCARES PÉREZ, Julián; MARTÍN VISO, Iñaki (2013) - Análisis geoarqueológico de las tumbas de el encinar excavadas en el granito de Aldeadávila de la ribera, Salamanca: contextualización y protocolo de trabajo. *Studia geológica salmanticensis*, 49, 2, 87-134. [Link](#).

HERNÁNDEZ SOUSA, José Miguel (2016) - El fenómeno de las tumbas excavadas en la roca en la cuenca alta del río Manzanares (Madrid) y su relación con el poblamiento rural. *Revista Historia Autónoma*, 9, 29-50. [Link](#).

HERNÁNDEZ SOUSA, José Miguel (2020) - Espacios funerarios tardoantiguos/altomedievales al sur del sistema central. Las tumbas labradas en la roca y su integración en el paisaje. *Arqueología y Territorio Medieval*, 27, 193-219. [Link](#).

HODDER, Ian (1986) - *Reading the Past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.

HUMPHREYS, Sarah C.; KING, Helen (1981) - *Mortality and immortality: The anthropology and archaeology of death*. Cambridge: Academic Press.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo (1994) - La Arqueología medieval en España: antecedentes y estado actual. *Arqueología y Territorio Medieval*, 1, 119-12. [Link](#).

IZQUIERDO BERTIZ, José María (1989) - La transición del mundo antiguo al medievo en Vega de Pedraza (Segovia), en *Actas del III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo: Asociación Española de Arqueología Medieval, 10-11

IZQUIERDO BERTIZ, José María; CASA MARTÍNEZ, Carlos de la (1979) - Excavaciones en la necrópolis medieval de la ermita de Nuestra Señora de Tiermes (Montejo de Tiermes, Soria), en *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Seminario de Arqueología, 1185-1194.

KROEBER, Alfred Louis (1927) - Disposal of the dead. *American Anthropologist*, 29, 3, 308-315. [Link](#).

LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) (2013) - *De la tierra al cielo. Ubi sunt qui ante nos in hoc mundo fuere?*. *Actas de la XXIV Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2010) - *Arqueología del mundo funerario en la Península Ibérica (siglos V-X)*. Madrid: La Ergástula.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (2016) - La edificación rupestre en la Península Ibérica (siglos VI-XI): observaciones sobre cuestiones de metodología, interpretación y líneas de investigación, en J. López y A. Martínez. (coords.), *In concavis petrarum habitaverunt: el fenómeno rupestre en el Mediterráneo Medieval: de la investigación a la puesta en valor*. Oxford: Archaeopress, 6-17.

LOURENÇO, Sandra y TENTE, Catarina (2002) - Sepulturas medievais do distrito de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 1, 239-258.

MARTÍN VISO, Iñaki (2005) - Una frontera casi invisible: los territorios al norte del Sistema Central en la Alta Edad Media (siglos VIII-XI). *Studia Historica. Historia Medieval*, 23, 89-114. [Link](#).

MARTÍN VISO, Iñaki (2006) - Elementos para el análisis de las necrópolis de tumbas excavadas en la roca: el caso de Riba Côa. *CuPAUAM*, 31-32, 83-102. [Link](#).

MARTÍN VISO, Iñaki (2007) - Tumbas y sociedades locales en el centro de la Península Ibérica en la Alta Edad Media. *Arqueología y territorio medieval*, 14, 21-48. [Link](#).

MARTÍN VISO, Iñaki (2012) - Enterramientos, memoria social y paisaje en la alta edad media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el centro-oeste de la península Ibérica. *Zephyrus*, 69, 165-187. [Link](#).

MARTÍN VISO, Iñaki (2018) - Paisajes, comunidades y poderes centrales: el centro-oeste de la Península Ibérica durante la Alta Edad Media (siglos VI-XI). *Arqueología y Territorio Medieval*, 25, 195-226. [Link](#).

MARTÍN VISO, Iñaki (2019) - Asentamientos y jerarquías territoriales en la Meseta del Duero (siglos VII-IX). *Anejos de Nailos*, 5, 27-59. [Link](#).

MARTÍNEZ FLÓREZ, Julio (2016) - *Influencia biológica nórdica en la Hispania tardoantigua. La necrópolis visigoda de Dehesa de la Casa (Cuenca)*. (Tesis doctoral). Logroño: Universidad de la Rioja. [Link](#).

MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, Julio (1934) - Notas para un ensayo de sistematización de la arqueología visigoda en España. *Archivo Español de Arte y Arqueología*, 29, 139-176.

MATEOS CRUZ, Pedro; CABALLERO ZOREDA, Luis (1998) - Hallazgos arqueológicos en la iglesia de Santa Eulalia de Mérida. *Arqueología, paleontología y etnografía*, 4, 337-366. [Link](#).

MATEOS CRUZ, Pedro (1999) - *La Basílica de Santa Eulalia de Mérida: arqueología y urbanismo*. Madrid: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida.

MATEOS CRUZ, Pedro (2002) - Santa Eulalia de Mérida, en E. Sánchez Medina, M. Contreras Martínez y V. Bierbrauer (eds.), *El tiempo de los bárbaros, pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI D.C.)*. Madrid: Museo Arqueológico Regional, 601-604.

MATEOS CRUZ, Pedro (2018) - El complejo cultural cristiano de Santa Eulalia de Mérida, en J. López Quiroga (ed), *In tempore sueborum: el tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585), el primer reino medieval de Occidente*. Orense: Deputación Provincial de Ourense, 399-402.

- MATESANZ VERA, Pedro; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Cristina (2007) - Intervención arqueológica en el Finca Céspedes, Ferial de Badajoz (Lusiberia), en *Actas de las Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz*. Badajoz: Junta de Extremadura, 125-167.
- MÉLIDA ALINARI, José Ramón. (1908) - Hallazgo arqueológico en tierra de Coria. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 52, 1, 1-8. [Link](#).
- MENÉNDEZ MENÉNDEZ, Andrea (2017) - El parque arqueológico y natural de El Rebollao (Badajoz). Primeros pasos y avance de los primeros resultados. *Nailos*, 4, 209-236. [Link](#).
- MERGELINA y LUNA, Cayetano (1949) - La necrópolis de Carpio de Tajo. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 15, 146-154.
- MERINO GARCÍA, José, MORENA LÓPEZ, José Antonio; GUTIÉRREZ GARCÍA, Juan P. (2003) - Las tumbas excavadas en la roca en la zona de conquista (Córdoba). Aportación al estudio del mundo funerario altomedieval en el Valle de los Pedroches. *Crónica de Córdoba y sus pueblos*, 9, 139-158.
- MOLANO BRÍAS, Juana; CASTILLO CASTILLO, Jesús; ALVARADO GONZALO, Manuel; MATEOS ROMERO, Trinitario (1991-92) - Excavación de urgencia en la necrópolis de la ermita de Santa Ana (Monroy). *Norba*, 11-12, 143-172. [Link](#).
- MOLAS i FONT, Dolors. y OLLICH i CASTANYER, Immaculada (1982) - Projecte de defensa del patrimoni arqueològic de la ciutat de Vic. *Ausa*, 102-104, 423-425. [Link](#).
- MOLINERO PÉREZ, Antonio (1948) - *La Necrópolis visigoda de Duratón (Segovia)*. *Excavaciones del Plan Nacional de 1942 y 1943*. Madrid: Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.
- MONTELIUS, Oscar (2018) - *Die älteren Kulturperioden im Orient und in Europa*. Wentworth Press.
- OCAÑA JIMÉNEZ, Manuel (1945) - Dos epitafios musulmanes de Al-Balat (Cáceres). *Al-Andalus*, 10, 393-395.
- OLIVIER, Laurent (2004) - The Hochdorf 'princely' grave and the question of the nature of archaeological funerary assemblages, E. T. Murray (Ed.), *Time and Archaeology*. Londres: Routledge, 123-152. [Link](#).
- OLLICH i CASTANYER, Immaculada (1982) - El jaciment arqueològic de l'Esquerda a les Masies de Roda de Ter (Osona). III: La necrópolis medieval. *Quaderns d'Estudis Medievals*, 4, 219-233.
- OLMO ENCISO, Lauro (1984) - Excavaciones arqueológicas en Veranes, en AA.VV., *Gijón romano*. Madrid: Ministerio de Cultura, 81-99.
- OLSEN, Bjørnar (2013) - *In Defense of Things: Archaeology and the Ontology of Objects*. Lanham: AltaMira Press.
- ORTIZ ALESÓN, Manuel; BLASCO RODRÍGUEZ, Francisco (1985) - Avance de estudio del ajuar de uso personal de la necrópolis del Carballar (Usagre, Badajoz), en AA. VV., *Estudios de Arqueología Extremeña. Homenaje a Cánovas Pesini*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, 161-170.
- PADILLA LAPUENTE, José Ignacio; ÁLVARO RUEDA, Karen (2010) - Necrópolis rupestres y el poblamiento altomedieval en el Alto Arlanza (Burgos). *En la España medieval*, 33, 259-294. [Link](#).
- PALOL SALELLA, Pere (1967) - *Arqueología Cristiana de la España romana*. Valladolid: CSIC.
- PARKER PEARSON, Mike (1999) - *The archaeology of death and burial*. Stroud: Sutton Publishing Ltd.
- PÉREZ ÁLVAREZ, María Ángeles; SÁNCHEZ ABAL, José Luis (1979) - Nueva aportación a la epigrafía hispano-árabe cacereña. La estela de Trujillo (Cáceres), en A. Rodríguez y E. Cerrillo (eds.), *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres, 563-566.
- PÉREZ MARTÍN, María Jesús (1961) - Una tumba hispano-visigoda excepcional hallada en el Turuñuelo, Medellín, Badajoz. *Trabajos de Prehistoria*. Separata núm. IV, 7-40.
- PRATA, Sara (2014) - Espaços funerários alto-medievais no norte da Serra de São Mamede (Portalegre, Portugal): uma proposta de organização espacial. *ArkeoGazte: Revista de arqueología - Arkelogia aldizkaria*, 4, 261-272. [Link](#).
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2009) - Medieval Archaeology in Spain, en R. Gilchrist, A. Reynolds (eds.), *50 years of Medieval Archaeology in Britain and beyond (1957-2007)*. Leeds: Maney, 173-189.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín; BOHIGAS ROLDÁN, Ramón; GARCÍA CAMINO, Iñaki; PALOMINO LÁZARO, Ángel Luis; TEJADO SEBASTIÁN, José María (2009) - Arqueología de la Alta Edad Media en el Cantábrico Occidental” en A. Llanos Ortiz de Landaluze (coord.), *Medio siglo de arqueología en el Cantábrico Oriental y su entorno*. Vitoria: Instituto Alavés de Arqueología, 449-500.

RAMÍREZ GONZÁLEZ, I. (2015) - Numismática andalusí de la Maqbara del Baluarte de Santiago (Badajoz), un dirham almohade de la Ceca de Biyya. *Revista de Estudios Extremeños*, 71, 2, 779-794. [Link](#).

REYES TÉLLEZ, Francisco (1986) - Excavaciones en la Ermita de Santa Cruz (Valdezate, Burgos), en *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. 5, tomo 5. Zaragoza: Diputación General de Aragón, 7-27.

REYES TÉLLEZ, Francisco (1991) - *Población y sociedad en el Valle del Duero, Duratón y Riaza en la alta Edad Media, siglos VI al XI*. (Tesis Doctoral). Madrid: Universidad Complutense de Madrid. [Link](#).

REYES TÉLLEZ, Francisco y MENÉNDEZ ROBLES, María Luisa (1985) - Excavaciones en la ermita de San Nicolás: La Sequera de Haza (Burgos). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 26, 163-214.

REYES TÉLLEZ, Francisco; MENÉNDEZ ROBLES, María Luisa (1991) - Aspectos ideológicos en la despoblación del Valle del Duero, en J. Arce y R. Olmos. (eds.), *Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España (siglos XVIII-XX)*. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, 199-207.

RÍO-MIRANDA ALCÓN, Jaime; IGLESIAS DOMÍNGUEZ, María G. (2001) - La necrópolis germano-visigoda de La Cuesta de la Granada (La Pesga, Cáceres). *Nivel Cero*, 9, 139-144. <http://www.caparra.es/archivospdf/nc9>

RIPOLL LÓPEZ, Gisella (1986) - *La ocupación visigoda en época romana a través de sus necrópolis (Hispania)*. (Tesis doctoral). Barcelona: Universidad de Barcelona. [Link](#).

RIPOLL LÓPEZ, Gisella; MOLIST i CAPELLA, Núria (2014) - Cura mortuorum en el nordeste de la Península Ibérica, siglos IV al XII d.C. *Territorio, sociedad y poder*, 9, 5-66. [Link](#).

RIQUELME GÓMEZ, Emilio (1994) - La lápida sepulcral de Al-Mansur. *El Aljibe*, 1, 12.

RIU RIU, Manuel (1982) - *Necrópolis i sepultures medievals a Catalunya. Annex 1*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

RIU RIU, Manuel (1986) - Estado actual de la arqueología medieval en los reinos cristianos peninsulares, en *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, vol. 4, tomo 4, 425-472.

RIU RIU, Manuel (1997) - La arqueología medieval en la España cristiana: estado de la cuestión. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana*, 3, 7-26. [Link](#).

RIVERA ARRIZABALAGA, Ángel (2010) - Conducta simbólica: La muerte en el musteriense y MSA. *Zephyrus* 65, 39-63. [Link](#).

RODRÍGUEZ CORRAL, Javier; FERRER ALBELDA, Eduardo (2018) - Teoría e Interpretación en la Arqueología de la Muerte. *SPAL – Revista de Prehistoria y Arqueología*, 27, 2, 89-123. [Link](#).

RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio (2004) - *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Ariel.

ROSE, Herbert Jennings (1922) - Celestial and Terrestrial Orientation of the Dead. *Journal of Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 52, 127-140. [Link](#).

RUBIO DÍEZ, Rubén (2013a) - Geografía funeraria, comunidades campesinas y articulación territorial post-romana al suroeste de Salamanca, en J. Almansa Sánchez, (prod.), *Actas de las V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica. Arqueología del siglo XXI*. Santiago de Compostela: Organización de Jóvenes en Investigación Arqueológica, 119-125.

RUBIO DÍEZ, Rubén (2013b) - Tumbas excavadas en roca y poblamiento rural post-romano al suroeste del Duero, en J.C. Sastre Blanco, R. Catalán Ramos, P. Fuentes Melgar, (coords.), *Arqueología en el Valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas. Actas de las I Jornadas de Jóvenes Investigadores en el Valle del Duero*. Madrid: La Ergástula, 269-280.

- RUBIO DÍEZ, Rubén (2018) - Las tumbas excavadas en la roca: una evidencia del paisaje rural posromano, en *Fortificaciones, poblados y pizarras. La Raya en los inicios del medievo*. Salamanca: Athaemis, 286-295.
- RUBIO MUÑOZ, Luis Alonso (1982) - La necrópolis hispano-visigoda de la Picuriña. , en *VII Congreso de Estudios Extremeños*. Cáceres: Institución Cultural “El Brocense.”
- RUIZ ZAPATERO, Gonzalo; CHAPA BRUNET, María Teresa (1990) - La arqueología de la muerte: Perspectivas teórico-metodológicas, en F. Burillo Mozota (Ed.), *Necrópolis celtibéricas: II simposio sobre los celtíberos [celebrado en Daroca (Zaragoza), del 28 al 30 de abril de 1988]*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 357-374.
- SÁENZ DEL CASTILLO VELASCO, Koldobika (2018) - Registro material, rituales funerarios y cristianización del territorio en la Vasconia de la Antigüedad Tardía. *Sancho el sabio*, 41, 7-28. [Link](#).
- SALES CARBONELL, Jordina (2005) - La necrópolis tardoantiga i/o altomedieval del Turó del Prat d’Ori (El Brull, Osona). *Revista de la Fundació Privada Catalana per a l’Arqueologia Ibèrica*, 1, 211-220.
- SALINERO SÁNCHEZ, Irene (2019) - *Hispanorromanos, visigodos o bizantinos: las necrópolis de la antigüedad tardía en Jaén, Granada y Málaga*. (Tesis doctoral). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares.
- SALVATIERRA CUENCA, Vicente (2013) - La primera arqueología medieval española. Análisis de un proceso frustrado (1844-1925). *Studia Historica. Historia Medieval*, 31, 183-210. [Link](#).
- SÁNCHEZ PARDO, J.C. (2008) - *Territorio y poblamiento en Galicia entre la antigüedad y la plena Edad Media*. (Tesis doctoral). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. [Link](#).
- SAUCEDA RODRÍGUEZ, Sofía (2006) - Excavación arqueológica en el yacimiento de ‘Las Motas’. *Extremadura Arqueológica*, 10, 289-3124.
- SAXE, Arthur A. (1971) - Social Dimensions of Mortuary Practices in a Mesolithic Population from Wadi Halfa, Sudan. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 25, 39-57. [Link](#).
- SERRA i RÀFOLS, Josep Calassanç (1949) - La capilla funeraria de la dehesa de la Cocosa. *Revista de Estudios Extremeños*, 5, 1-2, 105-116. [Link](#).
- SOLANO GÁLVEZ DE SAN PELAYO y VILLALPANDO, Mariano Carlos [Marqués de Monsalud] (1898). Nuevas lápidas visigóticas. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 32, 433-435. Recuperado de: [Link](#).
- TARLOW, Sarah; NILSSON STUTZ, Liv (2013) - *The oxford handbook of the archaeology of death and burial*. Oxford: Oxford University Press. [Link](#).
- TEJERIZO GARCIA, Carlos (2011) - Las necrópolis altomedievales de la cuenca del Duero: límites y posibilidades de estudio. *Estrat Crític*, 5, 2, 410-425. [Link](#).
- TEJERIZO GARCÍA, Carlos (2015) - *Arqueología del campesinado medieval en la cuenca del Duero (ss. V-VIII D.C.)*. (Tesis doctoral). Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea. [Link](#).
- TEJERIZO GARCÍA, Carlos (2016) - Arqueología y nacionalismo en (el) movimiento: apuntes sobre la arqueología de época visigoda durante el segundo Franquismo, *Arqueoweb*, 17, 1, 144-162. [Link](#).
- TENTE, Catarina (2007) - Paisagens humanas alto-medievais na vertente noroeste da serra da Estela (Portugal). *Territorio, sociedad y poder: revista de estudios medievales*, 2, 87-108. [Link](#).
- TENTE, Catarina (2015) - Tumbas rupestres en el Alto Mondego (Guarda, Portugal). Patrones de distribución, significados y construcción del paisaje rural altomedieval. *Munibe Antropologia – Arkeologia*, 66, 271-290.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1943) - La mezquita de la alcazaba de Badajoz. *Al-Ándalus*, 7, 466-570. [Link](#).
- TYLER, John Mason (1921) - *The New Stone Age in Northern Europe*. Nueva York: Charles Scribner’s Sons.
- TYLOR, Edward Burnett (1871) - *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom*. Nueva York: Harper Collins.
- UCKO, Peter J. (1969) - Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. *World Archaeology*, 1, 2, 262-280. [Link](#).

VAL RECIO, José María del (1986) - La necrópolis medieval de los Centenales, Benigiles (Zamora). *Noticiario Arqueológico Hispano*, 27, 369-381.

VEGA DE LA TORRE, Fernando (2002) - Necrópolis altomedieval de Camesa-Rebolledo: Paleontología (Campanas 1984-1985). *Sautuola*, 8, 365-394.

VICENT GARCÍA, Juan Manuel (1995). Problemas teóricos de Arqueología de la Muerte, en R. Fábregas Valcarcel, F. Pérez Losada y C. Fernández Ibáñez (Eds.), *Arqueoloxía da morte: Arqueoloxía da morte na península ibérica desde as orixes ata o medievo: (Actas do curso de verán da universidade de vigo, celebrado en xinzo de limia, do 4 ó 8 de xullo de 1994)*. Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, 13-32. [Link](#).

VIEIRA, Marina Afonso (2006) - Alguns aspectos do povoamento tardo antigo e alto medieval do curso superior do rio Paiva. As sepulturas escavadas na rocha. *Conimbriga*, 45, 311-336.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2009) - *Escenarios de emergencia del paisaje político altomedieval en el interior de la península ibérica durante la quinta centuria*. (Tesis doctoral). Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) - Prácticas y ritos funerarios, en J. A. Quirós Castillo (coord.), *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania: arqueología del campesinado en el interior peninsular*. Bilbao: Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea., 259-288.

VILLALBA TREJO, Serafín (1981). *Necrópolis cristianas emeritenses* (Trabajo fin de carrera inédito). Granada: Universidad de Granada.

VIVES i BALMAÑA, Elisenda (1988) - *Contribució al coneixement dels enterraments medievals a Catalunya i regions limítrofes*. (Tesis doctoral). Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

ZAPATA CRESPO, Josefina (2002) - *Estudio de los restos óseos de las necrópolis tardorromanas, Calle Era y La Molineta del Puerto de Mazarrón, Murcia*. (Tesis doctoral). Murcia: Universidad de Murcia.

8. Anexo: Cuadro sinóptico de las necrópolis altomedievales extremeñas. Badajoz

Municipio	Yacimiento	Adscripción cultural	Centro culto	Tipo de sepulturas	Número sepulturas	Restos óseos	Ajuar
Alange	Cortijo del Curandero	Visigoda	•	IND	IND		IND
Alange	Dehesa de la Arguijuela I	Visigoda		Sarcófago de mármol	IND	•	IND
Alange	Orillas del Bonahanal	Visigoda		IND	IND	IND	IND
Alange	Vado Hondo	Visigoda		IND	1		IND
Alburquerque	Ermita de Benavente	Tardoantigua / Visigoda	•	IND	IND		•
Alburquerque	Ermita de Santiago	Visigoda	•	Lajas	2	•	
Almendralejo	Cortijo de Santa María	Visigoda	•	IND	IND	IND	IND

Badajoz	La Picuriña	Visigoda		Fosa simple y cista	14	•	•
Badajoz	Bótoa	Altomedieval	•	Sarcófago de mármol y cista	15	•	IND
Badajoz	La Cocosa	Visigoda	•	Sarcófago de mármol y cista	IND	•	
Badajoz	Granja Céspedes	Tardoantigua		Fosa simple y cista	IND	•	•
Badajoz	Gévora II	Tardoantigua		IND	IND	IND	•
Benquerencia de La Serena		Islámica		Lajas	28	•	IND
Benquerencia de La Serena	Arroyo del Venero	Tardoantigua		Excavada en roca	1		IND
Brocales	Guijo de San José	Visigoda		Cista	3	IND	IND
Burguillos del Cerro	Basílica Yanises	Visigoda	•	IND	13	•	•
Burguillos del Cerro	La Mazadera	Visigoda		IND	1	IND	IND
Burguillos del Cerro	Montes	Tardoantigua / Altomedieval		Excavada en roca	1	IND	IND
Cabeza del Buey	Cabezarrubia	Altomedieval		Excavada en roca	3/9	IND	IND
Cabeza del Buey	Casa de la Cedra	IND		Sarcófago en roca	1	IND	IND
Cabeza del Buey	Castillo de Almorchón I	Altomedieval / Islámica		IND	IND	IND	IND
Cabeza del Buey	Nstra. Sra. De Belén	Altomedieval	•	IND	IND	IND	IND
Cabeza del Buey	Cerro del Loboso	Tardoantigua / Visigoda	•	IND	IND	IND	IND
Castuera	Cerro Sagrado II	Tardoantigua		Lajas	IND	•	•
Castuera	Campo de concentración	Visigoda		Lajas	4	IND	IND
El Carrascalejo		Altomedieval		Excavada en roca	1		
Esparragalejo	Los Barros	Islámica		Lajas	50	•	
Esparragosa de Lares	La Sevillana	Tardoantigua / Visigoda	•	IND	IND	IND	IND
Fregenal de la Sierra	Iglesia de San Miguel	Visigoda	•	IND	1	IND	IND

Fregenal de la Sierra	Ermita de San Antonio	Visigoda	•	IND	1	IND	IND
Fuente del Arco	Huerta de los Toros	Tardoantigua		IND	5	•	IND
Fuente del Maestre	Vegas de la Alameda	Tardoantigua / Visigoda		Lajas / cista	34	IND	IND
Garbayuela	Iglesia de San Pedro	Altomedieval	•	IND	IND	IND	IND
Gargáligas	El Barrillo II	Tardoantigua / Visigoda		Lajas	IND	•	•
Jerez de los Caballeros	La Alberquita	Tardoantigua / Visigoda		Cista	1	•	IND
Jerez de los Caballeros	Dehesa de Valcavados	Visigoda / Altomedieval		Excavada en roca	1	IND	IND
Jerez de los Caballeros		Visigoda / Altomedieval		Excavada en roca	2	IND	IND
Jerez de los Caballeros	Puente Viejo	Visigoda / Altomedieval		Excavada en roca	2	IND	IND
Jerez de los Caballeros	Dehesa de la Alcazaba	Visigoda		Fosa simple	1	•	•
La Albuera	Cerro de las Baterías	Altomedieval		IND	IND	IND	IND
La Codosera	Molino del Duque	Tardoantigua / Visigoda		IND	IND	IND	IND
La Coronada	Santa María de Zújar II	Tardoantigua / Altomedieval	•	Cista / lajas / excavada en roca	15		•
La Haba	Las Adelfillas	Tardoantigua		Excavada en roca	IND	IND	IND
La Haba	Ermita de la Antigua	Tardoantigua / Altomedieval	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
La Haba	La Antigua 1	Tardoantigua / Altomedieval		Sarcófago de granito	1	IND	IND
La Haba	Camino de la Ermita	Tardoantigua / Altomedieval		Excavada en roca	3	IND	IND
La Roca de la Sierra	Tumba antropomorfa	Altomedieval		Excavada en roca	1	IND	IND
La Roca de la Sierra		Tardoantigua		IND	IND	IND	IND
Llera	La Carrera	Tardoantigua		Fosa simple	IND		

Llerena	Los Molinos	Visigoda		Excavadas en roca / lajas	2	IND	IND
Llerena	Cerro Elía	Visigoda		Sarcófago	IND		•
Maguilla	Valdezamarra	Visigoda		Cista	60	IND	IND
Malpartida de la Serena	Baldío del Guadalefra	Altomedieval		Excavada en roca	3	IND	IND
Medellín	Los Turuñuelos	Visigoda		Cista / Sarcófago	IND	IND	•
Mérida	Casa Herrera	Visigoda	•	Fosa simple / cista / sarcófago	IND	•	•
Mérida	La Godina	Tardoantigua	•	IND	IND	IND	IND
Mérida	Cuarto de la Jara	Tardoantigua		Excavada en roca	8	IND	IND
Montijo	El Cuartillo	Visigoda	•	IND	1		
Montijo	Torreáguila	Tardoantigua / visigoda	•	Cista	IND	•	
Navalvillar de Pela	Las Talarrubias	Tardoantigua		Cista / Lajas	IND	•	•
Olivenza	La Amorera 1	Tardoantigua	IND	IND	IND	IND	IND
Orellana de la Sierra	Cordel de Orellanita II	Tardoantigua / visigoda		Cista	5	•	•
Orellana la Vieja	El Coto	Tardoantigua / visigoda		Cista / Lajas	12	IND	•
Peñalsordo	Embalse del Zújar	Tardoantigua	IND	IND	IND	IND	IND
Pueblonuevo del Guadiana	Torrebaja	Tardoantigua / visigoda		Cista / Lajas	37	IND	IND
Puerto Hurraco		IND		Excavada en roca	2		
Quintana de la Serena	La Hoja	Tardoantigua / altomedieval		Excavada en roca	3		
Quintana de la Serena	La Dehesa	Tardoantigua		IND	1		
Salvatierra de los Barros	Ermita de Santa Lucía	Visigoda	•	IND	IND		
Salvatierra de los Barros		Tardoantigua		IND	IND	IND	•

San Pedro de Mérida	Basílica	Visigoda	•	IND	1	•	•
Solana de los Barros	Tercer Cuarto de Caballero	Tardoantigua	•	IND	IND	IND	IND
Solana de los Barros		Tardoantigua / visigoda		IND	IND	IND	IND
Talarrubias	La Rinconada	Visigoda		Cista	9	IND	IND
Talarrubias	La Cañameira	Tardoantigua		IND	IND		•
		Visigoda	•	IND	IND	IND	•
Usagre	Salida del Puente	Visigoda		IND	IND	IND	IND
Usagre		Visigoda		IND	IND	IND	IND
Usagre	El Carballar	Tardoantigua / visigoda		Lajas	250	•	•
Usagre	Camino de Anaón	Visigoda		IND	IND	IND	IND
Valle de la Serena	Cerro de las Cruces	Visigoda	IND	IND	IND	IND	IND
Valle de la Serena	Las Majaillas	Visigoda		IND	1	IND	IND
Valverde de Burguillos	Ermita de la Virgen del Valle	Tardoantigua		IND	18	IND	IND

Anexo: Cuadro sinóptico de las necrópolis altomedievales extremeñas. Cáceres

Municipio	Yacimiento	Adscripción cultural	Centro culto	Tipo de sepulturas	Número sepulturas	Restos óseos	Ajuar
Abertura	El Noque	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Acehuche	La Chancelona	IND	IND	Excavada en roca	13	IND	IND
Acehuche	Zahurdas de Aldeanueva	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Alcántara	Santa María de Almoçóbar	Islámica	•	IND	IND	IND	IND
Alcántara	Las Monjas	Tardoantigua	•	IND	IND	IND	•
Alcántara	Peña Aburacá	Tardoantigua		Excavada en roca	12		
Alcántara	Casa de la Laguna	Tardoantigua / Altomedieval		Excavada en roca	1		
Alcántara	El Cortijo	Tardoantigua		Excavada en roca	5		
Alcántara	Convento Viejo	IND		Excavada en roca	7		

Alcántara	Huerta de las Aldeas	IND		Excavada en roca	50		
Alcántara	Ponce 1	Tardoantigua		Excavada en roca	5		
Alcántara	Moriscas	Tardoantigua		Excavada en roca	5		
Alcántara	Torrecaña	Tardoantigua		Excavada en roca	12		
Alcántara	Los Machados	IND		Excavada en roca	14		
Alcántara	Valdelobos de Arriba	IND		Excavada en roca	1		
Alcántara	El Pueblino	Tardoantigua		Sarcófago de granito	2		
Alcuéscar	Los Villares II	IND		Excavada en roca	1		
Alcuéscar	Ermita de San Jorge	IND	•	IND	IND	IND	IND
Alcuéscar	Santa Lucía del Trampal	Visigoda / islámica	•	Fosa simple / Lajas	IND	•	•
Aldea del Cano	El Cruce	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Aldea del Cano	Los Griles	IND		Excavada en roca	IND		
Aldea del Cano	Ermita de Santiago	IND		Excavada en roca	IND		
Aldeanueva de la Vera	San Gil	IND		Excavada en roca / sarcófago	IND		
Aldeanueva de la Vera	El Valle	IND		Sarcófago de granito	1		
Aliseda	El Cementerio	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Aliseda	Los Catañales	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Arroyo de la Luz	Dehesa de la Luz	Tardoantigua	•	Excavada en roca	5		
Arroyo de la Luz		IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Arroyo de la Luz	Los Corrales	IND		Excavada en roca	IND		
Arroyo de la Luz	Pago de las Viñas	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Arroyo de la Luz	Pozo de las Matanzas	Tardoantigua		Excavada en roca / sarcófago	3		

Barrado	Las Capellanías	IND		Excavada en roca	1		
Belvis de Monroy	Dehesa Boyal	Tardoantigua		Excavada en roca	4		
Berrocalejo	Peñaflor	IND		Excavada en roca	IND		
Berzocana		Visigoda		Sarcófago	IND	IND	IND
Berzocana	El Terrero	Islámica		IND	IND	•	•
Bohonal de Ibor	El Matorral	Islámica		IND	1		
Brozas	El Royano	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Brozas	El Vaqueril	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	9		
Brozas	Las Judías	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Brozas	Los Castillejos	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Brozas	Las Puebas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Brozas	Pajar de Holguín	Tardoantigua		Excavada en roca	11		
Brozas	Dehesa de la Luz	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	18		
Brozas	Aldonza	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Brozas	La Travesía	Visigoda		Excavada en roca	5		
Brozas	Baldíos II	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	3/7		
Brozas	Casa de Araya	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	1		
Brozas	Charca de los Patos	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	3		
Cabezabellosa	Romanejo	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
Cabezabellosa	La Degollada	IND	IND	Excavada en roca	3	IND	IND
Cabezabellosa	La Roza del Poste	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
Cáceres	Santa Olla	Tardoantigua / Visigoda	•	IND	IND		
Cáceres	Las Breñas	Tardoantigua		Excavada en roca	IND	IND	IND
Cáceres	La Dehesilla	Tardoantigua		Excavada en roca	1		
Cáceres	Don Vidal de Arriba	Tardoantigua		Excavada en roca	8		

Cáceres	La Ventana del Prado	Visigoda	•	Excavada en roca	3	IND	IND
Cáceres	El Gatillo de Arriba	Visigoda / IND	•	Sarcófago de granito / Lajas	IND	IND	IND
Cáceres	La Hinojosa	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Cáceres	Mayoralguillo de Vargas	Tardoantigua	IND	Excavada en roca	10	IND	IND
Cáceres	Prado de la Pared	IND	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Cáceres	La Puente	IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Cáceres	Santo Toribio	Tardoantigua / Visigoda	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Cáceres	Las Seguras	IND		Excavada en roca	IND		
Cáceres	El Trasquilón	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	7		
Cáceres	Marrada de la Sociedad	Tardoantigua		Excavada en roca	8		
Cáceres	Casa de las Almedias	Tardoantigua		Excavada en roca	6		
Cáceres	Fina El Pradillo	Tardoantigua	IND	IND	IND	IND	IND
Cáceres	Miganjila de Ovando	IND		Excavada en roca	2		
Cachorrilla	Cerrados	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	3	IND	IND
Cadalso	Los Tesoros	Altomedieval	IND	Excavada en roca	15	IND	IND
Campillo de Deleitosa	La Aliseda	Tardoantigua		Lajas	IND	IND	IND
Cañamero	Cerro de las Fuentes	Tardoantigua / Visigoda	IND	Lajas	IND	IND	IND
Cañamero	Atalaya	Altomedieval	•	Lajas	IND	•	•
Cañaveral	Juego de la Pelota	Altomedieval		Lajas	20		
Cañaveral	El Rebozo	IND	IND	IND	IND	IND	IND
Casar de Cáceres	Altagracia	Altomedieval	•	Excavada en roca	IND		
Casar de Cáceres	Virgen del Prado	IND	•	Excavada en roca	3	IND	IND
Casar de Cáceres	Las Corraladas	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	IND		•
Casas del Monte	La Granjuela	Tardoantigua	•	IND	IND	IND	IND
Casas del Monte	Las Covatillas	IND	IND	Excavada en roca	3	IND	IND

Casas del Monte	Los Casarones	Tardoantigua		Excavada en roca	IND	IND	IND
Castañar de Ibor	Casa del Notario	Islámica		Qubba	1		
Ceclavín	El Carrascal	IND	IND	Excavada en roca	IND		
Ceclavín	Las Baratas	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	9		
Ceclavín	Dehesa Boyal II	IND		Excavada en roca	1		
Ceclavín	Zorreras	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	3		
Ceclavín	Moriscas	Visigoda		Excavada en roca	3		
Ceclavín	Cortinal de la Virgen	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	1		
Ceclavín	Laguna del Valle	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	1	IND	IND
Ceclavín	Valle Morán	IND		Excavada en roca	1		
Ceclavín	Valle Morán II	IND		Excavada en roca	1		
Ceclavín	Huertos del Valle	IND		Excavada en roca	2		
Cedillo	El Santo	IND	IND	Excavada en roca	2	IND	IND
Cedillo	Pila de los ladrones	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
Cedillo	Valongo	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
Cedillo	La Cortesina	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Cilleros	Navelonga	IND	•	Excavada en roca	7		
Cilleros	Malpartida	IND		Excavada en roca	1	IND	IND
Cilleros	Era Clara	Visigoda / IND		Excavada en roca	2		
Cilleros	Colmenar	Tardoantigua		Excavada en roca	1		
Cilleros	Campillo	IND		Excavada en roca	2		
Cilleros	Pajarino	IND		Excavada en roca	4		
Cilleros	Los Rollinos	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	Becerril	IND		Excavada en roca	2		

Cilleros	El Prado	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	Aceñas	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	El Riscal	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	Dehesa Vieja	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	Lancha de Cristal II	IND		Excavada en roca	1		
Cilleros	Los Pilones	IND		Excavada en roca	1		
Conquista de la Sierra	Nstra. Sra. de Portera	Visigoda	•	Sarcófago de granito / Fosa	IND		
El Torno	Mojigato	Visigoda		Excavada en roca	1		
El Torno	La Buitrera II	Visigoda		Sarcófago de granito	1		
Eljas		IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Eljas	Hoya Honda	IND		Excavada en roca	1		
Eljas	Las Pelumes	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Eljas	Peñas Blancas	IND		Excavada en roca	1		
Eljas	Tabares	IND	IND	Excavada en roca	4	IND	IND
Galisteo	La Jarilla	Visigoda		IND	1	IND	•
Garciaz	Miguel Pérez	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Gargantilla	La Torre-cilla II	Tardoantigua / Visigoda		IND	IND	IND	•
Garrovillas de Alconé-tar	Santa Catalina	IND	IND	Excavada en roca	1		
Garrovillas de Alconé-tar	Alconé-tar	Visigoda	•	IND	IND	IND	IND
Garrovillas de Alconé-tar	Parador de la Magdalena	Visigoda	•	Fosa / Lajas	19	•	•
Garrovillas de Alconé-tar	Las Trece-rías	Visigoda		Lajas	18	•	•
Garrovillas de Alconé-tar	Castillo de Alconé-tar	Islámica	IND	IND	IND	IND	IND

Garrovillas de Alconétar	La Dehesilla	IND	IND	Excavada en roca	3	IND	IND
Garrovillas de Alconétar	Vado de Alconétar	Visigoda	IND	Lajas / Excavada en roca	IND	IND	IND
Garrovillas de Alconétar	Palomera	IND		Excavada en roca	1		
Herrera de Alcántara	Corral de la Becerra	IND	IND	Excavada en roca	2	IND	IND
Herrera de Alcántara	El Cutillo	IND	IND	Excavada en roca	2	IND	IND
Herrera de Alcántara	Dolmen del Sesmo	IND		Excavada en roca	1	IND	IND
Herreruela	La Encinilla	IND	IND	Excavada en roca	2	IND	IND
Herreruela	La Horna	IND	IND	Excavada en roca	3	IND	IND
Hinojal	Campo Santo de los Moros	Tardoantigua / IND	•	Excavada en roca	5		
Holguera	Juego de la Pelota	Altomedieval		Lajas	20		
Ibahernando	Magasquilla de los Doñaire	Visigoda	•	Excavada en roca / Cista	IND	•	•
Jarandilla de la Vera	La Berrocosa	IND		Excavada en roca	1		
Jarandilla de la Vera	Las Navas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Jarandilla de la Vera	La Grulla	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Jarandilla de la Vera	Valfrío	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Madroñera	Los Morenos	Visigoda		Lajas	1		•
Malpartida de Cáceres	El Aguijón	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Malpartida de Cáceres	El Corchao	Tardoantigua / Visigoda	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Malpartida de Cáceres	Las Breñas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Malpartida de Cáceres	San Isidro	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Malpartida de Cáceres	Las Trescientas	Tardoantigua / Visigoda / IND		Excavada en roca	26		

Malpartida de Plasencia	Prado del Camocho	IND		Excavada en roca	1		
Malpartida de Plasencia	Castillejo	IND		Excavada en roca	3		
Malpartida de Plasencia	Los Perugellos 4	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	1		
Mata de Alcántara	Huerta de las Aldeas	IND	IND	Excavada en roca	30	IND	IND
Mata de Alcántara	San Lorenzo	IND	•	Excavada en la roca	16		
Mata de Alcántara	Charco de la Nave	IND		Excavada en la roca	5		
Membrío		IND		Excavada en roca	IND	IND	IND
Membrío	Pilas de la Señorita	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Membrío	El Parral	IND	IND	Excavada en roca	3	IND	IND
Miajadas	Los Canchales	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Monroy	Santa Ana Cabril I	Tardoantigua / Visigoda	•	Excavada en roca / Cista	IND	•	•
Monroy	Santa Ana	IND	•	Excavada en roca / Lajas	3	IND	IND
Montánchez	La Recuera	Tardoantigua		Excavada en roca	2		
Montánchez	El Palomar	Tardoantigua		Excavada en roca	IND	IND	IND
Navas del Madroño	El Barrial	IND		Excavada en roca	IND		
Navas del Madroño	El Vaqueril	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Peraleda de la Mata	Las Santanillas	Tardoantigua / Visigoda		Cista	6		
Peraleda de la Mata	Castillo Gualija	IND		Excavada en roca	IND		
Peraleda de San Román		Altomedieval	•	Excavada en roca / Sarcófago	IND		
Perales del Puerto	Fuente Fría	Altomedieval	•	Excavada en roca / Sarcófago	5		

Pescueza	Huerto del Cristo	IND		Excavada en roca	2		
Pescueza	Fuente de la Alegría	IND		Excavada en roca	1		
Pescueza	Huerto Nuevo	IND		Excavada en roca	3		
Pescueza	La Encinita	IND		Excavada en roca	2		
Pescueza	Hoyo del Gorrión	IND		Excavada en roca	3		
Plasencia	San Pedro	IND	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Plasencia	El Berrocal	Judía		Excavada en roca	IND		
Plasencia	La Data	IND		Excavada en roca	IND		
Plasencia	Castillo de Mienaza	Visigoda / Islámica		Excavada en roca	IND	IND	IND
Plasencia	San Martín	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Portezuelo	Hornitos	Tardoantigua		Excavada en roca	7		
Portezuelo	Valdíos de Portezuelo	Tardoantigua	•	Lajas / Sarcófago	20	•	•
Portezuelo	Santa Ana	Tardoantigua / Visigoda	•	IND	IND	IND	IND
Puerto de Santa Cruz	Pico de San Gregorio	Islámica	IND	IND	IND	IND	IND
Robledillo de Trujillo	La Girona	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Robledillo de Trujillo	Alijar del Canchal	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Salorino	Benfayan	Islámica					
Salorino	Huerto Peinado	IND		Excavada en roca	2		
San Martín de Trevejo	Arroyo Toiro	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
San Martín de Trevejo	Monte El Medio	IND		Excavada en roca	2		
San Martín de Trevejo	El Prado de la Sepultura	IND	IND	Excavada en roca	1	IND	IND
Santibáñez el Alto	Pantano del Borbollón	Tardoantigua	IND	IND	IND	IND	•
Segura de Toro		IND	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Segura de Toro	Los Cabe-zuelos	Tardoantigua / Altomedieval					

Sierra de Fuentes	Arroyo del Verdinal	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Talaván	La Ermita	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Talaván	Las Carniceras 3	Tardoantigua		Excavada en roca	4		
Torrecilla de la Tiesa	Caserones del Tozo	Tardoantigua / Altomedieval		Lajas	5		
Torrecilla de la Tiesa	Cerro de la Peña	Visigoda / Altomedieval		Excavada en roca	1		
Torrecilla de la Tiesa	Casarones del Tozo	Visigoda / Altomedieval		Excavada en roca	1		
Torrejoncillo	San Pedro	Tardoantigua / Altomedieval	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Torrejoncillo	Las Viñas del Cura	Tardoantigua / Altomedieval		Cista / Lajas	6	•	
Torremocha	Nstra. Sra. Del Salor	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Torreorgaz	Pozo Nuevo	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Torrequemada	Dehesa del Gallo	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Torrequemada	La Zafra	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Trujillo	Villeta de Azuquén	Islámica		IND	IND	IND	IND
Trujillo	Herruz de Abajo	Tardoantigua		Excavada en roca	IND		
Trujillo	Palacio de Casillas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Trujillo	Cerro del Castrejón	Tardoantigua		Excavada en roca	4		
Trujillo	El Esprimijo	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	14		•
Trujillo	Cercones	Altomedieval		Excavada en roca	4		
Trujillo	Dehesa de Torreaguarda	Altomedieval		Excavada en roca	1		
Trujillo	Matilla la Vieja	Tardoantigua		Excavada en roca	1		
Trujillo		Islámica	IND	IND	IND	IND	IND
Trujillo	Palacio del Carneril	Tardoantigua		Excavada en roca	2		

Trujillo	Asperillas II	Tardoantigua		Excavada en roca	3		
Trujillo	La Mora	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	7		
Trujillo	La Mora II	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	2		
Trujillo	Aguas Viejas	Tardoantigua / Altomedieval		Excavada en roca	1		
Trujillo	Doña Juana	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	1		
Trujillo	Carneril	Altomedieval		Sarcófago	1		
Valdefuentes	La Zafrilla	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Valencia de Alcántara	San Benito	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	10		
Valencia de Alcántara	Malpaso	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	9		
Valencia de Alcántara	Valle de Higuera	Tardoantigua		Excavada en roca	1		
Valencia de Alcántara	La Botica	Altomedieval		Excavada en roca / Sarcófago	6		
Valverde de la Vera	Las Garteruelas	Altomedieval		Excavada en roca	2	•	
Valverde del Fresno	Valdelaventa	Tardoantigua / Altomedieval		Lajas / Excavada en roca	IND	IND	IND
Valverde del Fresno	Los Valles de San Martín II	Altomedieval		Excavada en roca	IND	IND	IND
Valverde del Fresno	La Atalaya	Altomedieval		Excavada en roca	1	IND	IND
Valverde del Fresno	Los Valles de San Martín I	Altomedieval		Excavada en roca	1	IND	IND
Valverde del Fresno	Los Valles de San Martín III	Altomedieval		Excavada en roca	2	IND	IND
Valverde del Fresno	El Palancar	Altomedieval		Excavada en roca / Lajas	IND	IND	IND
Valverde del Fresno	La Cañada	Altomedieval		Excavada en roca	5	IND	IND
Valverde del Fresno	Las Zorras	Altomedieval		Excavada en roca	3		
Valverde del Fresno	Valdehondo	Altomedieval		Excavada en roca	IND	IND	IND

Valverde del Fresno		IND		Excavada en roca	1	IND	IND
Villa del Rey	Dehesa de Luis Alonso	Tardoantigua / Visigoda	IND	Excavada en roca	7	IND	IND
Villa del Rey	Ponce 2	Tardoantigua / Visigoda		Excavada en roca	3	IND	IND
Villamiel	Iglesia de San Juan	IND	•	Excavada en roca	IND	IND	IND
Villamiel	Castillo de Trevejo	Altomedieval	•	Excavada en roca	7		
Villanueva de la Vera	Las Solanas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Villar del Pedroso	San Blas	IND	IND	Excavada en roca	IND	IND	IND
Zarza de Granadilla	Vegas Bajas	Tardoantigua / Visigoda		Lajas / Cista	9	•	•
Zarza de Granadilla	Vegas Cimeras	Tardoantigua / Visigoda		Fosa simple / Cista	IND		•
Zarza de Granadilla	Cuesta de la Granada	Tardoantigua / Visigoda		Lajas	45	•	•

Reutilização versus destruição: análise da difícil relação das sociedades com o património pré-existente a partir do caso da Anta da Meada 2 (Monforte)

Leonor Rocha^{a, @} e Paula Morgado^b

^a Docente Universidade de Évora/ Departamento de História

^b Arqueóloga. Câmara Municipal de Monforte. Investigadora do CHAIA/ Universidade de Évora

@ Contacto: lrocha@uevora.pt

Resumo

A anta da Meada 2 localiza-se na freguesia de Santo Aleixo, concelho de Monforte, sobre um pequeno esporão, na margem direita da ribeira Velha, numa área que atualmente se apresenta com escassa vegetação arbórea, pelo que possui excelente visibilidade sobre a envolvente. De uma forma geral, em termos arqueológicos, o concelho de Monforte possui dois tipos de ocupação predominantes, as da Pré-história Recente e as do Período Romano. Os trabalhos realizados recentemente na Anta da Meada 2 vieram, mais uma vez, confirmar que a convivência das populações com os vestígios do passado, nem sempre foi de respeitar memórias e legados. A partir deste estudo de caso pretendemos abordar a questão da Conservação/ Reutilização/ Destruição de sítios e monumentos ao longo dos tempos.

Palavras-chave

Pré-história Recente | Período Romano | Megalitismo | Património | Conservação

Resumen

El dolmen Meada 2 está situado en la parroquia de Santo Aleixo, municipio de Monforte, en un pequeño espolón, en el margen derecho de la Ribeira Vieja, en una zona que actualmente presenta escasa vegetación arbórea, por lo que tiene una excelente visibilidad sobre el entorno. En general, en términos arqueológicos, el municipio de Monforte tiene dos tipos de ocupación predominantes, las de la Prehistoria Reciente y las de Época Romana. Los trabajos realizados recientemente en Anta da Meada 2 han confirmado, una vez más, que la convivencia de las poblaciones con los vestigios del pasado no siempre ha sido de respeto a la memoria y los legados. A partir de este estudio de caso pretendemos abordar el tema de la Conservación/Reutilización/Destrucción de sitios y monumentos a lo largo del tiempo.

Palabras clave

Prehistoria Reciente | periodo romano | megalitismo | Patrimonio | Conservación

1. Introdução

Os trabalhos arqueológicos realizados na anta da Meada 2 foram executados no âmbito do projeto de investigação “Megalitismo Funerário Alentejano III – MFA III” e tiveram apoio financeiro e logístico da autarquia de Monforte.

O monumento implanta-se numa vertente pouco acentuada a escassas dezenas de metros da Ribeira Velha, que se localiza a Este. A área envolvente apresenta-se pontuada por algumas azinheiras e afloramentos dispersos, mas é maioritariamente aberta, com boa visibilidade de e para o sítio. O relevo é suavemente ondulado. A Ribeira Velha possui, atualmente, apenas um caudal sazonal.

Geologicamente a área insere-se numa zona de rochas granitoides, com o substrato a aparecer, muito compacto, em alguns locais. No entanto, no sítio onde se encontra implantada a anta da Meada 2, sobretudo na área do corredor, apresenta-se muito friável, o que facilitou a escavação das fossas para implantação dos esteios.

2. História da investigação

A compilação do conjunto de informações existente no Portal do Arqueólogo sobre a história de investigação recente deste monumento, deixa-nos muitas dúvidas devido à omissão/lacunas nos dados existentes. Efetivamente, existe informação de cinco trabalhos arqueológicos:

2.1 Prospeção. 1995.

Projeto: *As Comunidades Pré-históricas dos 4^o e 3^o milénios na região de Monforte*. Corresponsáveis: Carla Alexandra Nazaré do Carmo Lopes e Rui Jorge Narciso Boaventura.

Objetivos e Resultados: no âmbito deste trabalho, que tinha por objetivo o levantamento arqueológico do concelho de Monforte, foi confirmada a localização e realizada a descrição do estado de conservação do monumento que, á data, possuía “câmara com 4 esteios *in situ*, um deles completo, não apresentando qualquer tampa. Também não foram avistados vestígios de corredor e o tumulus é residual”. Não obstante o estado evidente de destruição deste monumento, em que toda a metade Sul da câmara estava destruída, não existindo quaisquer vestígios do corredor, o monumento foi proposto para classificação como Imóvel de Interesse Público.

2.2 Valorização. 2000 (1/8/2000 a 10/8/2000).

Projeto: *As Comunidades Pré-históricas dos 4^o e 3^o milénios na região de Monforte*. Corresponsáveis: Carla Alexandra Nazaré do Carmo Lopes e Rui Jorge Narciso Boaventura.

Objetivos e Resultados: no âmbito deste trabalho, que tinha por objetivo proteger e valorizar o monumento através da colocação de marcos de proteção a 15m de distância do seu centro, informa-se que foram recuperados à superfície, aparentemente na área da mamoa “fragmentos de placas de xisto, contas de colar e instrumentos de pedra polida”. Apesar das signatárias já terem solicitado informações à DRC Alentejo e DGPC sobre o paradeiro deste espólio, até ao presente continua por localizar.

2.3 Valorização. 2000.

Projeto: *As Comunidades Pré-históricas dos 4^o e 3^o milénios na região de Monforte*. Responsável: Carla Alexandra Nazaré do Carmo Lopes.

Objetivos e Resultados: a informação é dúbia e, aparentemente, esta segunda entrada do ano 2000 é um lapso dos serviços, pois repete, em termos gerais, a informação anterior.

2.4 Valorização. 2001.

Projeto: *As Comunidades Pré-históricas dos 4^o e 3^o milénios na região de Monforte*. Responsável: Rui Jorge Narciso Boaventura.

Objetivos e Resultados: os trabalhos realizados, de valorização, tinham apenas por objetivo recolocar e pintar os marcos de proteção em torno do monumento.

2.5 Prospeção. 2001.

Projeto: *As Comunidades Pré-históricas dos 4^o e 3^o milénios na região de Monforte*. Responsável: Rui Jorge Narciso Boaventura.

Objetivos e Resultados: os trabalhos tinham por objetivo realizar novas prospeções no concelho de Monforte. Sobre este monumento, são aduzidas novas informações, nomeadamente sobre o seu aspeto “actualmente serve de morouço de despedrega, tendo no interior da câmara um peso de lagar. (.../...). Na área do tumulus, a Norte-Noroeste, foram recolhidos vários materiais: machado, enxó, fragmentos de placas de xisto, conta de colar bicónica em anfibolito, lasca e percutor, o que prenuncia a sua violação”. Ou esta informação está mal inserida, repetindo a dos trabalhos do ano 2000 ou então, temos a recolha de mais espólio em torno deste monumento. Mais uma vez, foi solicitado informações à DRC Alentejo e DGPC sobre o paradeiro deste espólio que até ao presente continua por localizar.

2.6 Trabalhos de “limpeza” realizados em 2014.

Projeto: Desconhecido.

Responsável: Rui Jorge Narciso Boaventura.

Esta ação de “limpeza” foi realizada com recurso a uma máquina retroescavadora, no ano de 2014, com pedido de autorização - PATA que [ainda] não consta do Portal do Arqueólogo.

Figura 1. Processo de “limpeza” mecânica realizado na anta da Meada 2 em 2014 (© Arquivo da C. M. de Monforte)



Infelizmente, pelas informações que obtivemos dos técnicos da autarquia, que estiverem presentes a

acompanhar e documentar a realização destes trabalhos, o acompanhamento arqueológico limitou-se a uma mera observação do trabalho da máquina, que ocorreu em período chuvoso, e provocou danos irreversíveis no monumento tanto a nível da estratigrafia, como do próprio corredor, uma vez que é possível que a base dos esteios do corredor tivessem sido arrastados pela máquina.

Os trabalhos agora realizados permitiram verificar, desde a limpeza superficial da vegetação [0] na área do monumento, inúmero espólio de cronologia pré-histórica, muito fraturado, o que nos levou a fazer uma verificação das terras e pedras removidas pela máquina, que se encontram localizadas a cerca de 30m a Este. Aqui é ainda possível observar fragmentos de cerâmicas manuais e alguns líticos partidos (lascas de quartzo e quartzito). Como é perceptível através da comparação das figuras 1, o monumento apresenta-se com um aspeto completamente diferente, uma vez que deixou de ter o referido “marouço de despedrega” que incluía o fragmento de mó romana, mas, desapareceu também, qualquer vestígio da mamoa e corredor.

3. A Anta da Meada 2: Arquitetura e Estratigrafia

3.1 Arquitetura

A Anta da Meada 2 apresentava assim um elevado grau de destruição/afetação, em termos de arquitetura, com toda a metade Sul (câmara e corredor) destruída. Seria inicialmente um monumento de grande dimensão, com câmara de sete esteios e corredor curto a médio, com provavelmente três esteios de cada lado. Conserva quatro esteios na câmara, o de cabeceira e os três do lado Norte, três deles truncados, com marcas de corte por cunhas de madeira. Na provável área do corredor, existiam à superfície blocos de maiores dimensões e um esteio, fragmentado, *in situ*, do lado Sul. Os vestígios do *tumulus* eram residuais e existiam sobretudo no lado Oeste e Norte da câmara, junto aos esteios.

A escavação realizada na metade Sul permitiu perceber que os ortóstatos da câmara foram colocados numa vala contínua, subcircular, escavada na rocha de base que se apresenta mais alterada e fácil de partir. Os esteios deveriam ser encaixados na vala e depois colmatados os espaços com pedras de dimensão pequena a média, dos quais se encontraram algumas evidências. Nesta área não nos foi possível confirmar se existiu algum nivelamento do piso, devido às perturbações registadas.

Câmara (medidas):

- 4º esteio da câmara (cabeceira): 1,38m largura / 1,50m altura conservada (amputado) / 0,55m espessura máxima
- 5º esteio da câmara (lado Norte): 1,60m largura/ 0,75m altura conservada (amputado)/ 0,42m espessura máxima
- 6º esteio da câmara (lado Norte): 1,45m largura/ 0,87m altura conservada (amputado)/ 0,70m espessura máxima
- 7º esteio da câmara (lado Norte): 1,10m largura/ 2,70m altura/ 0,55m espessura máxima

Diâmetro: 2,80m E/W; N/S: 3m (estimativa)

Tampa/esteio caído no interior da câmara: 0,30m espessura máxima / 1,20m largura visível/ 0,67m comprimento visível

Corredor (medidas):

- 1º esteio do corredor lado sul *in situ*, mas muito inclinado (entrada do corredor - possivelmente de grauvaque): 0,60m altura/ 0,60m largura/ 0,30m espessura

Figura 2. Pormenor da rocha de base na área da câmara



Comprimento: 2,30m (estimativa)

3.2 Estratigrafia

De modo a caracterizar o monumento e atendendo a que não subsistia, à superfície, quaisquer vestígios do corredor e da mamoa no lado Sul e Este, optou-se por definir uma quadrícula geral que abrangesse a área da câmara e do eventual corredor.

Em termos metodológicos seguiu-se, sempre que possível, os pressupostos metodológicos propostos por Barker (BARKER, 1989) e Harris (HARRIS, 1991), com registo gráfico e fotográfico de todas as unidades identificadas, bem como o registo de artefactos de acordo com as unidades estratigráficas que os continham. Os sedimentos removidos foram integralmente crivados.

Após a limpeza da vegetação iniciou-se a escavação da camada superficial [0] que se apresentava bastante solta, com abundantes raízes e muitos fragmentos de materiais arqueológicos. A remoção desta unidade permitiu, desde logo, perceber que a intervenção que havia sido realizada em 2014, de “limpeza” das terras e pedras existentes sobre o monumento (cf. Fig. 1) foi muito intrusiva tendo destruído os níveis arqueológicos da área do *tumulus* e corredor, ficando à vista apenas as pedras de base dos alvéolos e/ou afloramento. Atendendo à altimetria e ao facto de, na área a Este encontrarmos à superfície a rocha de base, ficou desde cedo evidente que não seria expectável encontrar-se o corredor preservado.

Do *tumulus* [1], apenas se conservam restos no topo Oeste e Norte, no exterior dos esteios da câmara conservados; no lado Sul da câmara, foram identificadas muitas pedras de dimensão pequena/média [2] que devem corresponder a restos de alvéolos e, eventualmente, com algumas pedras do *tumulus* misturadas. No entanto, a acumulação caótica deste conjunto de pedras, provocado pela ação da máquina, não nos permitiu individualizar estes contextos. Nesta área encontraram-se também alguns restos osteológicos, inseridos nas irregularidades da rocha de base, muito esmagados e descontextualizados; no lado Este do monumento definiu-se, como referimos, a rocha de base [3] que se encontra à cota do terreno atual (Fig. 3).

Figura 3. Pormenor da rocha de base na área da entrada do corredor e *tumulus*.



No interior da câmara, os danos causados pelos vários episódios de destruição que este monumento sofreu ao longo dos tempos, conduziu à existência de depósitos completamente revolvidos e misturados, patentes em todas as unidades estratigráficas, do topo até ao nível geológico, com a mistura de materiais pré-históricos com os de cronologia romana. À exceção das contas de colar e de algumas pontas de seta, de menor dimensão, recolhidas nas irregularidades do afloramento, o restante espólio apresentava-se muito fragmentado (Fig. 4). Todas as unidades identificadas nesta área apresentavam terras muitas soltas, misturadas com “estilhaços de esteios” (Fig. 5) e raízes.

Figura 4. Pormenor do nível de fragmentação das placas de xisto



Figura 5. Pormenor dos “estilhaços” de esteios recolhidos na área da câmara e corredor



A remoção dos blocos de granito de maior dimensão que se encontravam ainda na área da câmara e na área de passagem para o corredor (que correspondem a fragmentos de esteios e/ou tampas) foi realizada por meios mecânicos, de forma controlada. Nesta fase, foi também necessário proceder-se à colocação de vigas

metálicas para se assegurar a estabilidade dos esteios, trabalho que foi realizado com o apoio de elementos da Proteção Civil de Monforte e funcionários da autarquia (Figs. 6 a 12).

Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Como se referiu anteriormente e ao contrário do que se esperava, os contextos que se encontravam na câmara, por baixo destes grandes blocos, mantiveram a mesma realidade, persistindo até à rocha de base o “caos” de pedras, por vezes com espaços abertos entre si (sem sedimentos), o que evidencia que estes revolvimentos não eram muito antigos, dado não existir a colmatação dos espaços inerente às águas da chuva. Por toda a área existem também abundantes raízes das duas árvores (azinheiras) que se encontram posicionadas a Norte e a Sul, que comprometeram os trabalhos e a estratigrafia.

Em termos gerais, o espólio identificado encontrava-se disperso por toda a área, existindo talvez maior quantidade na câmara, [11], na área do esteio de cabeceira – a confirmar com a contabilização do espólio que se encontra em curso.

Relativamente ao corredor, não nos foi possível registar, com clareza, o seu comprimento e número de esteios, parecendo, no entanto, que se tratava de um corredor tendencialmente médio, dada a evidência de existirem três esteios do lado Sul. O lado Norte não foi intervencionado devido à existência de uma azinheira, que não podia ser removida, mas os cortes evidenciam que esta área também se encontra muito perturbada (Fig. 13).

O esteio 1 do lado Sul (Fig. 14), único que apesar de fragmentado ainda se encontrava com a base *in situ*, tinha a fossa [19] também escavada na rocha (identificada no lado interno do corredor), preenchida com terras castanhas, muito soltas e com algumas raízes.

As unidades [17] e [15] correspondem às fossas de implantação dos esteios 2 e 3, lado Sul (Fig. 15), respetivamente, preenchidas com terras castanhas, muito soltas, com raízes, e muitos fragmentos de granito rosa de diferentes dimensões (alguns muito pequenos) e outras rochas, miúdas. Junto ao afloramento a terra apresentava-se menos solta, mas mais pulverulenta. Dentro destas fossas aparentemente também em continuidade, como na câmara, foram encontrados, misturados, materiais de cronologia romana e neocalcolíticos (cerâmica de roda alaranjada, fragmentos de ferro muito corroídos, cerâmica manual, contas de colar, fragmento de placa de xisto).

Por fim, na extremidade SE do Quadrado D 9, no lado exterior do corredor, foram identificados ténues restos de uma camada de barro [13], muito compacta, que se depositava diretamente sobre o geológico. Parece tratar-se de uma regularização da rocha de base que, como se verificou no interior da câmara e corredor, se apresenta muito irregular e pouco estável – solta-se com facilidade.

Figura 13. Pormenor do corte, no lado Norte, área do corredor.



3.2.1 Unidades Estratigráficas

[0] – Camada de terra superficial, humosa, com abundantes raízes de diferentes volumetrias, pedras soltas de diferentes dimensões e materiais arqueológicos. Define-se em toda a área.

[1] – **Tumulus.** Camada subjacente à [0] que se definiu no exterior da câmara, nos lados Oeste, Norte e canto Sudoeste. Apresenta terras castanhas amareladas, muito compactas, com pedras de diferentes dimensões.

[2] – Camada de terras soltas, de tonalidade castanha clara, solta, com pedras miúdas/médias, subjacente à [0], no lado Sul. Continha restos osteológicos descontextualizados. Localiza-se na área que deveria corresponder ao exterior do 1º e 2º esteios da câmara e, 1º, 2º e 3º esteio corredor, lado Sul.

[3] – **Corredor.** Camada que corresponde ao afloramento e que, no lado Oeste, se encontra à cota da superfície atual. Subjacente à [0].

[4] – **Corredor.** Camada de terras castanhas/amareladas que se definem na área que deve corresponder ao interior do corredor. É uma unidade que resulta claramente de revolvimentos/ destruições. Apresenta um caos de pedras, com diferentes orientações (algumas na vertical) e mistura de espólios pré-históricos com romanos e contemporâneos. Tem como limite Sul a [3] e a Norte, o limite da escavação.

[5] – **Câmara.** Conjunto de pedras de pequena/média dimensão que se encontram depositadas sob o esteio caído na área da câmara, subjacente à [0]. O seu estado caótico, com muitas pedras em cutelo, demonstra corresponder a um dos momentos de violação/ destruição ocorrido neste monumento. Descontextualizada.

[6] – **Câmara.** Conjunto de pedras de média dimensão que se encontram depositadas na área da provável entrada da câmara. Apresenta evidências de ter sido recentemente movimentada pelo que devem corresponder a derrubes/ restos das movimentações realizadas com a máquina, em 2014. Descontextualizada.

[7] – **Câmara.** Conjunto de pedras de pequena/média dimensão que se encontram depositadas na área correspondente ao 3º esteio da câmara. Podem corresponder ao alvéolo destruído.

[8] – **Câmara.** Conjunto de pedras de pequena/média dimensão que se encontram depositadas na área correspondente ao 5º esteio da câmara. Podem corresponder ao alvéolo. Não escavada para não colocar em

Figura 14. Vista do 1º Esteio do corredor, lado Sul.



causa a estabilidade do monumento.

[9] – **Câmara.** Conjunto de pedras de diferente dimensão que se encontram misturadas com terras acastanhadas, depositadas junto ao 4º esteio da câmara (cabeceira). Não escavada para não colocar em causa a estabilidade do monumento.

[10] – **Câmara.** Conjunto de pedras de diferentes dimensões, revolidas, com muitos espaços abertos (buracos) entre si. Encosta à [9] e ao esteio caído no interior da câmara. Subjacente à [5]. Descontextualizada.

[11] – **Câmara.** Terras de tonalidade acastanhada, muito solta, com raízes e fragmentos de granito rosa que se encontrava subjacente ao esteio tombado no interior da câmara, do lado Sul. Algum espólio, misturado, de cronologia romana e neocalcolítico. Subjacente à [10]. Descontextualizada.

[12] – **Corredor.** Conjunto de pedras de diferentes dimensões, revolidas, algumas em cutelo, com espaços (buracos) entre si – incluindo estilhaços de granito rosa idênticos aos esteios da câmara que se encontram fragmentados - que se depositam na área do provável corredor. Apresenta terras castanhas com algum espólio misturado de cronologia romana e neocalcolítico. Descontextualizada.

[13] – **Túmulus.** Camada de barro, compacto, que se deposita diretamente sobre o afloramento, identificada apenas na extremidade SE do Quadrado D 9, no lado exterior do corredor. Parece tratar-se de uma regularização da base do afloramento que, como se verificou no interior da câmara e corredor, se apresenta muito irregular e pouco estável – solta-se com facilidade.

[14] – **Câmara.** Alvéolo de implantação do Esteio 7 da câmara, lado Norte (único que não sofreu qualquer tipo de amputação). Foi identificada apenas superficialmente uma vez esta área não foi intervencionada, para não colocar em causa a estabilidade do lado Norte da câmara.

[15] – **Corredor.** Alvéolo de implantação do Esteio 3 do corredor, lado Sul, escavado no afloramento. A fossa estava preenchida com terras castanhas, muito soltas, com raízes, e muitos fragmentos de granito rosa de diferentes dimensões (alguns muito pequenos) e outras rochas, miúdas. Junto ao afloramento a terra apresentava-se menos solta, mas mais pulverulenta. Do topo até à base foram encontrados, misturados, materiais de cronologia romana e neocalcolíticos (cerâmica de roda alaranjada, fragmentos de ferro muito

Figura 15. Pormenor das fossas de implantação do 2^a e 3^o esteio do corredor, lado Sul.



corroídos, cerâmica manual, contas de colar, fragmento de placa de xisto).

[16] – **Câmara.** Alvéolo de implantação dos Esteios 1 e 2 da câmara, lado Sul, escavado no afloramento. A fossa, alongada, estava preenchida com terras castanhas, muito soltas, com algumas raízes, e muitos fragmentos de granito rosa de diferentes dimensões (alguns muito pequenos) e outras rochas, pequenas. Junto ao afloramento, a terra apresentava-se menos solta, mas mais pulverulenta. Do topo até à base foram encontrados, misturados, materiais de cronologia romana e neocalcolíticos (cerâmica de roda alaranjada, contas de colar, fragmento de placa de xisto).

[17] – **Corredor.** Alvéolo de implantação do Esteio 2 do corredor, lado Sul, escavado no afloramento. A fossa estava preenchida com terras castanhas, muito soltas, com raízes, e muitos fragmentos de granito rosa de diferentes dimensões (alguns muito pequenos). Junto ao afloramento a terra apresentava-se menos solta, mas mais pulverulenta. Do topo até à base foram encontrados, misturados, materiais de cronologia romana e neocalcolíticos (cerâmica de roda alaranjada e cerâmica manual).

[18] – **Câmara.** Alvéolo de implantação do Esteio 6 da câmara, lado Norte, amputado. Foi identificado apenas em termos superficiais uma vez que se encontra em área não intervencionada para não colocar em causa a estabilidade do lado Norte da câmara.

[19] – **Corredor.** Alvéolo de implantação do Esteio 1 do corredor, lado Sul, escavado no afloramento. Possui ainda o esteio *in situ*, apesar de inclinado para Sul. A fossa, escavada apenas no interior do corredor, estava preenchida com terras castanhas, muito soltas e com algumas raízes. Junto ao afloramento a terra apresentava-se menos solta, mas mais pulverulenta.

Figura 16. Pormenor da camada de barro [13] identificada no tumulus, lado Este.



4. Espólios

O espólio recolhido no decurso desta escavação aponta para duas cronologias, uma de utilização funerária do monumento (Neolítico final/Calcolítico) e outra de reutilização/violação (período romano), sendo constituído por:

- Cerâmicas manuais: Taças e esféricos; fragmentos de bojo
- Pedra Lascada: Fragmentos de lâmina/lamelas; Pontas de seta
- Adorno: Contas de colar
- Sagrado: Fragmentos de Placas de Xisto
- Material de construção romano
- Cerâmica de roda: bordos; fundos e fragmentos de bojo
- Metais: formas indeterminadas devido à corrosão

No que concerne aos materiais pré-históricos, que se encontram ainda em fase de tratamento laboratorial, salienta-se a ausência de pedra polida (em contexto de escavação) e a possibilidade de termos algumas reconstituições de formas cerâmicas, uma vez que temos duas taças com uma conservação de cerca de 2/3, que se encontravam no meio dos revolvimentos e a outra diretamente sobre o afloramento (Fig. 17 e 18), ambas na área de transição câmara/corredor.

Figura 17. Pormenor de taça, nos revolvimentos.



Figura 18. Pormenor de taça, sobre o afloramento.



Figura 19. Ponta de seta identificada entre conjunto de pedras soltas.



Figura 20. Fragmento de lâmina.



Em relação à pedra lascada, as pontas de seta recolhidas têm presentes os três tipos de bases principais (reta, convexa e concava), em rochas siliciosas (Fig. 19), quartzo e quartzohialino. Regista-se também a

presença de um fragmento (distal) de alabarda. Dentro das lâminas/lamelas que, como referimos, é um grupo que se apresenta muito fraturado, existem em rocha silicosa (Fig. 20) – estas com evidências de fogo intenso, e em quartzo. Também as lascas e os restos de talhe são maioritariamente de quartzo.

Figura 21. conta de colar em xisto.



Figura 22. Fragmento de peso de lagar e de mó, em granito.



No conjunto dos objetos de adorno temos as contas de colar bem representadas, com contas sobretudo em xisto, algumas delas de muito pequena dimensão (Fig. 4 e 21).

Figura 23. Fragmento de Placa de Xisto identificado junto a blocos de granito de grande dimensão.



As placas de xisto encontram-se muito fragmentadas (Fig. 4 e 23) pelo que não devem possibilitar colagens e reconstituições. Aparentemente têm apenas gravações unifacial com motivos exclusivamente geométricos.

Os materiais de cronologia romana podem pertencer a dois tipos de utilizações, de carácter doméstico ou funerário (apenas o tratamento final do espólio cerâmico recolhido permitirá, eventualmente, esclarecer esta hipótese) e, outra, sem dúvida, o de pedra pois foram encontrados elementos de lagar que resultaram da reutilização de esteios/tampas, como fonte de matéria prima (Fig. ?? e ??)

5. Reutilizações versus Destruições

O interesse pelo megalitismo cativou, de forma positiva ou negativa, as múltiplas gerações que habitaram esses territórios, ao longo dos tempos (Rocha, 2016). Quando analisamos os seus espólios conseguimos, muitas vezes, perceber esses momentos e os episódios de reutilização ou destruição que sofreram. A história artefactual deste monumento reflete estas situações. Após a sua construção e fase inicial de utilização, entre o 4º e o 3º milénio, num período em que a homenagem aos mortos se consubstanciava num culto aos mortos que se traduzia em grandes construções, onde os pudessem glorificar e imortalizar, o quadro mental, social e religioso foi-se alterando, passando o mundo funerário a ser mais invisível, com a construção de sepulturas individuais ou então a reutilização de monumentos desta fase áurea. Esta nova ideologia perante a morte implicou, nalguns casos, algumas reestruturações das anteriores arquiteturas que, em geral, não provocaram danos significativos, por se traduzirem na criação de nichos ou de sepulturas internas (Idem, Ibidem).

Aparentemente a grande alteração surge no período romano devido à completa transformação da sociedade em termos culturais, sociais e económicos. Nesta fase, uma parte substancial dos monumentos megalíticos são danificados ou destruídos, quer por uma questão de ideologia, quer por questões de obtenção

de matéria prima, como parece ser o caso da anta da Meada 2. Muitos mantêm ainda evidentes sinais de reutilização em períodos posteriores, patentes em espólios e/ou datações absolutas (Oliveira, 1998, 2006; Rocha, 2005, 2015, 2016, 2020a, 2020b; Rocha e Morgado, 2019, 2021).

No séc. XX a anta da Meada 2 passou a ser um recetáculo para as pedras existentes nas imediações (maroiço), fenómeno recorrente nos campos alentejanos que, por um lado protegem estas edificações antigas, mas, por outro, mesclam as suas arquiteturas (Fig. 1). Infelizmente, a ação de limpeza deste maroiço realizada no séc. XXI, acabou por se tornar no último episódio destrutivo na história deste monumento uma vez que, para além das pedras colocadas sobre o seu tumulus, foram removidos níveis e espólios arqueológicos e, provavelmente, elementos pétreos do corredor, dos quais se identificaram apenas os alvéolos.

Como última nota, positiva, esperamos que o estudo do espólio e a série de datações de C14 que se encontram neste momento em curso, possam vir a restituir um pouco da sua relevância, no quadro do megalitismo do Norte Alentejo.

6. Bibliografia

- OLIVEIRA, J. (1998) – Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2006) – Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris. Lisboa: Edições Colibri.
- ROCHA, L. (2005) – As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL.
- ROCHA, L. (2015) – The Funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. ROCHA, L; BUENO-RAMÍREZ, P; BRANCO, G. (eds). BAR International Series 2708, p. 221-230.
- ROCHA, L. (2016) – Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano. *Terra e Água. Escolher Sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. SOUSA, A.C; CARVALHO, A; VIEGAS, C. (eds). Estudos & Memórias. 9. Lisboa, p. 167-177.
- ROCHA, L. (2020a) - Where were the dead buried in Recent Prehistory? The problem of architectures versus chronologies in Central Alentejo (Portugal)/ Onde se enterravam os nossos mortos na Pré-história Recente?: O problema das arquiteturas versus cronologias no Alentejo Central (Portugal). *Pre and Proto-historic Stone Architectures. Comparisons of the social and technical contexts associated to their building*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, p. 86-94.
- ROCHA, L. (2020b) – Datações absolutas para contextos funerários do Sul de Portugal: algumas reflexões em torno das arquiteturas e dos espólios. *Scientia Antiquitatis*. n. 2/2020, Évora, p. 81-104.
- ROCHA, L; MORGADO, P. (2019) – Reuse of ancient megalithics monuments during Metal Ages: the dolmen of Serrinha (Monforte, Portugal). *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior Penínsular*. 8. UAH: Alcalá de Henares, p. 25-30.
- ROCHA, L, MORGADO, P. (2021) – Anta da Meada 2 (Stº Aleixo, Monforte). Relatório Final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal. 39pp